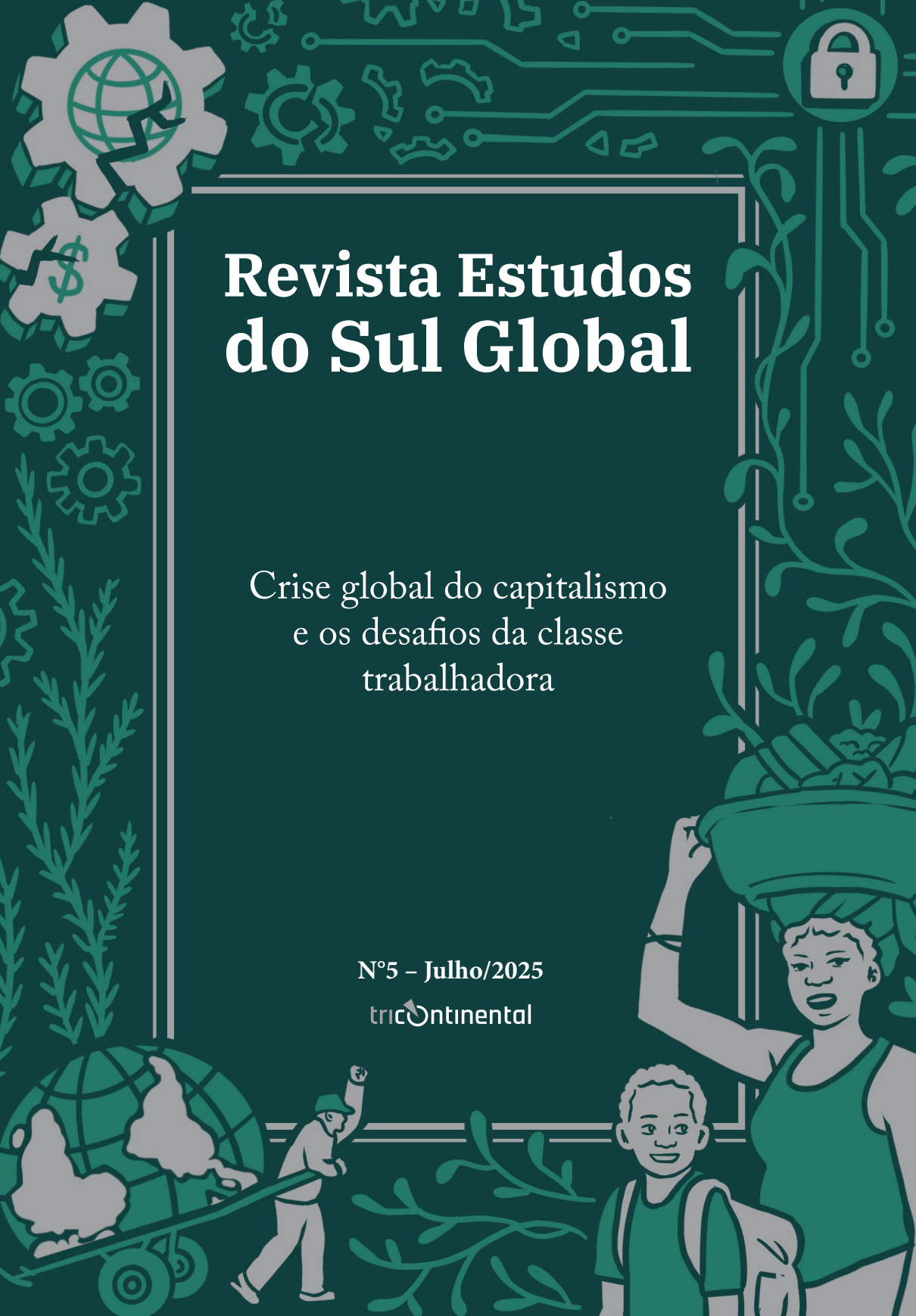


The cover art is a complex illustration. At the top left, a large gear contains a globe with a lightning bolt striking it. Below this, another gear features a dollar sign. To the right, a padlock is shown within a circular frame, with circuit-like lines extending from it. The background is filled with various gears of different sizes and stylized green vine-like patterns. At the bottom, there are three main figures: a person in a cap pushing a wheelbarrow with a globe inside, a young boy with a backpack, and a woman carrying a large basket on her head.

Revista Estudos do Sul Global

Crise global do capitalismo
e os desafios da classe
trabalhadora

Nº5 – Julho/2025

tricontinental

Expediente

Equipe executiva:

Cristiane Ganaka, pesquisadora e analista de dados, economista e bacharel em ciências humanas.

Delana Cristina Corazza, cientista social (PUC-SP), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP).

Luiz Felipe Albuquerque, jornalista e responsável pela comunicação do escritório do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social no Brasil. **Miguel Enrique Stédile**, coordenador do escritório Brasil, mestre e doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e integrante da coordenação do Instituto de Educação Josué de Castro, instituição de ensino dos movimentos populares do campo dedicada à formação de jovens professores e gestores de cooperativas. **Miguel Yoshida**, coordenador do escritório Brasil, tem uma longa experiência na edição de livros pela Editora Expressão Popular e é o coordenador da Associação Internacional das Editoras de Esquerda (IULP). É formado em letras e tem mestrado e doutorado em literatura comparada.

Rebecca Gendler, formada em Publicidade e Propaganda com habilitação em Marketing.

Equipe técnica:

Angelica Tostes, teóloga e mestre em Ciências da Religião. **Marcelo Álvares de Lima Depieri**, economista, mestre em economia política e doutor em ciências sociais.

Rodrigo Lentz, advogado e doutor em ciência política (UnB).

Conselho editorial

Adelaide Gonçalves, Ary Carvalho de Miranda, Bárbara Vallejos Vazquez, Caetano De Carli, Cristina Bezerra, Darlan Montenegro, Luiz Antonio Elias, Juliane Furno, Luiz Antonio Elias, Monica Bruckmann, Neuri Domingos Rossetto, Olívia Carolino, Rafael Litvin Villas Boas, Teresa Maia, Yamila Goldfarb.

Equipe de artes e diagramação:

Ingrid Neves, artista parte do Departamento de Arte do escritório inter-regional do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Comitê Editorial: Ary Carvalho de Miranda, Delana Cristina Corazza, Luiz Antonio Elias e Miguel Yoshida

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

CNPJ: 30.857.455/0001-99

Alameda Nothmann, 806 Campos Elíseos - CEP 01216-001 - São Paulo - SP

Contato: brasil@thetricontinental.org

Periodicidade: trimestral

Edição: n.5 2025

Publicado em julho de 2025

Revista Estudos do Sul Global

Crise global do capitalismo e
os desafios da classe trabalhadora

Nº5 // julho de 2025



Sumário



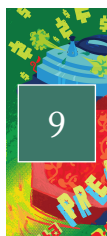
Apresentação

Enquanto o velho já está em decomposição, o novo urge em nascer



Artigo 4

A Trajetória De Angola E Os Desafios Do Desenvolvimento No Século Xxi



Entrevista

Avanço da extrema direita é resultado da desilusão com governos progressistas, afirma Claudio Katz



Artigo 5

Elementos Para Uma Crítica À Situação Da Classe Trabalhadora Brasileira No Século XXI



Artigo 1

A Classe Trabalhadora Frente À Nova Encruzilhada Histórica do Capital



Artigo 6

A Flexibilidade No Contexto De Acumulação Capitalista: Os Desafios Da Classe Trabalhadora Frente Ao Desmantelamento Dos Direitos Sociais



Artigo 2

Frente Unida no Império e a Luta por Soberania Digital Popular no Sul Global



Artigo 7

Passado, presente e perspectiva do mundo do trabalho e da luta de classes



Artigo 3

Para que robôs? Indústria 4.0 e a agudização da questão social: um olhar para as pessoas em situação de rua



Apresentação

Enquanto o velho já está em decomposição, o novo urge em nascer

O mundo está vivendo um profundo processo de transformação e de reorganização do capitalismo global, marcado pelo deslocamento das capacidades industriais, científicas e tecnológicas desde o velho norte desenvolvido para o novo sul emergente e, simultaneamente, desde ocidente para oriente, tendo como epicentro a China, e junto com ela, grande parte da Ásia e do sudeste asiático. O fortalecimento da ultradireita em âmbito mundial é uma expressão social e política da crise do modo de produção capitalista que estamos vivendo atualmente, sobretudo com a ameaça da hegemonia mundial unipolar estadunidense. Além disso, o aumento da desigualdade, tanto entre países quanto no interior deles, é algo marcante em nossa época. Esse cenário atual é fruto de um processo de transformação do capitalismo que remonta à segunda metade do século XX.

A partir da primeira metade da década de 1970, a possibilidade de “estagnação” nos EUA e Europa faz com que o mundo capitalista pusesse em movimento um conjunto de processos que iniciam o enfrentamento ao fordismo. A era que então se inicia, ou seja, o Pós-Fordismo, Acumulação Flexível ou Reestruturação Produtiva, impõe uma tendência que flexibiliza os processos de trabalho e as formas contratuais, com importante reestruturação do mercado de trabalho.

O início do neoliberalismo – após o golpe contra o governo da Unidade Popular no Chile, em 1973, com a eleição de Margaret Thatcher e Ronald Reagan em fins dos anos 1970 e início dos 1980 e o Consenso de Washington – abriu um processo de acumulação de capital, com protagonismo do capital financeiro desregulamentado e com o universo orgânico dos trabalhadores num franco processo de atomização, com consequências importantes no aumento da exploração e da retirada de direitos sociais dos trabalhadores.

Apesar do impacto devastador que teve sobre o nível de emprego e padrões salariais dos trabalhadores, as políticas neoliberais seguiram como vetor orientador da economia política e seus efeitos provocam, atualmente, uma importante reconfiguração no padrão das classes sociais, deslocando os trabalhadores do chão de fábrica para o comércio, para o telemarketing, para a uberização, para a pejotização, para o trabalho informal, para o contrato zero hora e para o desemprego. Ou seja, vivemos atualmente a precarização estrutural do mundo do trabalho, ancorado na digitalização, criando uma nova morfologia da classe trabalhadora. Além da precariedade do trabalho e da renda social precária, lhes falta uma identidade baseada no trabalho. Quando empregados, eles estão em empregos sem carreira, sem tradições de memória social e sem um sentimento de pertencer a uma comunidade imersa em práticas estáveis, códigos de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade.

Diante da necessidade de compreendermos a crise do capitalismo global e as transformações que ela implica nos diversos âmbitos da sociedade, a *Revista Estudos do Sul Global (Resg)* abre uma série de edições para a reflexão em torno das **Mudanças do capitalismo global no século XXI**. Tal temática será explorada nos próximos 4 números da Resg, cada uma delas dedicada a uma parte constitutiva dessa totalidade, organizada da seguinte maneira: crise global do capitalismo e os desafios da classe trabalhadora; mudanças no mundo do trabalho; crise climática e geopolítica; cultura política e indústria cultural.

A presente edição tem como foco a “Crise global do capitalismo e os desafios da classe trabalhadora”. Em entrevista concedida à RESG, o intelectual e militante argentino Claudio Katz traça reflexões precisas sobre as transformações econômicas, políticas e sociais dos últimos 20 anos na América Latina, ressaltando a necessidade de as compreendermos sempre a partir das particularidades históricas e sociais dos diferentes países do continente. Com relação ao avanço da extrema direita na região, Katz analisa que ela tem uma estreita relação com a desilusão com os governos progressistas, ao conseguir canalizar a insatisfação popular para o um projeto autoritário e que aprofunda ainda mais a dependência dos países.

Este número conta também com sete artigos que abordam diferentes aspectos das transformações do capitalismo atual. César Bolaño apresenta reflexões sobre os desafios da classe trabalhadora a partir das contribuições teóricas de

Alfred Sohn-Rethel sobretudo com relação aos aspectos subjetivos dos sujeitos revolucionários.

Tica Moreno e Luiz Zarref tratam do tema das Big Techs e da inteligência artificial numa perspectiva de análise geopolítica e das contradições entre o Norte e o Sul Global, sobretudo na disputa entre EUA e China. Tahirá Endo Gonzaga busca compreender os desafios de Angola a partir das contribuições de Samir Amin em relação às formações sociais africanas e a contradição centro-periferia.

Com relação às transformações no mundo do trabalho, Edvânia Ângela de Souza e Isabella Antoniazzi de Barros Galvão analisam a contradição entre os avanços tecnológicos da 4ª Revolução Industrial e a população em situação de rua, numa perspectiva de que os avanços das forças produtivas dentro da lógica do capital apenas agravam a situação de vida das classes trabalhadoras com uma precarização do trabalho cada vez maior. Thais Soares Caramuru sistematiza uma breve crítica à situação da classe trabalhadora brasileira no século XXI, explicitando os principais elementos que intensificam a produção da redundância dos trabalhadores perante o capital na atual conjuntura da luta de classes. Débora de Araújo Costa discute a evolução das relações de trabalho no capitalismo, destacando como os direitos sociais, inicialmente conquistados no contexto do fordismo, foram progressivamente atacados com o advento da acumulação flexível.

Por fim, Ary Miranda coloca em perspectiva histórica as transformações do mundo do trabalho no Brasil, buscando compreender como as novas formas de exploração e acumulação do capital apresentam novos desafios à classe trabalhadora.

Com este número da RESG, esperamos contribuir para entendermos melhor a nossa realidade em seus aspectos econômicos, políticos e sociais, na perspectiva de fortalecer a organização das classes trabalhadoras no enfrentamento das forças do capital e na construção de uma sociedade que não esteja baseada na exploração dos seres humanos.

Boa leitura



Cabra (Cuba), *Con tanta presión!* [Com tanta pressão!], 2020.

Entrevista

Claudio Katz: Avanço da extrema direita é resultado da desilusão com governos progressistas

Um dos principais desafios do conjunto da classe trabalhadora no mundo todo é compreender e enfrentar o avanço da extrema direita que ganhou força nas últimas décadas do século XXI, na esteira da crise estrutural do capital. Uma das principais questões que se coloca é como a constante piora nas condições de vida das classes trabalhadoras em todo o mundo e a insatisfação deles com o mundo pôde ser capturada pela extrema direita e passasse a ser o principal canal de recepção das insatisfações populares.

Para o economista e sociólogo argentino Claudio Katz, compreender este fenômeno é um dos principais desafios da atualidade para a esquerda mundial. Autor de inúmeros artigos e livros que analisam a situação da América Latina, do imperialismo e do neoliberalismo, bem como os desafios da esquerda latino-americana, como *América Latina na encruzilhada global* e *Teoria da dependência 50 anos depois*, ambos publicado pela editora Expressão Popular, Katz é categórico na sua análise sobre como chegamos até aqui, em que há um aprofundamento das políticas neoliberais junto a um ascenso das forças de extrema direita pelo mundo.

“O principal responsável político pelo ascenso da ultradireita é o não cumprimento das promessas de governos progressistas, que geram desilusão e desencanto, e é capturado pela [extrema] direita”, afirma Katz.

Para o argentino, é importante caracterizar de forma precisa a atual extrema direita para saber como combatê-la. E nesse sentido, ele acredita que ela não pode ser considerada fascista, embora tenha componentes nessa linha. Para Katz, trata-se de governos autoritários, reacionários e repressivos, mas que jogam dentro do atual regime. “Temos que saber que são uma ameaça com componentes fascistas, mas a passagem do autoritarismo reacionário para o fascismo seria outro nível de violência,

outro nível de regime político, outra estrutura de liderança e, portanto, seria uma mudança qualitativa. Nós não vimos isso com Bolsonaro nem com o Milei”.

Nesta entrevista concedida para a Revista Estudos do Sul Global (Resg), Katz também analisa o processo de desindustrialização da América Latina e seus impactos ao desenvolvimento regional e à capacidade organizativa dos setores populares, a disputa comercial e geopolítica entre os Estados Unidos de Donald Trump e a China e os desafios colocados às forças progressistas diante de um cenário cada vez mais hostil e nebuloso.

Em tempos de desesperança generalizada, Claudio Katz acredita que é possível disputar e vencer a extrema direita se tivermos a mesma atitude ousada que eles na defesa de nossos ideais, sem vergonha ou timidez de levantar a bandeira do socialismo, “de defender nosso projeto histórico de comunismo, se erguermos bem alto nossos líderes e nossas tradições. (...) Teremos um projeto vitorioso se soubermos explicá-lo sem nenhuma hesitação o porquê defendemos o projeto do socialismo do século XXI”.



Como você analisa o processo de desindustrialização da América Latina sob uma perspectiva econômica, política e ideológica? Como esse processo se relaciona com a incapacidade dos países do Sul Global de consolidarem um modelo alternativo ao neoliberalismo?

Acho que há duas questões aqui. O primeiro problema é a desindustrialização na América Latina e seu impacto sobre os trabalhadores e os setores populares. Em toda a nossa região o problema da desindustrialização é semelhante ao de outras partes do mundo, como resultado da conversão da Ásia na grande fábrica do mundo. Essa região mudou o cenário mundial e, especialmente na América Latina, o que ela produziu foi uma ruptura do modelo homogêneo de desenvolvimento industrial das economias medianas, como o caso do Brasil, México e Argentina, que tinham um modelo de desenvolvimento industrial bastante semelhante.

No entanto, há diferenças que temos de levar em conta ao analisar o problema, porque no México houve uma expansão da indústria, não uma desindustrialização. No México, houve um desenvolvimento das máquinas, um modelo de desenvolvimento industrial associado aos Estados Unidos e uma grande

reestruturação interna, como o declínio produtivo da zona central, a reestruturação de Monterrey e as máquinas na fronteira. Portanto, quando falamos do conceito de desindustrialização, estritamente para o México se aplica de forma muito limitada.

O caso oposto é o da Argentina. A Argentina é o caso extremo de uma desindustrialização fulminante, prematura, absoluta e superior a todas as economias do mesmo porte. E me parece que o Brasil está em uma situação intermediária. Há um retrocesso relativo na indústria, mas sem uma destruição significativa do processo de produção como na Argentina. Isso significa que na América Latina temos três situações diferentes no quadro geral da desindustrialização, e precisamos considerar essas diferenças.

O segundo ponto importante é que, na última década, houve uma tentativa neodesenvolvimentista, especialmente na América do Sul, de reforçar a atividade industrial limitando a renda agrária e mineral com maior regulamentação e intervenção estatal. Em escala regional houve até alguns projetos de retomada da industrialização, mas, em geral, o resultado foi muito escasso, muito limitado, especialmente no caso da Argentina, um fracasso absoluto.

Em geral, temos que ter em mente que os problemas da indústria latino-americana não decorrem apenas da falta de investimentos, da baixa qualificação dos trabalhadores ou da fragilidade da infraestrutura, mas decorrem da dependência financeira, da dependência produtiva, da dependência comercial que gera uma transferência de excedentes para o exterior, e essa transferência de excedentes é o que impede um processo autossustentável e de desenvolvimento industrial consistente. E essa drenagem é validada pelas classes dominantes, que estão sempre mais preocupadas em limitar a rebelião popular do que com o próprio desenvolvimento de seus países. Essa é sua preocupação central. E dentro do contexto global, isto está muito agravado pela chegada de Trump e por sua estratégia econômica de reindustrializar os Estados Unidos às custas do resto do mundo. Para a América Latina isso significa um agravamento da dependência, uma conversão da América Latina em uma região que exporta matérias-primas e que importa produtos industrializados dos Estados Unidos.

O modelo Trump está apenas começando, mas se observarmos o caso da Argentina, já temos uma ideia de como isso é alarmante. A Argentina estava entrando em um processo de desindustrialização, e com Milei entrou em um colapso industrial. Milei é um exemplo do que pode acontecer em toda a

América Latina se as políticas de Trump forem implementadas. Em um ano e meio, a Argentina com Milei teve abertura de importações, fechamento de empresas e queda do PIB. Uma catástrofe industrial não como resultado de uma crise externa, de alguma anomalia como a pandemia ou alguma herança de um modelo anterior, mas um resultado autoinfligido de uma política anti-industrial para se submeter às exigências de Trump. Acredito que temos um panorama, por um lado, comum e, por outro, diferenciado na América Latina, com todas essas nuances que aponteí.

Em relação ao impacto de todo esse processo sobre os trabalhadores e os setores populares, eu diria que há um aspecto muito evidente e que tem sido muito estudado. A reestruturação neoliberal gerou uma transformação social regressiva, muito profunda dos trabalhadores: há uma segmentação da classe trabalhadora, uma expansão da precariedade do trabalho, um aumento do desemprego, um aumento da informalidade. E todos esses fenômenos geram um colapso na coesão social da classe trabalhadora e um enfraquecimento de suas organizações sindicais.

Dito isso, eu diria que devemos ter cuidado ao generalizar. Temos que observar o que ocorre em cada país; e o que acontece em cada país não depende apenas do fenômeno econômico geral do neoliberalismo, mas também das respostas políticas e sindicais dos trabalhadores de cada país, que dependem mais de suas tradições, de sua organização, de sua consciência política do que da reestruturação em si.

Digo isso pelo seguinte: a Argentina é o país mais atingido pela desindustrialização e, ao mesmo tempo, é o país com o maior nível de organização sindical da América Latina. Há uma contradição aí. É o país onde a classe trabalhadora foi mais atingida, mas onde ela ainda tem a maior capacidade de reagir. Por exemplo, no último ano e meio, houve três greves gerais e o nível de sindicalização ainda é alto.

Já o México é o país que teve o menor nível de desindustrialização e, ao mesmo tempo, mantém um nível mais limitado de resposta de resistência sindical. O que quero dizer com isso é que temos de colocar o foco de atenção não apenas no fenômeno econômico geral, mas nos processos políticos, sociais e sindicais concretos de cada país. Temos que fazer análises muito precisas.

Eu diria, em terceiro e último lugar, que há uma reestruturação geral da classe trabalhadora e, portanto, o surgimento de novos sujeitos que acompanham as lutas sociais em que a classe trabalhadora continua a desempenhar um papel importante, mas não é o sujeito privilegiado e único da resistência popular. Isso é muito visível na América Latina, onde nas últimas duas décadas, outros sujeitos sociais, como os camponeses, os indígenas e, acima de tudo, os setores precarizados, tiveram um protagonismo muito significativo na luta. Nos últimos anos, a juventude precarizada tem atuado como um sujeito mais dinâmico e mais protagonista nas lutas sociais na América Latina e em muitos países do mundo. E isso tem a ver com o efeito que a reestruturação neoliberal gera sobre as resistências populares. Aparece setores da juventude precarizados que lideram protestos de rua, que encontram novas formas de agrupamento e que ocupam um espaço significativo nas resistências populares, e com isso temos uma reestruturação geral da classe trabalhadora, uma segmentação em diferentes setores, um vínculo com outros sujeitos sociais e uma resistência popular que tem a ver com a tradição política, com as lutas sociais, e não apenas com o quadro econômico geral da desindustrialização como fenômeno que organiza o processo.



E qual o papel da financeirização no agravamento deste processo de desindustrialização?

A financeirização agrava os processos de desindustrialização, mas assume uma modalidade específica em cada região e em cada país. A financeirização é uma característica geral do capitalismo contemporâneo, é um fato do neoliberalismo em todo o planeta, mas com expressões muito diferentes. Nas regiões da Ásia, por exemplo, que tiveram um desenvolvimento industrial muito significativo ao se tornarem a fábrica do mundo, têm um nível de financeirização muito mais limitado do que a Europa, que sofreu uma regressão industrial mais significativa. A financeirização pode ser avaliada como um processo genérico, global e uniforme, com derivações muito específicas em cada região.

No caso da América Latina, depende do nível de endividamento de cada país. Lembremos que a financeirização para a América Latina significa uma maior drenagem de recursos para o exterior. O país com a maior desindustrialização, a Argentina, é o país com maior financeirização. Ao mesmo tempo, o país que tem uma desindustrialização limitada, como o México, tem um processo de financeirização menor.

E eu diria que estamos agora em um cenário muito peculiar no que diz respeito à financeirização, porque Trump está tentando modificar o que era uma característica geral da era neoliberal, que é o domínio da globalização financeira. Ele está tentando recompor a hegemonia dos Estados Unidos por meio de um processo de reindustrialização dos Estados Unidos. Ou seja, um processo diferente de uma mera financeirização, e por isso dos conflitos de Trump com Wall Street, com todo o setor mais ligado aos bancos, porque a estratégia de Trump é restaurar a centralidade do dólar para que a indústria americana volte a desempenhar um papel importante, dado que, se ele não fizer isso, o declínio em relação à China será inevitável.

Tivemos um longo período de globalização neoliberal financeira, que agora está em um ponto de inflexão muito significativo. Não estamos mais no período anterior. E o que traçou uma mudança no mundo foi a crise financeira de 2008.



Você apontou que a classe trabalhadora mais precarizada está tendo um maior protagonismo nas lutas sociais. Mas parece ocorrer um processo contrário, pelo fato de estarem pulverizadas e ainda não terem uma organicidade muito clara.

Tudo depende da articulação histórica e política dos trabalhadores de cada país. Vamos pegar o exemplo da Argentina. Na Argentina, com a desindustrialização, surgiu um movimento muito importante de piqueteiros desempregados. Os desempregados se transformaram em piqueteiros, que organizaram um movimento social e têm tido um protagonismo nas ruas nos últimos 10, 15 anos. Esses piqueteiros mantiveram o mesmo tipo de estrutura interna que os antigos sindicatos, ou seja, o antigo sindicato desapareceu porque eles ficaram desempregados, mas se organizaram da mesma forma, com o mesmo estilo e, em vez de entrar em greve, bloquearam as ruas, mas com a mesma organização. Portanto, há uma continuidade em que o sujeito muda, mas mantém sua tradição de luta porque, em sua nova situação, as formas antigas estão presentes.

Há muitos exemplos semelhantes, como os coletes amarelos na França. Alguns dizem que é um fenômeno semelhante, mas se você observar todas as revoltas importantes na América Latina nos últimos 20 anos, na Bolívia, no Equador, na Venezuela, no Chile, na Guatemala, na Colômbia, no Peru, no

Panamá, no Haiti, em muitos países a classe trabalhadora está presente como um ator, mas não como o ator dominante; e eu citei oito ou nove países, e não apenas um. Os sujeitos que protagonizam são os camponeses, os indígenas ou os trabalhadores assalariados do setor público ou uma forma muito diversa de organização popular, como territorial, cooperativa. Em todos estes casos, o que temos são formas de resistência que combinam tradições políticas de cada país. Essa tradição se generalizou para um número maior de sujeitos sociais, sem que ele se considere claramente que está agindo enquanto o protagonista do mundo. Estamos em um momento de profunda mudança, em que está em aberto qual será o desenvolvimento posterior. E insisto, são as tradições, as ações políticas que organizam essa diversidade de sujeitos.



Nos últimos anos temos assistido a uma convivência cada vez mais intensa do neoliberalismo com projetos políticos autoritários. Como se dá essa convergência entre neoliberalismo e extrema direita, e por que o autoritarismo se tornou um novo pólo de atração para as massas populares?

O neoliberalismo entrou em uma grande crise em 2008. Este é o ponto de partida. Depois de várias décadas, em 2008 houve uma crise financeira muito séria, em que o capitalismo estava prestes a colapsar. Não vamos nos esquecer de que, por causa do colapso dos grandes bancos, o sistema sobreviveu com o resgate dos Estados com fundos públicos. A partir dessa grande crise do neoliberalismo, começou um período de reordenação geral do sistema. A crise evidenciou a gravidade das contradições e dos desequilíbrios do capitalismo atual centrados em dois grandes temas: o agravamento da desigualdade social e o agravamento da crise climática.

Em outras palavras, o capitalismo está passando por um momento extremamente crítico desde a crise de 2008, mas o que é complexo, paradoxal e inesperado é que esta crise foi capturada politicamente pela ultradireita. Essa é a novidade e a surpresa e o que nos leva a refletir. A crise capitalista era esperada, os marxistas sempre a previram, mas o que não se imaginava era que a ultradireita seria o canal para o descontentamento gerado por essa crise.

O nosso problema atual é tentar explicar isso. Como uma crise capitalista tão grave, que gerou desilusão, resistência, mal-estar, em que há uma decepção

geral com o sistema, com sua estrutura, é capturada pela ultradireita e ela se torna seu canal de recepção?

Acho que há vários motivos, mas um dos principais é a ideia do empreendedorismo. Porque é uma das manifestações mais claras da penetração ideológica do neoliberalismo que permite que a ultradireita se beneficie da crise do neoliberalismo. Depois de muitas décadas de neoliberalismo, essa ideologia penetrou em amplos setores populares e, após a crise do capitalismo, a ultradireita radicaliza e mantém essa ideologia. O neoliberalismo é a expansão do individualismo, e na época do neoliberalismo puro, há duas ou três décadas, a ideia era ‘eu sou um empreendedor, tenho que fazer meu negócio, vou prosperar, vou vencer’. E a ultradireita diz: ‘você não pode fazer isso porque seu inimigo é o outro, seu inimigo é o imigrante, seu inimigo é o trabalhador informal, seu inimigo é o trabalhador empobrecido’. E a ultradireita mantém a ideologia neoliberal, mas a canaliza em uma guerra do povo contra o povo. E é aí que reside a singularidade do processo atual. A especificidade do momento atual exacerba o mito do neoliberalismo, mas transformado em uma extensão com os setores populares. E é por isso que a ultradireita ganha autoridade entre os setores empobrecidos. Não mais com o simples discurso de que eu vou ser um empreendedor. Agora o discurso é que eu vou ser empreendedor, mas contra o meu inimigo, que é o trabalhador que está ao meu lado, criando uma situação de tensão e irritação com o outro trabalhador.

Há outras razões, não é só isso. A ultradireita progrediu porque teve uma transformação interna, deixou de ser uma formação centrada exclusivamente na elite dos setores de alta renda, adotou uma atitude disruptiva, disfarces rebeldes, poses contestatórias. Passou por uma transformação política que lhe permitiu aproximar-se dos setores populares. A ultradireita, ao mesmo tempo, aproveitou a crise de credibilidade da comunicação tradicional e conseguiu aperfeiçoar sua presença no universo digital, no universo das redes. Entrou no mundo dos *trolls*, no mundo das redes sociais, para adotar uma postura de manipulação, de mentiras; a ultradireita se aproveitou dessas circunstâncias e lucrou muito com a fraqueza da esquerda e com os resultados adversos da luta de classes.

Temos que ver não apenas o que eles fizeram, mas também o que eles aproveitaram. Eles se aproveitaram do fato de que a crise de credibilidade da esquerda foi agravada pela decepção com as experiências progressistas, e também sobre os resultados da luta de classes que não foram favoráveis nas últimas décadas. Vamos

dar uma olhada no mundo árabe, o que aconteceu com a Primavera Árabe, o que está acontecendo com o povo palestino. Vamos dar uma olhada na Europa, onde também houve resultados negativos da luta de classes.

Conclusão: há uma crise do neoliberalismo capturada pela ultradireita porque a ideologia neoliberal foi semeada para que a ultradireita canalizasse a crise, e eles também foram favorecidos por um conjunto de circunstâncias externas e internas que eles próprios criaram.



Quais seriam, portanto, os principais erros da esquerda nesse processo?

Acho que há duas questões aqui. Há uma questão que é a caracterização mais precisa do que é a ultradireita, e a segunda questão é: o que acontece com a esquerda, com os setores progressistas, com as respostas do nosso campo.

Primeiro tema: acredito que a ultradireita no mundo pode ser bem definida com o termo autoritarismo reacionário, porque é uma ultradireita que busca gerar governos cada vez mais repressivos, políticas cada vez mais autoritárias, mas dentro do regime atual, sem sair da estrutura desse sistema. Ao mesmo tempo reacionário, porque o faz com mitos ideológicos do passado: retorno à grandeza dos Estados Unidos, retorno a um passado glorioso da Europa. Em todos os casos há uma ideologia, um mito do passado, segundo o qual um país foi grande e o perdeu, e devemos recuperá-lo com uma política de hostilidade em relação aos setores estrangeiros, em geral retomando ideias de nacionalismo reacionário. Esse é um fenômeno mundial com Trump, Bolsonaro, Milei.

Mas eu diria que no caso latino-americano há também uma diferença importante. Nos Estados Unidos há o trumpismo, que pretende recompor economicamente a primazia dos Estados Unidos. É um projeto econômico para travar uma batalha bem-sucedida contra a China e reposicionar os Estados Unidos como o imperialismo dominante do mundo. Para isso é preciso recuperar a produtividade, a hegemonia do dólar, desenvolver uma indústria forte. É um projeto econômico que é pragmático no nível político. Na América Latina, a extrema direita não tem um programa econômico específico. Se você olhar para Bolsonaro, Milei, Bukele, eles são uma variante do neoliberalismo anterior, sem um desenvolvimentismo clássico da ultradireita que os antecedeu. O objetivo da ultradireita na América Latina é, basicamente, reverter o ciclo progressista;

derrotar e acabar com o primeiro e o segundo ciclo e as rebeliões populares que deram origem a esses ciclos progressistas.

Portanto, não há um programa econômico específico, não há nenhuma tentativa de desenvolvimento, nem mesmo de um setor específico. No Brasil, Bolsonaro é representante do agronegócio, na Argentina, Milei do capital financeiro, mas a questão econômica não é o central. Isso é importante porque significa que o objetivo central da ultradireita latino-americana é derrotar o movimento popular.

Não acredito que, em nenhum caso, eles tenham adotado características fascistas. E isso é importante para não superestimar nem para subestimá-la. Temos que saber que são uma ameaça com componentes fascistas, mas a passagem do autoritarismo reacionário para o fascismo seria outro nível de violência, outro nível de regime político, outra estrutura de liderança e, portanto, seria uma mudança qualitativa. Nós não vimos isso com Bolsonaro nem com o Milei, mas é um perigo.

É importante entender bem a direita e ter caracterizações precisas em cada momento para saber como combatê-la. A ultradireita latino-americana ainda não é pinochetista nem uribista; não são ditaduras. Mas elas têm componentes muito perigosos de evolução para isso, porque seu principal objetivo é derrotar o movimento popular e, por isso, o elemento repressivo e totalitário está muito presente enquanto um aspecto central da ultradireita.

O outro tema são os governos progressistas. Aqui, a primeira coisa que temos que dizer de forma muito categórica é que a ultradireita cresce na América Latina por causa da desilusão gerada pelos governos progressistas. Quando há frustração com um processo ou governo progressista, essa frustração dá origem a um avanço da ultradireita. Por isso, o principal responsável político pelo ascenso da ultradireita é o não cumprimento das promessas de governos progressistas, que geram desilusão e desencanto que é capturado pela direita. O exemplo mais óbvio, mais claro e mais contundente disso é a Argentina, porque é transparente. Milei chegou ao governo por causa do fracasso de Alberto Fernández. Milei é um produto dos descumprimentos de Alberto Fernández. Se Alberto Fernández tivesse cumprido algo de seu programa, nunca teríamos tido um Milei. Este é um caso extremo, porque foi o maior fracasso do progressismo e o maior expoente da extrema direita. Uma coisa é proporcional à outra.

Vamos recordar que Fernandez foi um caso único na história da Argentina. Ele demoliu a imagem positiva da atividade pública, abandonou os trabalhadores informais, submeteu-se ao agronegócio, capitulou ao FMI, tolerou a inflação e manteve uma permanente impotência política diante das provocações da direita. Foi esse comportamento que acabou gerando Milei.

Mas em escala inferior, Alberto Fernández e Milei se reproduzem em toda a América Latina. Eu diria que Castillo, no Peru, é um exemplo. O ano de governo Castillo foi de uma gestão caótica, de total descumprimento das promessas que ele havia formulado e facilitou o golpe cívico-militar de Boluarte. E que isso sirva de aviso em relação ao que pode acontecer no futuro, como no Chile, onde Boric esvaziou a Constituinte, aceitou a incorporação de poderosos, convalida com o poder militar, o controle da economia por uma elite de bilionários, gerou uma decepção muito grande com seu governo e abre o perigo de um governo de direita. E também é um alerta sobre os processos que estão em curso para Petro na Colômbia, que tem que cumprir suas promessas de mudança, porque se não o uribismo pode voltar. É um alerta para o Brasil, onde Bolsonaro está vivo e o que acontecerá com Bolsonaro dependerá do resultado do governo Lula. É um alerta para Sheinbaum, no México. O fato de ser um governo popular ou progressista gera expectativas, e se essas expectativas não são cumpridas, os governos de ultradireita o capturam. E a novidade é que quem captura a desilusão não é a direita convencional. Não é Macri, não é Fernando Henrique Cardoso. É a ultradireita. Portanto, o fracasso do progressismo gera um resultado muito mais perigoso, muito mais doloroso do que o típico ciclo centro-esquerda e centro-direita. E a ultradireita se organiza em nível continental, tem um programa muito consciente, tem líderes, financiamento e, acima de tudo, tem o apoio de Trump, a principal figura da política mundial, que é o presidente dos Estados Unidos e que organiza a ultradireita latino-americana.



Diante deste cenário, qual a responsabilidade dos governos progressistas na ausência de um projeto de ruptura? Até que ponto a aposta na conciliação de classes, em vez da disputa pela hegemonia, abriu espaço para a nova direita?

Acho que é muito importante evitar visões simplistas e voluntaristas. Por que a gente não radicaliza e avança? Não depende apenas da vontade, depende de

muitas circunstâncias. Os ritmos e as estratégias políticas são específicos de cada país. Não existe uma receita que seja válida para todos. O que é válido para todos é a caracterização geral da economia, do papel do imperialismo, mas a estratégia política é muito diferente em cada país, portanto, os ritmos e as etapas a serem seguidas são distintas. Há lugares onde houve grandes revoltas em massa nos últimos anos, como no Equador, Bolívia, Haiti, Chile, Colômbia, Guatemala; não é o caso do Brasil. É muito diferente um país onde há uma revolta para um país onde não há rebelião. Onde há uma revolta, a possibilidade de radicalizar os processos políticos é obviamente muito mais factível do que em um país onde não há rebelião popular. O que podemos exigir de Boric, onde houve uma rebelião em 2019, é muito diferente do que posso exigir de Lula, onde não houve rebelião. O que posso esperar de Arce na Bolívia é muito diferente do que posso esperar de Claudia Sheinbaum no México, porque na Bolívia ou na Colômbia houve rebeliões em 2019, no México não. Um triunfo eleitoral não é o mesmo que uma rebelião popular. No México houve um triunfo eleitoral; no Brasil, houve um triunfo eleitoral; na Argentina, houve um triunfo eleitoral. Em outros países houve lutas e conquistas a partir das ruas: Peru, Equador, Bolívia, Chile. Portanto, as táticas e as expectativas populares são muito diferentes quando um setor popular está ativamente exigindo algo nas ruas do que quando um trabalhador se limita a votar.

Um princípio geral é de que se o progressismo não se radicaliza permite a chegada da extrema direita. Como isso se traduz em táticas políticas difere muito de um país como o Brasil, que tem um eixo articulador em torno do MST, de um país como a Argentina, onde o movimento agrário não tem tradição ou relevância. Por isso que não podemos buscar respostas comuns. O que precisamos é ter princípios gerais que orientem a todos.



Quais seriam, então, os desafios e os limites desse momento histórico?

Acredito que a esquerda latino-americana precisa de um projeto próprio de transformação radical em três níveis: econômico, geopolítico e político. No nível econômico, a América Latina precisa resistir às agressões de Trump, precisa negociar em bloco com a China e precisa avançar na integração regional. São três elementos que organizam tudo. Nosso principal inimigo são os Estados Unidos; com a China precisamos negociar em bloco de uma maneira diferente, e isso só

é possível se nos integrarmos regionalmente. Essas três ideias são o que nos dão um princípio organizador no horizonte. E esse horizonte, no nível econômico, pressupõe um projeto de soberania energética, financeira e alimentar baseado na redistribuição de renda.

O ponto de partida para um projeto de transformação da sociedade é a melhoria do padrão de vida das pessoas, e essa melhoria do padrão de vida requer a redistribuição de renda, reduzindo drasticamente a desigualdade e modificando radicalmente o sistema tributário. Isso vale para todos os países, mas exige uma articulação de todos os países em torno de um projeto comum. E isso é importante porque Trump agora está tentando impor negociações bilaterais com cada país. Ele impõe tarifas e negocia com cada país bilateralmente. E o que a América Latina precisa é de uma resposta unificada, porque, caso contrário, é completamente impossível fazer frente a Trump.

Essa questão geopolítica nos leva ao problema de saber se a América Latina precisa de suas próprias instituições, como a Unasul, a Celac, a Alba, ou se a América Latina tem de ir para o Brics. E minha resposta é que tem de ser o Brics e uma construção regional. As duas coisas são importantes porque se fizermos apenas um, será insuficiente. Precisamos ter uma articulação para construir soberania alimentar, energética e financeira para construir um projeto regional. Ao mesmo tempo, temos que aproveitar o surgimento do Brics enquanto um suporte ao projeto latino-americano. Mas para isso é preciso evitar duas coisas. Primeiro, evitar o suicídio que a Argentina cometeu com Milei, que renunciou ao Brics apenas porque é um peão dos Estados Unidos. Mas também não se pode fazer o que o Brasil está fazendo, ao cometer o grave erro de bloquear a adesão da Venezuela ao Brics. A entrada da Venezuela no Brics obviamente favoreceria o Brasil e a América Latina. O Brasil é o principal país da região, e se o Brasil apostar em sua própria estratégia dando as costas para a América Latina, vai acabar afetando a América Latina e o Brasil. Repetirá o erro do Banco do Sul, quando, ao defender o projeto do BNDES, sabotou a construção do Banco do Sul da América Latina. E agora com o Brics está fazendo o mesmo.

O terceiro e último ponto é em nível político. Temos que ter muita clareza de que a construção de um projeto latino-americano está sempre em tensão com as classes dominantes, porque as classes dominantes da América Latina historicamente não estão interessadas na unidade. Elas não conseguem resolver o dilema de estar com a China e não estar com os EUA. E esse dilema gera uma

estagnação geral do projeto latino-americano. A classe dominante na América Latina percebe que os negócios estão na China, mas estão ligadas política e ideologicamente aos Estados Unidos. A construção de um projeto latino-americano transformador não pode estar submetido aos interesses e às pressões das classes dominantes dos países latino-americanos.



Como os governos progressistas deveriam lidar com essa nova realidade geopolítica com a ascensão econômica e política da China? A China representa um novo tipo de imperialismo ou uma oportunidade de ruptura para a América Latina?

A América Latina é um campo de batalha entre os Estados Unidos e a China pelas matérias-primas da nossa região. E Trump está reagindo ao avanço da China. A China está levando vantagem em praticamente todos os planos na América Latina. A China acaba de inaugurar o maior porto da América do Sul em Xangai, no Peru, está construindo carros elétricos no Brasil na mesma fábrica onde ficava a Ford, está se tornando o principal mercado para as exportações latino-americanas. E Trump e os Estados Unidos estão desesperados para interromper esse processo, mas é muito difícil para eles fazerem isso porque há uma diferença de produtividade muito alta entre a China e os Estados Unidos. E essa diferença de produtividade responde a um sistema econômico, político e social muito diferente. Trump pode tomar medidas tarifárias, monetárias, financeiras, mas o que Trump não pode fazer é regular a economia da mesma forma como se regula a economia na China. E sem essa possibilidade, de um Estado regulador da economia e de limitar os lucros dos grupos dominantes, não há possibilidade de os Estados Unidos continuarem a ser capazes de alcançar uma concorrência bem-sucedida com a China.

É muito difícil que os Estados Unidos consigam fazer com que a maior parte da região se volte para os Estados Unidos; só estão conseguindo com o Panamá e a Argentina. Mas o restante da região continua a fazer negócios com a China. Agora, o que é interessante é a diferença de atitudes e comportamento, porque enquanto os EUA e Trump ameaçam, exigem, fazem chantagens, a China oferece negócios. E é muito difícil disputar com alguém que oferece melhores negócios com simples ameaças.

E, por fim, eu diria que essa diferença de comportamento nos diz que os Estados Unidos são uma potência imperial, mas a China não. O imperialismo se define por ações militares geopolíticas concretas. Os Estados Unidos tradicionalmente invadem países, têm o Pentágono, têm suas frotas cercando a região, suas embaixadas realizam golpes de Estado, seus políticos intervêm na vida interna dos países, mas a China não. A China apenas faz negócios. Portanto, os Estados Unidos são imperialistas e a China não. Mas cuidado, a China não é imperialista, mas está dominando economicamente a América Latina. É outro problema, porque a China vende manufaturas, serviços, e a América Latina exporta matérias-primas. Há uma troca desigual. Os investimentos que são feitos pela China são aqueles que a China decide; não há transferência de tecnologia e, portanto, há reprimarização e retrocesso econômico na região. Por isso, é importante que a América Latina repense uma negociação em bloco com a China, para mudar esse *status*, mas essa agenda é muito distinta da política dos Estados Unidos.

Mas por que não há unidade latino-americana? Quando ocorre um evento ambiental, por que não há uma política comum entre Brasil, Colômbia, Venezuela, Equador em defesa da Amazônia? Porque as classes dominantes de cada um desses países têm em seu horizonte exportador como um privilégio e não o desenvolvimento de mercados internos e integrados. Isso tem sido assim há 200 anos. Em um determinado momento, eram as oligarquias latifundiárias ou as oligarquias agroexportadoras, hoje são classes mais transnacionalizadas, mas se mantém a mesma trajetória, e essa trajetória dá as costas aos processos de integração regional e favorece a continuidade da balcanização, a subdivisão da América Latina em diferentes regiões fraturadas que negociam com o mercado mundial em uma relação de dependência que agrava o subdesenvolvimento. Esse padrão histórico que explica o subdesenvolvimento latino-americano persiste, e o progressismo falha ao não conseguir mudar isso.



Como o trumpismo impacta a América Latina? Há espaço para maior autonomia da região diante do enfraquecimento do globalismo liberal nos EUA, ou isso apenas reconfigura novas formas de dependência?

O objetivo central de Trump é deslocar a China da América Latina. E, em alguns anos, veremos se ele alcançou ou não esse objetivo. Esse é um projeto que visa fazer com que o Panamá deixe a Rota da Seda, que a China abandone

a administração dos portos que tinha no Panamá, que rompa as relações econômicas e, especialmente, que a Argentina, que é um país altamente endividado com a China, rompa todas essas relações. Milei será o primeiro ensaio de Trump. Vamos ver se ele consegue fazer com que um país onde ele tem um governo muito simpático consiga separá-lo da China. E se ele tiver sucesso no Panamá e na Argentina, então ele irá atrás de todos os outros, inclusive com o Brasil. Um caso-chave é o México: Trump quer renegociar o tratado comercial para impedir que a China continue a colocar seus produtos nos Estados Unidos por meio do próprio tratado e fazer com que o México não tenha um acordo de livre comércio com a China. Não sabemos se Trump conseguirá ou não, mas essa é a grande questão estratégica em discussão.

Trump vai instalar uma base militar dos EUA na Terra do Fogo, no sul da Argentina, e isso é um fato de enorme importância. É a primeira vez que haverá uma base militar dos EUA na Argentina para dominar todo o Atlântico Sul, e é um precedente para o que eles querem fazer em toda a América Latina.

O que temos de nos perguntar é se isso pode ser derrotado ou não. E acho que a resposta é positiva. Lembremos que o primeiro projeto de Trump foi derrotado na América Latina. Ele tentou uma restauração conservadora com o Grupo de Lima em seu primeiro mandato e, a partir de 2019, isso foi derrotado por uma sucessão de revoltas populares no Chile, na Colômbia, no Peru, na Bolívia e no Equador. Esse processo está em aberto, e veremos nos próximos tempos se essa resistência vitoriosa contra o primeiro Trump dará lugar a uma resistência vitoriosa contra seu segundo mandato. Esse é o grande desafio para a América Latina.



Estamos vendo a possibilidade de uma guerra ampliada na Europa com o aumento do investimento militar em diversos países europeus, que impactaria o mundo todo. Como você analisa esse cenário global?

Esse é um debate ainda em aberto. Quem queria intensificar a guerra na Europa eram os setores globalistas, de Biden, o Partido Democrata nos Estados Unidos e seus aliados na Europa, especialmente na Grã-Bretanha, Alemanha e França. Mas não Trump. Trump tem uma estratégia diferente. Trump quer recompor a economia dos EUA para rivalizar economicamente com a China e,

para isso, ele precisa evitar guerras em que os EUA geralmente perdem, já que o resultado das intervenções militares dos EUA no Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria e agora Ucrânia, é negativo.

Por isso, acho que a evolução de uma guerra dependerá um pouco do quanto se solidifique ou não o projeto de Trump; o quanto Trump consegue impor sua agenda internamente ao Partido Democrata e o quanto o Partido Democrata coloca sua agenda a Trump. Se Trump fracassar, é muito provável que o partido mais belicista volte à guerra, e o contrário isso não acontece. Por enquanto são as negociações com a Ucrânia que definirão muito disso. É uma negociação em que a Rússia tem tudo a ganhar porque venceu a guerra e frente a isso, o setor belicista da Grã-Bretanha, França e Alemanha está tentando manter Zelensky de pé, mas isso me parece muito improvável. Acredito que a tendência seria uma resolução do conflito e um deslocamento da guerra para um plano mais estratégico em outros campos: Oriente Médio e China. Na estratégia de Trump, toda ação militar tem que ser um complemento da ação econômica, e a prioridade de Trump é a China.

Portanto, acho que vamos entrar em um período indefinido em termos de guerra até sabermos quais resultados a estratégia econômica de Trump está produzindo. Parece-me que haverá um momento de indefinição até que isso seja esclarecido.



Este ano se celebram os 70 anos da Conferência de Bandung e os 20 anos da derrota da Alca. Diante da crise do neoliberalismo, do avanço da extrema direita e da nova configuração geopolítica global, quais são as perspectivas para a América Latina? Há possibilidade de um novo ciclo de integração soberana ou os governos progressistas estarão sempre limitados pelos entraves estruturais do capitalismo dependente?

São duas comemorações muito importantes e muito atuais para ver como enfrentamos a ultradireita com uma organização regional. A ultradireita é uma entidade mundial, eles querem organizar uma internacional reacionária, Trump age com um plano mundial, que implica se associar e se subordinar a ultradireita europeia, a Meloni, Le Pen, e organizar uma ultradireita latino-americana totalmente submetida ao que Miami e Trump definem. Por isso que Bolsonaro

e Milei viajam permanentemente para os Estados Unidos pedindo conselhos sobre o que fazer.

O que temos que organizar é uma opção, uma alternativa nossa. Surgiram iniciativas bastante interessantes. Venezuela e o Congresso Antifascista mundial que está sendo organizado desde o ano passado tem muitas atividades previstas, é uma opção interessante. Porque é a continuidade de Bandung e da Alba na nova batalha contra a ultradireita mundial.

Há 70 anos e há 20 anos era uma luta contra o imperialismo ou contra o neoliberalismo, mas agora é uma luta contra a ultradireita. O inimigo que temos agora é diferente do inimigo que tínhamos há 70 ou há 20 anos. E como o inimigo é diferente, precisamos de uma organização específica na luta contra nosso inimigo, que é a ultradireita. E acredito que a melhor maneira de desenvolver um projeto contra eles é com nosso programa, com nossas propostas mas, acima de tudo, com nosso ideal, que é o socialismo. Acredito que se não levantarmos nossa bandeira, que é o socialismo, não conseguiremos lutar efetivamente contra a ultradireita que tem suas bandeiras. A ultradireita, ao contrário da direita convencional, é muito agressiva, é muito ideológica, baseada em princípios, e trava uma batalha cultural. Ela está pronta para uma batalha contra o feminismo, contra as liberdades democráticas, contra o socialismo. Ela tem uma atitude agressiva, frontal e ousada. E esse é um elemento de atração da ultradireita para os jovens. Eles são atraídos porque ela fala sem muitos disfarces, não recorre à linguagem usual do político, que é uma linguagem de cálculo. Ela apresenta suas propostas. E nós podemos disputar com a extrema direita se tivermos a mesma atitude, se tivermos uma atitude ousada, se não tivermos vergonha ou timidez de defender nosso ideal de socialismo, de defender nosso projeto histórico de comunismo, se erguermos bem alto nossos líderes e nossas tradições. É assim que disputaremos. Eles falam de Hayek, e nós temos que falar de Marx, Lenin, Fidel Castro, Che Guevara, Rosa Luxemburgo, Mariátegui. Eles falam sobre seus ideais, sobre como usar o termo libertário, que é um termo tão complicado porque o projeto libertário é incompatível com o capitalismo. Para ser efetivamente libertário você tem de estar contra o Estado enquanto um organismo de opressão de uma classe por outra, e eles são a exemplificação da opressão. Eles são a negação da liberdade e temos de partir para uma polêmica aberta e frontal. Eles defendem o colonialismo, a supremacia branca sobre os africanos, sobre os povos originários. E nós temos de defender a resistência dos povos originários, a independência da América Latina, a tradição de Bolívar, a tradição de San Martín e

fazer um grande desenvolvimento de nossa teoria marxista. Eles estudam a teoria neoclássica, a teoria libertária, a teoria austríaca, e temos de fazer o mesmo com nossas fontes teóricas.

Minha conclusão é a seguinte: teremos um projeto vitorioso se soubermos explicá-lo sem nenhuma hesitação o porquê defendemos o projeto do socialismo do século XXI. E triunfaremos sob essa bandeira se tivermos a contundência de expor nossas ideias de forma honesta e com o vigor necessário para defender um ideal.

**JORNADA
INTERNACIONAL
DE LUCHA 2020
ANTI-IMPERIALISTA**

**QUE EL PUEBLO
NO PADEZCA
EL PESO
DEL CAPITAL**



tricontinental
Instituto Tricontinental de Investigación Social

María Guadalupe Odiard (Argentina), *Que el pueblo no padezca el peso del capital* [Que o povo não sofra o peso do capital], 2020.

1 Artigo

A classe trabalhadora frente à nova encruzilhada histórica do capital

César Bolaño¹

Resumo // Este artigo apresenta reflexões preliminares de ordem teórica e histórica a respeito dos desafios impostos à classe trabalhadora na sua condição de sujeito revolucionário em potência. A análise considera o contexto atual, no qual uma crise longa do capitalismo não tem até aqui provocado movimentos contestatários de envergadura, por motivos que será preciso analisar. Na primeira parte, traço as linhas gerais do quadro histórico, partindo do conceito, formulado por Sohn-Rethel, de economia dual de transição para, na segunda parte, retomar algumas considerações ligadas à problemática do fator subjetivo. Na conclusão, há uma breve e genérica síntese dos referidos desafios.

Palavras-chave // capitalismo; transição; fator subjetivo.

1 Professor titular da Universidade Federal de Sergipe. CV: <http://lattes.cnpq.br/8320476763564207>. ORCID: 0000.0001-5756-7094. O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio ao projeto "Governança econômica das redes digitais" (projeto Fapesp nº 2021/06992-1). (obscomplatformas.com.br).

Introdução

O texto que segue é um apanhado de questões que considero importantes para pensar os desafios enfrentados pela classe trabalhadora num momento crucial do desenvolvimento capitalista. Marcado pela permanência de uma crise estrutural de longa duração, o capitalismo se aprofunda em nível global, com alguns movimentos de questionamento da ordem imperialista, mas sem que uma solução revolucionária tenha até agora se apresentado. Parto, com Sohn-Rethel, da definição do capitalismo monopolista como economia dual de transição, em que as condições objetivas para o surgimento de uma organização social superior estão dadas, mas a ruptura não ocorre por motivos ligados à problemática do fator subjetivo. Este tema é retomado na segunda parte, para concluir com uma brevíssima lista dos desafios mencionados no título. Trata-se, no conjunto, de uma sucinta chamada ao debate, a qual, se tiver algum mérito, será o de articular temas e contribuições às vezes esquecidos, mas de grande relevância para a compreensão da atual conjuntura histórica.

Economia dual de transição, reestruturação produtiva e neoliberalismo

Sohn-Rethel (1976, p. 42) sintetiza de forma lapidar, em um pequeno parágrafo, o impasse que enfrenta hoje a humanidade. Ele tem em vista o fato de que a sociedade capitalista se encontra em um estágio avançado de desenvolvimento, caracterizando-se como uma “economia dual de transição”, submetida à “ação simultânea de duas leis econômicas contrastantes e incompatíveis ... a lei econômica da apropriação privada ... e a lei econômica produzida pela crescente socialização do trabalho”:

Essa dualidade econômica marca uma modificação crucial nas condições do capitalismo, em comparação com o sistema clássico de livre concorrência. Creio que nessa época o processo de reprodução do capital podia ser considerado como idêntico ao processo de reprodução da própria sociedade. A modificação em questão ocorreu em consequência da sobrevivência do capitalismo, que resistiu à Grande Depressão (1874/5-1895/6), ocasião na qual, em benefício da sociedade, deveria ter sido abolido. A partir da passagem do século, em

termos gerais, a socialização progressiva do trabalho entrou em conflito econômico com o sistema da apropriação privada que Marx e Engels haviam previsto e que Lênin destacou (idem, p. 43).

Essa caracterização histórica da passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista foi publicada num momento em que a crise estrutural do capitalismo se apresentava de forma gritante, após a primeira crise do petróleo e às vésperas da segunda. Neste momento, a hegemonia do dólar se encontrava submetida a profundos questionamentos e, mais uma vez, eram duvidosas as perspectivas de sobrevivência do capitalismo. Predominava, ainda, no seio de boa parte da esquerda mundial, a visão de um mundo em transição ao socialismo. Esse era o tom do debate promovido pela Conferência de Economistas Socialistas, na coletânea em que apareceu o artigo de Sohn-Rethel.

Três décadas antes, em plena guerra mundial, Karl Polanyi (1944), em obra antológica, sinalizava justamente o colapso do sistema de mercado autorregulado inaugurado na Inglaterra, que se expandira pelo mundo, configurando o capitalismo clássico a que se referia Sohn-Rethel no trecho citado acima. No desdobramento das tendências do sistema liberal, Polanyi descobre as origens do “moinho satânico” da violência contra as massas. Assim,

a fim de compreender o fascismo alemão, devemos voltar à Inglaterra ricardiana. Não se pode exagerar ao afirmar que o século XIX foi o século da Inglaterra. A Revolução Industrial foi um evento inglês. A economia de mercado, o livre comércio e o padrão ouro foram invenções inglesas. Estas instituições colapsaram por todas as partes nos anos vinte: na Alemanha, Itália ou Áustria, o evento foi simplesmente mais político e mais dramático. Mas quaisquer que tenham sido o cenário e a temperatura dos episódios finais, os fatores de longo prazo que destruíram essa civilização devem ser estudados no berço da Revolução Industrial: a Inglaterra (Polanyi, 1944, p. 42).

A peculiaridade da Civilização Industrial, recorrentemente referida por Furtado em sua obra como “transmutação de meios em fins” – em concordância, me parece, com a própria definição do capital como processo tautológico de valorização do valor segundo Marx (1867) – define-se, a certa altura, nos seguintes termos:

Na sociedade que emergiu dessas transformações, as atividades econômicas assumiram considerável autonomia e passaram a desempenhar papel determinante em todas as dimensões da cultura. Acumular, ampliar o excedente, vieram a constituir objetivos em si mesmos, considerando como “racional” a eliminação de todo obstáculo à eficiência produtiva. A revolução industrial confunde-se com a fixação definitiva dessa nova ordem social, na qual não somente a força física, mas também a capacidade intelectual do homem tende a subordinar-se crescentemente a critérios mercantis (Furtado, 1978, p. 38-9).

Polanyi apresenta ideia semelhante ao afirmar que

Todos os tipos de sociedade estão limitados por fatores econômicos. Porém, a civilização do século XIX era econômica em um sentido diferente e distintivo, já que optou por basear-se em uma motivação que raras vezes foi reconhecida como válida na história das sociedades humanas e que certamente jamais se havia elevado ao nível de uma justificação da ação e o comportamento consuetudinário: o lucro. O sistema de mercado autorregulado derivava peculiarmente desse princípio (Polanyi (1944, p. 42).

Para ele, o liberalismo não entendeu a Revolução Industrial do século XVIII – em cujo centro “se encontrava um melhoramento quase milagroso dos instrumentos de produção, acompanhado de um deslocamento catastrófico das vidas da gente comum” (idem, p. 45) –, julgando os eventos sociais de um ponto de vista econômico. A filosofia liberal, segundo ele, descartou

pelo fogo de uma fé emocional na espontaneidade ... o sentido comum em direção à mudança em favor de uma disposição mística a aceitar as consequências do melhoramento econômico, quaisquer que fossem. Primeiro descreditaram-se e logo se esqueceram as verdades elementares da ciência política e a administração estatal. Não há necessidade em insistir em que um processo de mudança sem direção, cujo ritmo se considera demasiado rápido, deveria frear-se se possível, para salvaguardar o bem-estar da comunidade. Tais verdades elementares da administração pública tradicional, que amiúde refletiam apenas os ensinamentos de uma filosofia social herdeira

dos antigos, borraram-se, durante o século XIX, da mente das pessoas educadas, pela ação corrosiva de um cru utilitarismo combinado com a aceitação irreflexiva das supostas virtudes auto curativas do crescimento inconsciente (idem, p. 45).

Hoje perguntaríamos: não teria essa lição sido entendida? Ou, ao contrário, o impasse das políticas de corte keynesiano que estavam na base do longo período expansivo do pós-guerra teria mostrado tão claramente os limites do próprio modo de produção capitalista? Isso indicaria, mais uma vez, a necessidade de sua abolição, visto que a burguesia imperialista não poderia senão decidir-se, nos idos da década de 1970, – a assumir consciente e cinicamente um liberalismo – num sentido mais radical –, obrigando novamente a classe trabalhadora a aceitar as consequências, sejam quais fossem, já não do melhoramento, mas da decadência econômica, a fim de preservar o seu poder político e econômico?

Essa deve ser a nossa questão orientadora se quisermos entender os desafios da classe trabalhadora no século XXI. Um aspecto particularmente intrigante do problema é o da posição das esquerdas. A análise foucaultiana do neoliberalismo caracteriza o sistema como posição radical em defesa do individualismo, contra qualquer atitude de origem iluminista que “consiste em promover uma percepção unificante ou unificadora da sociedade, valorizando tudo o que diz respeito ao ‘comum’, ao ‘coletivo’, ao ‘geral’, em detrimento do que seria da esfera do individual, do particular, do local” (Lagasnerie, 2012, p. 66). Essa análise parece se esquecer, como já tive a oportunidade de discutir (Bolaño, 2024, p. 98-99), do “quão longe e com quanta ferocidade os neoliberais foram ao ataque contra todo tipo de coletivismo, desde os tempos de Pinochet”, o que não acaba por minimizar “suas atrocidades – afinal essa é a marca de toda a história humana – mas confere ao projeto neoliberal certa dignidade”.

Ora, o intervencionismo neoliberal não é algo secundário para ser descartado no momento oportuno, um mal menor diante dos grandes benefícios que a liberdade de mercado traria, nem a luta contra o “coletivismo” algo a ser superado. A evolução das políticas neoliberais nos últimos quarenta anos e sua caracterização como algo sempre inacabado revelam que o intervencionismo é absolutamente necessário ao liberalismo em geral, pois se trata de garantir a preservação de uma situação na qual “o dinheiro é imediatamente a comunidade, na medida em que é a substância universal da existência para todos e ao

mesmo tempo o produto social de todos. Mas no dinheiro ... a comunidade é para o indivíduo uma mera abstração, uma coisa externa, acidental e, ao mesmo tempo, um simples meio para sua satisfação como indivíduo isolado” (Marx, 1867) (Bolaño, 2024, p. 100).

O neoliberalismo, na verdade, na sua formulação programática, tem por missão promover, no plano ideológico e das políticas econômicas, o ataque a todas as formas de organização e de defesa da classe trabalhadora e a mais extensa fragmentação da sociedade, de modo a tornar o indivíduo isolado e totalmente indefeso frente ao capital monopolista, tanto na condição de trabalhador como na de consumidor e, como cidadão, frente aos poderes do Estado. Na sua versão ideológica mais extrema, apresenta-se como movimento social que, em nome da liberdade individual, promove verdadeira guerra cultural. Mas as políticas econômicas neoliberais têm uma incidência maior, sendo adotadas indiscriminadamente inclusive pelos governos considerados de esquerda que chegaram ao poder, mundo afora, ao longo de todo o período iniciado com a chamada retomada da hegemonia norte-americana nos idos do governo Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos (Tavares, 1997).

Sua implantação, desde então, veio de braço com a reestruturação produtiva, com a introdução em larga escala de um *cluster* de inovações, entre as quais se destacam as tecnologias da informação e da comunicação, consequência do desenvolvimento da microeletrônica, que irão redundar na consolidação do paradigma digital na organização dos mais variados processos produtivos, tanto na indústria como nos serviços, com impacto generalizado no consumo de massa, na cultura e nos mais diferentes setores da vida. O conjunto desse processo pode ser definido, em perspectiva marxista, como Terceira Revolução Industrial, na medida em que promove uma ampla subsunção do trabalho intelectual, paralela a uma intelectualização geral dos processos de trabalho em geral e do próprio consumo (Bolaño, 2002). Isso leva a um salto qualitativo nos processos de automação (flexível) e à implantação de uma nova morfologia do trabalho, como diz Ricardo Antunes (2007), desde a reconfiguração do sistema taylorista-fordista, o avanço da robotização, até os novos sistemas de controle através de plataformas digitais e a chamada inteligência artificial.

Esses dois movimentos – reestruturação produtiva e neoliberalismo – promoverão uma profunda derrota da classe trabalhadora em nível mundial, reforçada pelo fim da União Soviética e do socialismo real europeu, acompanhado

do fracasso ou da capitulação das esquerdas, tanto no plano político como no intelectual. Essa capitulação intelectual, em particular, é caracterizada, desde ao menos os anos oitenta do século passado, por sucessivas ondas de revisionismo acadêmico, cuja característica comum é a negação da lei do valor de Marx e do caráter revolucionário da classe trabalhadora (Bolaño, 2024-b). Isso acontece embora suas origens, do ponto de vista da história das ideias, sejam bem anteriores e potencializadas no momento do surgimento dos chamados novos movimentos sociais, nos anos 1960. Esta classe trabalhadora reestruturada, fragmentada, desorganizada, enquanto perde direitos, torna-se crescentemente redundante e passa por processos de precarização. Ela sofre ainda com o refluxo do pensamento revolucionário, substituído amplamente pela torre de Babel do progressismo identitário e outras formas de idealismo.

Soma-se a isso a transição do sistema global de cultura, da velha Indústria Cultural, subsumida no complexo maior da economia política da Internet, sob o comando agora das empresas proprietárias das grandes plataformas digitais. Elas centralizam o capital investido e as redes sociais o concentram no campo da cultura em nível mundial (Bolaño, Martins, Valente, 2022). Aperfeiçoam-se, evidentemente, os mecanismos de controle social, de propaganda e publicidade. Isso ocorre especialmente nas condições objetivas referidas, com o desenvolvimento de formas de comunicação, vertical e horizontal, tecnicamente mediadas e extremamente capilarizadas, capazes de atingir diretamente o indivíduo em determinados casos, via algorítmica.

Mas seria um erro pensar que se trata de uma questão puramente psicológica, ou psicossocial, de disputa epistemológica ou de meras narrativas. Ainda que esses fatores tenham uma participação nada desprezível nas disputas por corações e mentes, é preciso ter claro que todos eles devem ser entendidos na sua materialidade própria. A esse respeito, vale fazer um breve contorno metodológico, lançando mão de outro clássico do marxismo a respeito da relação entre forma econômica e forma jurídica:

Do mesmo modo que a riqueza da sociedade capitalista reveste a forma de uma enorme acumulação de mercadorias, também a sociedade, em seu conjunto, apresenta-se como uma cadeia ininterrupta de relações jurídicas. A troca de mercadorias pressupõe uma economia atomizada. O vínculo entre as diferentes unidades econômicas, privadas e isoladas, é mantido a todo momento graças aos contratos

que se celebram. A relação jurídica entre os sujeitos não é mais que o reverso da relação entre os produtos de trabalho tornados mercadorias (Pachukanis, 1924, p. 47).

Nesse nível de abstração fica claro que “não é necessário partir do conceito de norma como lei autoritária externa para analisar a relação jurídica em sua forma mais simples. É suficiente fundamentar a análise numa relação jurídica ‘cujo conteúdo é dado pela própria relação econômica’ [citando o célebre trecho de Marx, no capítulo segundo do livro primeiro d’*O Capital*] e, seguidamente, examinar a forma ‘legal’ dessa relação jurídica como um caso particular” (idem, p. 57). Fica claro, assim, que o sujeito econômico e o sujeito de direito são o mesmo – e que, ao considerar o segundo, o fetiche se desfaz, como sugerido na citação anterior, na medida em que o caráter contratual da relação é posto.

Algo semelhante tive a oportunidade de estabelecer ao definir a forma da comunicação das relações sociais capitalistas (Bolaño, 2000), considerando que a troca de mercadorias tem um pressuposto antropológico que define um determinado tipo de comunicação entre os contratantes. Se, descendendo no nível de abstração, é possível derivar, como faz Marx, da mercadoria ao capital, ou da lei ao Estado, como no debate alemão sobre a derivação, também a Indústria Cultural e o sistema global de cultura podem ser derivados a partir de uma categoria tão simples como a de informação. Estamos, assim, reconstruindo no pensamento as diferentes formas das relações sociais capitalistas, que constituem, de fato, uma totalidade. O próprio Pachukanis indica o ponto a que quero chegar:

A perfeição formal dos conceitos de “território nacional”, de “população”, de “poder do Estado”, não reflete somente uma determinada ideologia, mas também a realidade objetiva da formação de uma esfera de domínio concentrado e, portanto, antes de tudo a criação de uma organização administrativa, financeira e militar real com um aparelho humano e material correspondente. O Estado não é nada sem meios de comunicação, sem a possibilidade de transmitir ordens, diretivas, de mobilizar as forças armadas etc. O professor Resjner acreditará que as estradas militares romanas ou os meios de comunicação fazem parte dos fenômenos do psiquismo humano? (idem, p. 40).

Ora, também o sistema global de cultura constitui, ao menos desde o surgimento da Indústria Cultural, no início do século XX, uma “esfera de domínio concentrado”. Isso acontece considerando sua institucionalidade própria e sua burocracia. Também é necessário considerar, inclusive, um setor específico do capital monopolista, de proprietários dos grandes meios de comunicação de massa, das redes e plataformas digitais, que cumprem uma função particular, necessária para o funcionamento do capitalismo monopolista.

Subsunção, exterioridade e o fator subjetivo

Cinquenta anos após a publicação do artigo de Sohn-Rethel aqui referido, a condição geral lá exposta permanece. A retomada da hegemonia americana, afinal, teve fôlego curto se comparada com o espetacular período de crescimento que se seguiu à fase das catástrofes da primeira metade do século XX. As marcas visíveis do socialismo (Albuquerque, 2012) deixam à mostra o extraordinário nível de socialização das forças produtivas, que configuram as condições objetivas para um nível superior de organização social, mas a ruptura não ocorrerá sem a ação consciente e organizada de uma classe trabalhadora confrontada pelo festival de horrores com que o capital nos brindou nestas primeiras décadas do século XXI: desastres ambientais, guerras e brutalidades sem fim.

O avanço da censura e da produção de mentiras em escala industrial mal logram esconder, frente ao genocídio transmitido em tempo real, a barbárie plenamente instalada. Se a condição de economia dual de transição indica a possibilidade da ruptura, a ilusão dos revisionismos antes referidos, de uma passagem pacífica ao socialismo, consequência do puro desenvolvimento das forças produtivas, parece pueril diante do abismo em que nos encontramos.

No plano da produção material, a situação não é melhor. Considerando a reestruturação produtiva e a subsunção do trabalho intelectual, a classe que vive do trabalho, para usar outra expressão de Antunes (2007), suas formas de inserção nos processos produtivos, seus valores, sua exposição aos mecanismos de controle ideológico do sistema global de cultura e aos modos de vida impostos pelo capital, foram profundamente alterados. Isso rebaixou as suas capacidades de dar o salto da consciência de si à consciência para si. Seria útil, aliás, neste ponto, retomar as esquecidas análises de Lucien Goldmann sobre a consciência possível. Para ele, o sociólogo, no estudo de qualquer grupo social, deve-se perguntar sobre

quais são as categorias intelectuais fundamentais, o aspecto específico dos conceitos de espaço, de tempo, de bem, de mal, de história, de causalidade etc., que estruturam a sua consciência, em que medida essas categorias estão ligadas à sua existência, quais são os limites do campo de consciência que elas geram e, por fim, quais são as informações situadas para além desses limites e que não podem já ser recebidas sem transformação social fundamental. Todo o grupo tende, com efeito, a conhecer de maneira adequada a realidade, porém o seu conhecimento não pode ir senão até um limite máximo compatível com a sua existência (Goldmann, 1971, p. 14-15).

Nossa preocupação aqui não é de ordem sociológica, nem psicológica, senão aquela da busca, num plano ainda abstrato, pelas condicionantes do fator subjetivo na realização de suas potencialidades, na perspectiva da crítica da economia política. Nesse sentido, prefiro seguir com Furtado:

A ideia, formulada por Marx, segundo a qual um processo crescentemente agudo de luta de classes, no quadro da economia capitalista, operaria como fator decisivo na criação de uma nova sociedade, essa ideia para ser válida requer, como condição *sine qua non*, que as classes pertinentes estejam em condições de gerar visões independentes do mundo. Em outras palavras: a existência de uma ideologia dominante (que, segundo Marx, seria a ideologia da classe dominante em ascensão) não deveria significar a perda total de autonomia cultural pelas outras classes, ou seja, a colonização ideológica destas (Furtado, 1974, p. 84).

Tudo o que foi dito até aqui não sugere, à primeira vista, otimismo em relação à autonomia cultural que o autor defende como “condição objetiva para a existência de uma classe”, citando a célebre análise de Marx dos *paysans parcellaires*, base social de apoio de Luís Bonaparte, no seu *18 Brumário*, que “não haviam tomado consciência de si mesmos como classe; no entanto, constituíam uma classe, no sentido de que podiam servir de fator decisivo nas lutas pelo poder, porque ‘opunham o seu gênero de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes sociais’” (idem, p. 85). Nesse caso, a identidade se estabelece pela igualdade das condições materiais de vida e, portanto, a homogeneidade das formas de acesso à cultura material.

Hobsbawn (1984), da sua parte, descreve aspectos significativos da cultura própria da classe operária inglesa que se opunham, no século XIX, à cultura das classes dominantes, burguesa ou aristocrática. É o caso do futebol como prática lúdica ou esportiva ou, no campo da gastronomia, o consumo popular de *fish and chips*, hábito, naquele momento, caracteristicamente proletário. São sinais da existência de uma identidade cultural de classe ativa e ainda imune à ação colonizadora do capital. No entanto, essa ação do capital transformará, no século XX, tanto o futebol quanto o *fish and chips* em casos exemplares da cultura de massas, como chama Edgard Morin (1962). Em texto clássico, o autor caracteriza a cultura industrial capitalista, para além da velha cultura burguesa da obra de arte única, afrontada pelo avanço da reprodutibilidade técnica estudada por Walter Benjamin (1936) e definitivamente reduzida à condição de cultura de resistência frente à poderosa Indústria Cultural pioneiramente tratada pelos teóricos da escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, 1944).

Furtado também se refere ao caso inglês, mais especificamente, à “ascensão da classe trabalhadora como força política” naquele país que, “à diferença da França, onde a classe trabalhadora tinha o seu maior ponto de concentração na capital do país”, apresentava um proletariado concentrado principalmente no norte. Ele estava “em cidades com uma maioria da população operária: trabalhadores das minas de carvão, da metalurgia, da indústria têxtil, da construção naval e outras indústrias” (Furtado, 1978, p. 178). Nessas regiões, na primeira metade do século XIX, desenvolve-se “um vasto movimento político orientado para a rejeição das formas de vida criadas pela civilização industrial”. Essa é a origem do movimento ludista, contra o qual o governo atuou de forma “feroz, utilizando tropas de mercenários trazidas do exterior” (idem). Ao contrário,

a partir dos anos 40 do século passado [século XIX] tendeu a prevalecer na Inglaterra o movimento operário surgido em Londres, onde predominavam a pequena indústria e o semi-artesanato. Ao contrário do anterior, este não formulava uma crítica global do sistema, limitando-se a reivindicar melhoras nas condições de vida da classe trabalhadora: redução da jornada de trabalho, proteção de crianças e mulheres e outras medidas orientadas para a elevação do salário real (idem).

Assim canalizadas as lutas, “estava eliminada a possibilidade de formação de uma consciência crítica, de uma visão global. A ascensão, dentro dos padrões

estabelecidos pela lógica da acumulação, passava a refletir uma aspiração comum, um consenso por cima de todos os antagonismos” (Furtado, p. 178-9). Ao longo do século e meio posterior, dar-se-á, no centro do sistema capitalista, uma dinâmica da luta de classes que, nesse sentido, facilita a integração da classe trabalhadora (Mattick, 1978), fenômeno que se manifesta de forma contundente durante os trinta anos gloriosos do pós-guerra. Isso animou os debates em torno da superação do capitalismo no momento da ascensão dos chamados novos movimentos sociais e das disputas em torno da definição do sujeito revolucionário nos anos 1970.

Esse debate logo em seguida desaparecerá da pauta dos partidos reformistas institucionalizados e, em geral, da maioria da intelectualidade de esquerda. Estes grupos estavam impactados pelo fim da União Soviética e do socialismo real europeu, pelo avanço de um pensamento pretensamente mais radical, inspirado nos novos movimentos sociais. Esses grupos se encontravam afastados das tradições do movimento operário, pela chamada deriva culturalista e pelo avanço avassalador do pensamento pós-modernista. Esse tipo de pensamento era apresentado, muitas vezes, como radical, mesmo quando não conseguia esconder, frente à realidade posta pela reação do capital à crise do imperialismo, as suas mais profundas contradições.

Isto não impede que, no interior desse debate, surjam contribuições de grande valor, como aquela, fundadora e fundamental, do professor Enrique Dussel, que inclui uma leitura sistemática e profunda de toda a obra de maturidade de Marx. Ela está centrada no conceito fundamental de subsunção, entendido na sua relação intrínseca com aquele de exterioridade. A insistência nessa relação constitui a pedra angular da leitura renovadora (não eclética) que o autor faz de Marx para compreender os dilemas do século XXI. Nessa leitura, o trabalho vivo é sempre exterior ao capital e precisa ser subsumido a cada movimento do processo de acumulação, pois a cada passo ele tem de criar a mais valia “a partir do nada do capital”. Isto é, ao início de cada movimento de rotação, o capital se apresenta dividido em suas duas partes (constante e variável), cujo valor é reposto no processo. A mais-valia de que o capital se apropria ao final de cada ciclo não encontra justificativa no próprio capital, mas apenas no trabalho vivo.

Essa é a dinâmica da exploração capitalista: a cada rotação do capital o trabalho vivo deve criar um valor adicional sem contrapartida, sem justificativa no próprio capital, o que abre as portas, na minha interpretação, para uma teoria

unificada da reprodução social. Isso inclui também a definição manejada por autoras feministas, tendo em conta que o trabalho vivo, para existir enquanto tal, depende sempre do trabalho doméstico, ou de uma comunidade, que serve externamente, em última instância, ao capital, sem estar, não obstante, nele subsumida (Bolaño, 2024-b). Mas esse diálogo, inspirado na relação entre subsunção e exterioridade, não se estabelece apenas com o feminismo marxista, mas se estende potencialmente a outras áreas sobre as quais os estudos decoloniais têm avançado, como o pensamento negro e outros em grande medida sequestrados, neste momento, pelo pós-modernismo identitário.

Da minha parte, se a subsunção é uma categoria de mediação que expressa a inversão ontológica em que o sujeito do processo de trabalho torna-se objeto de exploração e o aparato técnico, os objetos que ele manipula se apresentam como a encarnação do poder estranho que o submete e controla, o que ela indica é a incorporação e a subordinação, a dominação e a submissão. Também aponta para a contradição e para o antagonismo pois, como insiste Dussel, a realização do fundamento, dado pelo capital (valor que se valoriza) exige a exploração da fonte única do valor, o trabalho vivo. Essa é a essência da relação contraditória que caracteriza o modo de produção capitalista para Marx.

A subsunção significa que o trabalho é incluído na sua qualidade geral de elemento subjetivo do processo de produção, que fica então determinado como processo de valorização e o próprio capital pode apresentar-se como produtivo, pois, enquanto totalidade, incorpora a fonte produtora de todo valor. A contradição essencial da forma capital fica assim estabelecida, pois o trabalho vivo, subsumido no capital, não se dissolve simplesmente naquela totalidade, mas mantém a sua identidade de origem, opondo-se no plano material ao conjunto dos elementos objetivos do processo, instrumentos da exploração que sobre ele exerce o capitalista. Em Dussel, esse caráter contraditório e transcendente da mediação/subsunção passa pelo reconhecimento da exterioridade:

Esta *transcendência interna* do ser humano sob o manto de trabalhador assalariado, esta *externalidade* (...) é o ponto de partida do processo crítico contra o capital. O Outro, reduzido a um momento interno ou alienado do capital (força de trabalho no processo de trabalho, ou pior, capital humano, equiparado ao capital investido em recursos; quer dizer, coisificado), aparece como alguém, como ator da transformação do sistema econômico no qual pretendeu-se que

aceitasse definitivamente sua função de mediação objetiva. A criação de novas instituições econômicas trans-capitalistas, e mais além da modernidade, tem como fonte essa exterioridade afirmada como tal: heteronomia autônoma, fonte criativa do novo econômico. São comunidades de trabalhadores que iniciam o novo caminho (Dussel, 2014, p. 211-2).

Subsunção é, assim, internalização do Outro como parte dominada e explorada de uma totalidade contraditória, antagônica e precária. Para completar o quadro, é preciso considerar, ainda que brevemente, o conceito particular de mediação que define o campo acadêmico da Comunicação. Para além do *tour de force* realizado pelos estudos culturais latino-americanos (Barbero 1987), na perspectiva da economia política da comunicação brasileira, a mediação social, no capitalismo monopolista, serve-se também de um determinado aparato técnico para realizar um duplo processo de subsunção (capital-trabalho; economia-cultura) em favor da dominação capitalista, que se estende assim da fábrica para o terreno da reprodução simbólica, colonizando o tempo livre para garantir a consecução das funções publicidade e propaganda em que se desdobra a forma comunicação (Bolaño, 2000).

A subsunção do trabalho cultural que realiza essa mediação define um setor particular do capital, como é a Indústria Cultural da segunda metade do século XX, que se encontra hoje em transição, em consequência da crise estrutural do capital, das respostas deste e de suas consequências, que incluem também novas demandas e condições para a ação do capital comunicacional, forma funcional do capital na sua fase monopolista. Este último emprega uma camada de mediadores sociais cuja consciência, no sentido de Goldmann, oscila, por imposição do ofício e das hierarquias que a recortam, entre o reconhecimento da condição de trabalhador e aquela do “colaborador” do setor dominado da classe dominante, por usar a expressão de Bourdieu.

Os desafios

Mas essa condição enquadra, na verdade, o conjunto daquela população atingida pela subsunção do trabalho intelectual, o que, ao mesmo tempo em que abre perspectivas concretas de superação da divisão, estudada por Sohn-Rethel (1989), entre trabalho manual e intelectual (Bolaño, 2002), impede a sua

efetivação ao promover uma cisão em duas partes da classe trabalhadora (Bolaño, 2024-b). Dessa forma, o **primeiro** desafio que esta enfrenta é o da sua unificação diante dos processos acima indicados, que redundam em fragmentação, tanto no plano material como no subjetivo. Vimos a importância da homogeneidade das condições materiais de vida para a configuração de uma identidade operária no século XIX e as dificuldades nesse sentido impostas no século XX pelo capitalismo monopolista, decorrentes da existência de grandes diferenciais de remuneração, de padrões de vida, acesso a bens de consumo diferenciado. Isso tudo acaba constituindo diferenças em termos de visão de mundo, ainda que a Indústria Cultural atuasse no sentido de uma homogeneização, necessária ao sistema de controle social e manipulação que ela representava.

Nas condições prevalentes nestas primeiras décadas do século XXI, a transição do sistema global de cultura, da centralidade da velha Indústria Cultural para aquela da economia da internet comandada pelas empresas proprietárias das grandes plataformas digitais, a situação se complica ainda mais. Isso ocorre devido a uma massificação que se aprofunda, ao mesmo tempo em que a fragmentação alcança o limite colocado pela publicidade e pela propaganda, já que elas têm a capacidade de atingir diretamente o indivíduo, que se refugia em bolhas. Neste lugar, ele é mais facilmente atingido pelos sofisticados mecanismos de controle e manipulação, concentrados em torno de um oligopólio global que, até aqui, funciona de forma descontrolada, violando princípios fundamentais do próprio direito burguês, como a liberdade de expressão ou o direito à comunicação, em meio a uma profusão alucinante de informações. O **segundo** desafio é a criação de mecanismos de defesa, da própria classe trabalhadora, contra esse elemento profundamente perturbador do atual sistema global de cultura.

O **terceiro** desafio é encontrar instrumentos e formas de organização e de luta que garantam a autonomia cultural, permitindo a construção de amplos consensos em termos de crítica global, como indica Furtado, e radical, do sistema. O desafio é a rejeição das formas de vida e de poder existentes, que estão nos levando ao precipício, e a construção de um mundo novo. Nesse sentido, é preciso não apenas recuperar as tradições de luta do movimento operário internacional, mas redefinir também os horizontes de referência, para o que devem-se mobilizar os imaginários, inclusive aqueles ligados a outras tradições, não ocidentais. Isso vem sendo proposto no interior do movimento negro, que reivindica a ancestralidade africana como elemento de identidade anticolonial e anticapitalista, tendo claro que não se trata de formular nenhuma utopia regressiva, mas de sondar as

possibilidades abertas neste momento especial do desenvolvimento das forças produtivas para a construção do socialismo. Neste caso, o socialismo é entendido como horizonte aberto às experimentações, considerando, por exemplo, os conceitos propostos por Álvaro Garcia Linera (2010), de forma comunidade e de *ayllu* universal.

Referências

ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, (1944) 2006.

ALBUQUERQUE, Eduardo M. **Agenda Rosdolsky**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ANTUNES, Ricardo (2007). **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARBERO, Jesus Martin. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BENJAMIN, W. (1936). *A Obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. In **Obras Escolhidas**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Trabalho Intelectual, Informação e Capitalismo. A reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva*. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 15, 2º sem, 2002.

_____. **Economía política y cultura**. La batalla de la comunicación en la América Latina del siglo XXI. Quito: CIESPAL; Buenos Aires: CLACSO, 2024.

_____. *Atualizar o debate sobre o fator subjetivo*. In: BOLAÑO, César; BASTOS, Manoel; SANTOS, Verlane Aragão; VALENTE, Jonas (orgs.). **Capital, trabalho e conhecimento no século XXI: informação, comunicação, cultura e a crítica da economia política** (em vias de publicação), 2024-b.

BOLAÑO, César; MARTINS, Helena; VALENTE, Jonas. *Para a análise teórico-metodológica das plataformas digitais como estruturas de mediação a partir da Economia Política da Comunicação*. **Revista Avatares**, n. 24, dez. 2022.

DUSSEL, Enrique. **16 tesis de economía política**. México: Siglo XX, 2014.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, Círculo do Livro, 1974.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GOLDMANN, Lucien. **A criação cultural na sociedade moderna**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

HOBBSBAWN, E.. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

LAGASNERIE, G.. **A última lição de Michel Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LINERA, Álvaro Garcia. **Forma valor y forma comunidad**. Aproximación teórico-abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu Universal. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**, Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MATTICK, Paul. **Integración capitalista y ruptura obrera**. Barcelona: Laia, 1978.

MORIN, E. **Cultura de Massas no século XX**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.

PACHUKANIS, Evgeny. **Teoria geral do direito e o marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

POLANYI, Karl. **La gran transformación**. Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo. México: Fondo de Cultura, 1992.

SOHN-RETHEL, Alfred. *A economia dual de transição*. In: **Conferência dos Economistas Socialistas** (1976). Processo de trabalho e estratégias de classe. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Trabalho Espiritual e Corporal Para a Epistemologia da História Ocidental**. João Pessoa: UFPB/CCSA, Mestrado em Economia, 1995.

TAVARES, Maria da Conceição. *A retomada da hegemonia norte-americana*. Em: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José (orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização** (3ª ed.), Petrópolis: Vozes, 1997.

SINK THE MASTER'S TOOLS



INTERNATIONAL
WOMEN OF 2020
ANTI-IMPERIALIST
STRUGGLE

tricontinental
Tricontinental Institute for Social Research

2 Artigo

Frente unida no império e a luta por soberania digital popular no sul global¹

Tica Moreno² e Luiz Zarref³

A presença dos bilionários que controlam as principais estruturas de dados do capitalismo financeiro ocidental na primeira fileira da posse de Donald Trump foi a sequência de uma aparentemente bem orquestrada movimentação pública. A agitação política promovida por Elon Musk (Tesla e X) durante a campanha eleitoral e sua posterior presença articuladora na preparação do novo governo somam-se ao manifesto declamado por Mark Zuckerberg (Meta) no início do ano. Um ao lado do outro, com Jeff Bezos (Amazon), Sundar Pichai e Sergey Brin (ambos Alphabet/Google), produziram uma fotografia que repercutiu nas redes globais e motivou diferentes análises. Ainda estavam presentes Sam Altman (OpenAI) e Tim Cook (Apple).

Há uma vertente que interpreta esse acontecimento como o apoio de um setor empresarial às promessas de Trump sobre diminuição de regulações e corte de impostos, no que poderia ser encarado como uma tentativa de recuperar o moribundo neoliberalismo (não global, mas no ventre da besta). Nessa linha também está o entendimento que as regulações europeias que se avizinham devem ser combatidas pelo governo estadunidense como questão nacional. Outra explicação baseia-se na coesão destes homens com o governo Trump pelo interesse de uma [nova fase da](#)

1 MORENO, T.; ZARREF, L. Bilionários da tecnologia se unem contra soberania digital do Sul Global. Revista Estudos do Sul Global, v. 5, n. 1. Mar/2025. No Prelo.

2 Militante da Marcha Mundial das Mulheres, Pesquisadora da Baobab – Associação Internacional para Cooperação Popular

3 Militante do MST, Coordenador para América Latina da Baobab – Associação Internacional para Cooperação Popular

exploração espacial ou na criação de cidades “inteligentes” totalmente privatizadas, apresentada como uma utopia da ultra burguesia.

Há ainda a leitura, mais presente na esquerda brasileira, que localiza essa aliança nos marcos do fascismo, como um fenômeno crescente no ocidente diante da crise do capitalismo. Ao manipular as massas e esconder o avanço da barbárie, ajudam a eleger governos alinhados ao bloco fascista e assim ganham fôlego nos estertores de seu domínio global.

Essas abordagens são importantes e contém fragmentos da totalidade desse quadrante histórico, porém nossa avaliação é que não alcança seu núcleo. A novidade da unidade finalmente explícita das corporações dos dados representada na fotografia deve, primeiro, ser compreendida junto a outros pilares de sustentação de Trump à frente do Império: o complexo bélico-militar e as corporações de petróleo e gás. Mas, para além disso, precisamos desenvolver uma leitura mais precisa sobre qual a base material dessa nova fração da burguesia – os bilionários das Big Techs – e por que ela possui tanto poder. Somente assim podemos analisar o que ocorre no teatro propositalmente encenado e repercutido com toda a potência pelas redes sociais criadas e geridas pelos mesmos.

Precisamos compreender que seu poder não está apenas na quantidade de dinheiro que possuem – o qual está, inclusive, compreendido quase completamente em capital fictício. Tampouco está nessa incrível capacidade de manipulação, que é real e não deve ser desprezada. Aliás, essas duas expressões tangíveis deste poder são resultado justamente de uma razão objetiva: o controle da produção, extração e processamento de dados.

É determinante e urgente entendermos que estamos em meio a uma nova revolução tecnológica. Os meios de produção mobilizados pela revolução da agricultura, pecuária e metalurgia, assim como aqueles da revolução industrial, ainda estão presentes na base da sociedade mundial. Porém, a atual dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas encontra-se em pleno processo de subsunção formal destes a uma nova síntese, que tem centralidade no capital financeiro que, por sua vez, depende da digitalização e dataficação da maior quantidade possível de elementos da realidade objetiva e subjetiva, na busca de capacidade crescente de extração, armazenamento e processamento desses dados como capital. A infraestrutura de dados e, portanto, sua propriedade, é determinante nesse processo.

O simbolismo dessa nova revolução nos confunde porque o que vemos é apenas a imagética reproduzida em celulares e computadores. Mas suas imensas fábricas existem fisicamente. São datacenters que, para funcionar 24 horas por dia, consomem quantidades crescentes de energia e água – apenas Google e Microsoft, por exemplo, consomem mais energia do que 100 países juntos e, individualmente, mais que países como Gana e Tunísia. São dezenas de milhares de quilômetros de cabos submarinos, outra centena de milhares de antenas e um crescente número de satélites, com especial destaque para o sistema Starlink. São milhares de trabalhadoras e trabalhadores espalhados pelo Sul Global encarando jornadas super extensas e com baixíssima remuneração – em “fazendas de cliques”, em escritórios ou mesmo em suas próprias casas – para treinar a chamada inteligência artificial, rotulando termos e imagens, por exemplo.

Os dados são a matéria prima base para esse novo desenvolvimento tecnológico nessa fase do capitalismo financeiro. Esse não é um mero detalhe. A história da humanidade é a história da luta de classes, ensinamento básico para qualquer militante. A luta de classes, que é a batalha promovida a partir das contradições entre as classes sociais e o domínio sobre os meios de produção de determinado período histórico, está no centro dessas contradições. A cada revolução tecnológica a dinâmica geopolítica do mundo – ou de partes do mundo, se pensarmos antes das grandes navegações – se alterou, surgindo novas potências e erodindo impérios passados. Isso significa mudanças de bordas territoriais, mas, fundamentalmente, nas formas sociais que organizam o mundo, em suas dimensões materiais e simbólicas.

Portanto, seguindo esse pensamento, os dados (como matéria prima fundamental) e os fatores de produção para sua extração e processamento estão no centro da disputa geopolítica do presente e futuro. As forças sociais que controlarem os estágios iniciais dessa nova revolução tecnológica definirão a dinâmica do mundo e essa é uma das batalhas centrais dos nossos tempos.

Como não nos cabe exercitar futurologia, é difícil saber se este domínio sobre os dados é mais um passo da subsunção formal ou se já adentramos na subsunção real dos meios de produção existentes à essa nova fase do capitalismo. Entretanto, já é possível compreender que aquilo que conhecemos como mundo está sendo rapidamente processado e cada vez mais transformado por essa sofisticação tecnológica tão ou mais significativa quanto à máquina à vapor.

Aproveitando o paralelo, devemos evitar o fetichismo, quando a coisa produzida por nós, seres humanos, assume um poder fantasmagórico, tornando-se mais poderoso que seu criador e passando a determinar toda sua vida. Fato é que as tecnologias dessas grandes corporações e seus sistemas algorítmicos vão penetrando em cada aspecto da vida e são naturalizadas como as únicas possibilidades. Avançam e operam onde não esbarram com regulações e, quando chegam a incomodar, já existe um grau de dependência das infraestruturas, modelos e aplicações tecnológicas específicas que sua reversão parece ser impossível.

O ponto determinante para as forças revolucionárias está, portanto, em entender como uma nova burguesia surge ao controlar esses novos meios de produção – e qual a visão de mundo que essa nova burguesia buscará impor para seguir acumulando a partir do roubo da natureza e da exploração da capacidade produtiva e reprodutiva das massas exploradas.

Entendendo que os bilionários da fotografia detêm os meios de produção mais extraordinários que a humanidade já produziu para simular diferentes cenários, podemos assumir que eles sabem bem o que estão fazendo, inclusive ao performar suas exposições e cada um de seus gestos. Eles aderem e passam a ser (entusiasticamente) um dos sustentáculos do bloco trumpista porque veem nele as condições objetivas para enfrentar as batalhas que estão no horizonte imediato e que terão papel decisivo nos rumos dessa nova era do desenvolvimento humano. Em nosso entendimento como autores desse artigo, o principal enfrentamento se dá contra a planificação socialista sobre a esfera digital do capitalismo financeiro, proposta pela China sob liderança do Partido Comunista.

Explicaremos a seguir o porquê desta conclusão, mas fundamentalmente estamos baseados na compreensão que esse histórico passo do PCCh – e a reação do império – deve ser situado no singular momento em que, pela primeira vez, o Sul Global, enquanto conjunto com seus blocos políticos, como o BRICS e nações como a China, emergem como potências econômicas e tecnológicas colocando o desindustrializado Estados Unidos em alerta. É precisamente essa conjuntura inédita que caracteriza o que se entende como [Hiperimperialismo](#). Aqui, os três setores que sustentam Trump e hoje estão sob seu comando – armas, petróleo e tecnologia – são estratégicos na disputa enfrentada pelo decadente e perigoso imperialismo liderado pelos EUA. Eles não estão se movendo a partir de espontaneísmos. Há tática e objetivo: aniquilar as possibilidades de superação de seu projeto político nesse momento de transição de forças produtivas.

China, novas qualidades das forças produtivas e o Sul Global

A superioridade histórica do socialismo sobre o capitalismo é composta por muitas dimensões. Uma das principais é que o socialismo é o modo de produção em que o caráter revolucionário do desenvolvimento das forças produtivas não é sequestrado pela burguesia. Ao manter o controle dos meios de produção, a burguesia controla não apenas a mais valia, mas também toda a possibilidade de desenvolvimento da humanidade. Por vezes, impede esse progresso, tentando bloquear para que tudo que não esteja sob seus domínios floresça e dê semente. Outras tantas, impede o desenvolvimento científico, como bem identificou Marx quando descobriu que a Economia Política estava rodando em falso num atoleiro, pois não podia dizer aquilo que estava óbvio: a teoria do Valor.

As experiências socialistas compreenderam que assumir o Estado deveria servir para extinguir gradualmente esse controle da burguesia sobre o seguir da marcha da história. O caminho do Partido Comunista Chinês é talvez o mais polêmico desses quase 200 anos de intentos iniciados com a Comuna de Paris. Usando uma paleta de cores apenas primárias, é possível desenhá-lo como um modo de produção onde o Partido Comunista planifica uma [economia socialista de mercado](#), direcionando o desenvolvimento em setores estratégicos com estruturas estatais enquanto estimula as leis econômicas de mercado clássicas em setores periféricos.

Os resultados dessa via chinesa são realmente épicos. [Eliminaram a pobreza extrema](#) em uma sociedade de 1,4 bilhões de habitantes, cujas condições climáticas e topográficas não são exatamente as mais favoráveis do mundo. Mesmo com um atraso de duas décadas em relação ao Japão, Alemanha e França, em menos de 20 anos construíram 45 mil quilômetros de [trens de alta velocidade](#), representando $\frac{2}{3}$ de toda a malha ferroviária deste tipo no mundo. Dominam as tecnologias mais avançadas em [energia solar](#) e produção de motores elétricos para veículos individuais ou coletivos.

Tudo isso é bem sabido pelo PCCCh – não é obra do acaso ou mesmo não é visto com surpresa por seus quadros. Ao contrário, eles já concluíram que fizeram bem o dever de casa de “correr atrás”. Hoje a China é a oficina do mundo não pelo [valor de troca de sua força de trabalho](#), e sim por todo o sistema industrial

de produção e circulação que desenvolveu. Mas ainda se encontra nos marcos das revoluções tecnológicas do século XX.

Diante da acelerada conflagração geopolítica imposta pela decadência hiperimperialista, o PCCh busca desenvolver duas linhas simultâneas. Externamente, desenvolve a inovadora teoria da Comunidade Global de Futuro Compartilhado. Internamente, compreende que essa extraordinária capacidade desenvolvida pela China já permite “tocar” as membranas do futuro, dar os sólidos passos para uma nova revolução tecnológica. A isso o presidente chinês Xi Jinping, como núcleo do PCCh, tem reiteradamente chamado a nação a empreender todos os esforços para desenvolver as [Novas Qualidades das Forças Produtivas](#).

Os dados foram definidos, na China, como um novo [fator de produção](#), junto com terra, trabalho, capital e tecnologia. Com essa visão, há um impulso para diferentes áreas do conhecimento, principalmente biologia, novas energias, manufatura e informação. Aqui assumem papel central as inovações tecnológicas com base em Big Data e para o desenvolvimento de modelos de inteligência artificial nos diferentes setores da economia e da sociedade, passando pela agricultura, energia, planejamento urbano e até o cuidado de idosos.

A inteligência artificial não é uma tecnologia homogênea e universal, deve ser compreendida em seus modelos específicos direcionados a esferas distintas da vida (um modelo de tradução automática de texto é diferente de um modelo de reconhecimento facial, ou de direção automatizada, ou de aplicação militar, que por sua vez também é diferente de um modelo de monitoramento de lavoura). Em todo o mundo, a inteligência artificial é foco da expansão da fronteira da inovação e é aplicada a processos produtivos específicos. Na China, a elaboração e orientação política de impulsionar as novas qualidades das forças produtivas, revolucionando cada setor com inovação incluindo infraestruturas de dados e a construção de modelos de IA, é entendido como um componente fundamental da modernização socialista.

Como a China entende que os dados são matéria prima que viabiliza a nova qualidade das forças produtivas, uma consistente regulamentação do uso destes é incontornável para o modelo chinês.

Aqui, portanto, reside o núcleo da razão da unidade dos bilionários das *big-techs* gringas. Eles sabem o potencial dessa nova revolução tecnológica e, até aqui, eles ainda possuem o controle sobre seus meios de produção. Mas o socialismo,

na sua forma mais avançada para esse tempo histórico – o socialismo com características chinesas – tem todo o potencial não apenas de ultrapassá-los tecnologicamente, mas também na forma de socialização dessa conquista humana. Essa é a batalha que coloca Amazon, Google, Meta, SpaceX e Tesla – e outros menos midiáticos – no mesmo balaio.

Queremos trazer apenas três exemplos de como essa mudança histórica tem sido travada diante de nossos olhos.

O primeiro e provavelmente mais conhecido é o da Huawei. Empresa privada chinesa que cresceu graças a todo o ecossistema industrial existente hoje no país, foi fortemente combatida pelo império, tendo como razão aparente o desenvolvimento de forma muito eficiente e barata da tecnologia 5G (uma das infraestruturas básicas para a nova revolução tecnológica). Engana-se, porém, quem pensa que o objetivo das sanções à Huawei era diminuir seus lucros, restringindo a venda de equipamentos ou mesmo a participação em licitações do sinal 5G. O núcleo das ações imperialistas – operadas como sanções de exportação em 2019 – estava na sabotagem do desenvolvimento tecnológico da empresa, impedindo que a mesma acessasse as [gerações mais avançadas de semicondutores](#). Passados 5 anos, a Huawei já possui celulares com chips de 7nm e computadores com chips de 5nm.

Com outros lançamentos e avanços recentes, a China demonstra capacidade de superação da lógica de “correr atrás, imitar e avançar na aplicação das tecnologias”. Inova desde as pesquisas básicas para os seus próprios grandes modelos de linguagem (LLM) – de novo, com a própria Huawei em um novo front de competição, desta vez contra os [chips voltados para IA da NVIDIA](#) – e sistemas de inteligência artificial generativa, como o [Deepseek3](#), de código aberto e de surpreendente eficiência, que hoje desafia o domínio do ChatGPT – este, produto da OpenAI, também apoiadora de Trump, que por sua vez anunciou impulso a Stargate, bilionária infraestrutura de dados para IA da OpenAI. Enquanto esse artigo estava sendo escrito, o fenômeno do Deepseek escalou para um terremoto que impactou justamente as bigtechs ocidentais, sendo exemplo que ainda existem muitas fragilidades na hegemonia delas.

Outro exemplo, completamente invisibilizado pelo ocidente, é o da [regulação dos dados](#), entendendo estes como meio de produção *elementar* da nova revolução tecnológica. Há uma série de regulamentações inovadoras nesse âmbito, que vão além do ideário liberal da privacidade e passam, por exemplo, pelo

registro dos objetivos dos algoritmos e por uma série de requisitos de [segurança de dados](#) que devem ser seguidos pelas empresas. Esse é o ponto central, aliás, que faz com que Facebook e Google e outras corporações ocidentais não tenham operações na China, já que [não aceitaram seguir a legislação chinesa](#) sobre o tratamento de dados produzidos e coletados no país. Há casos em que as empresas chinesas, como a Didi (similar a Uber), receberam [multas bilionárias](#) por não cumprir a legislação de segurança e privacidade dos dados no país.

O processo chinês de produção de políticas – um dos pontos de desconhecimento do ocidente sobre o país – está a todo vapor no caso das políticas de dados. A partir das diretrizes e regulações do governo central, os governos locais em parceria com empresas (estatais ou privadas) são convocados a desenvolver experiências piloto que podem se tornar modelo nacional caso sejam exitosas. No caso da política de dados, desde 2021 estão em vigor experiências com métodos e horizontes distintos entre si. Shanghai, por exemplo, tem desenvolvido o modelo de uma Bolsa de Valores de Dados (Shanghai Data Exchange), um ecossistema de dados com protocolos, auditoria e comercialização de pacotes de dados, que devem ter transparência de sua origem e definição dos fins para os quais podem ser usados, em um processo regulado/controlado de capitalização. Ali não podem ser transacionados, por exemplo, dados sensíveis, como os de saúde.

Experiências com distintas visões estão sendo desenvolvidas em outros 14 polos, com diferentes modelos sobre como regular a extração e produção de dados e, concomitantemente, o acesso e comercialização dos mesmos. Duas características ilustram a perspectiva do socialismo com características chinesas nesse processo: as empresas estatais são as principais agentes nessas experimentações e a monetização dos dados está majoritariamente vinculada à sua transformação e uso como bens públicos do Estado.

O terceiro exemplo é o desenvolvimento da [Nuvem de Máquinas Agrícolas](#) da SINOMACH, que é a maior empresa estatal de máquinas da China. Esse é um sistema público de digitalização da agricultura, com o qual o país espera dar passos estruturais para uma nova fase da agricultura, especialmente em tempos de pressões pelas mudanças climáticas e beligerância imperialista.

Apesar de ser uma plataforma com menos de um ano de operação, a empresa lançou seu primeiro projeto internacional – e o primeiro da China nessa área na América Latina – em parceria com o [Centro Brasil-China para a Agricultura Familiar](#). Em conjunto com o desenvolvimento da plataforma para a realidade

da agricultura familiar e agroecossistemas brasileiros, foram estabelecidos novos parâmetros de soberania digital, ou seja, a definição básica de que os dados sobre o território e a produção agrícola são de propriedade das instituições brasileiras envolvidas na parceria e por elas serão processados.

Ainda que nos primeiros passos de construção no Brasil, essa plataforma é, na China, de partida e potencialmente, distinta do que conhecemos como a agricultura 4.0 das corporações transnacionais. Nos marcos da soberania nacional, em um país cuja agricultura é de base camponesa, essa plataforma digital pode ter papel central no controle da produção interna, garantia de segurança e soberania alimentar, para projetar novos zoneamentos de produção no contexto das mudanças climáticas.

Não se trata da adesão a um modelo pronto, mas de uma possibilidade histórica de avançar como sujeitos da produção dessa tecnologia em nossos territórios, como parte do desafio colocado para a urgente mecanização da agricultura camponesa – que reduz a penosidade do trabalho, aumenta a produtividade e libera tempo para a vida – e para a massificação da agroecologia no Brasil. Deve ser premente que esse tipo de tecnologia para o campo irá coexistir com diversas formas de produção de alimentos, seguindo o princípio de autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais sobre seus territórios e modos de vida.

Deixamos esse como último exemplo por possibilitar uma aproximação entre nossa realidade brasileira e o conceito de [Comunidade Global de Futuro Compartilhado](#), que guia a diplomacia chinesa ao longo dos últimos 10 anos. Em sua base está a concepção de que a humanidade alcançou um nível inédito de desenvolvimento da história como História Mundial, cujos avanços tendem a ser crescentemente compartilhados em todo o mundo.

Esse conceito deve ser tensionado e aprimorado, pois possui muitas contradições. Por exemplo, a ideia de ganha-ganha é mais avançada que a dinâmica colonialista ou imperialista, porém é insuficiente ao não dialogar com os limites das formações sócio-históricas de cada país. A China é uma potência mundial que, liderada pelo PCCh, segue a determinação revolucionária original "Servir ao Povo", mas isso não é o mesmo para nossos países. "Ganhar" no Sul Global, em geral, é um ganho para as elites locais, que controlam historicamente os Estados – agentes exclusivos da diplomacia institucional chinesa. Assim como o "ganhar" para empresas chinesas que sejam orientadas pelo lucro tenda a entrar

em choque com os interesses dos povos nos territórios em que se instalam, especialmente aqueles ligados à exploração de *commodities*.

Essas contradições devem ser explicitadas, tensionadas e superadas. Não podemos, como forças de esquerda, ser anti-dialéticos e “congelar” nossas elaborações no estágio da negação. Essa plataforma institucional de caráter internacionalista, em diálogo com processos nacionais emancipatórios e regionais revolucionários, como a ALBA, pode produzir a mais avançada elaboração dos nossos tempos.

As forças do bloco imperialista, por sua vez, buscam bloquear esse desenvolvimento comum coletivo, insistindo na desestabilização da soberania dos países, estimulando guerras e impedindo acordos globais sobre a crise ecológica. E, no que tange a esse artigo, buscam essencialmente controlar de forma privada as bases da nova revolução tecnológica, para seguir seu domínio como modo de produção capitalista.

Por isso resgatamos Gramsci para entender por que, de fato, essa frente unida imperialista deve ser designada como fascista. O líder socialista italiano entendeu o fascismo como uma forma histórica produzida pelas elites do capitalismo periférico europeu, que fracassaram em tentar alcançar o desenvolvimento capitalista mais avançado à época (Inglaterra e EUA). Buscando um paralelo didático, é evidente para o Vale do Silício que seus líderes podem ser superados tecnológica e politicamente pelo Sul Global e, por isso, necessitam recrudescer sua política – antes minimamente velada – e apostar na beligerância para mudar as tendências do movimento da história. Soma-se a isso a incapacidade do capitalismo financeiro em sustentar seu próprio modelo de enriquecimento e crescimento diante das brutais contradições políticas, econômicas, sociais e ambientais que sua dinâmica gera, impondo a necessidade de governos fascistas para garantir sua tentativa de reprodução.

A rebelião dos dados e a soberania digital popular

Cabe pontuar o lugar que atualmente ocupamos nessa dinâmica. Não apenas nosso cotidiano e comunicação hoje acontecem nas plataformas dos EUA (Facebook, Instagram, Gmail), gerando a cada segundo enormes quantidades de dados para essas empresas. Também não possuímos as infraestruturas de armazenamento de dados e capacidade computacional para seu processamento, além de contratarmos as “nuvens” da Amazon, Microsoft e Google. Os dados das pessoas que interagem com o Estado brasileiro, seja via aplicativos e portais como o “SouGov”, pelos e-mails institucionais de 79% das universidades públicas ou mesmo em processos do poder judiciário, são entregues para alimentar os data centers e grandes modelos de linguagem de corporações dos EUA.

Por outro lado, é decisivo não cairmos no fetichismo, como dissemos anteriormente. A brutal e cômica descrição de Lulu Massa sobre o ser humano ser uma fábrica de produzir merda no início do clássico *A Classe Trabalhadora vai ao Paraíso* é a ilustração do poder da alienação produzida sobre os trabalhadores na dinâmica fabril do capitalismo industrial. O poder e escala de alienação sem dúvidas aumentaram no atual estágio do capitalismo de dados, uma vez que a separação da massa trabalhadora dos meios de produção contemporâneos é ainda maior.

Mas tenhamos a certeza de que os dados, seus mecanismos de extração e produção, os algoritmos, todos são meios de produção que elevaram ineditamente a composição orgânica do capital, porém ainda assim são totalmente dependentes das forças de trabalho e da natureza. Somos nós, seres humanos, que devemos governar esse desenvolvimento – e essa é uma das tarefas centrais das organizações que batalham pela transformação socialista da sociedade. A China está desenhando um caminho. Qual caminho nós, organizações populares do Brasil, produziremos?

Nosso palpite é que necessitamos de uma certa *rebelião dos dados*, organizada pelos movimentos e coletivos que produzem a materialidade da vida em nosso país. Devemos retomar o controle dos dados – que foi tomado silenciosamente – que são produzidos a partir de nossos territórios, de nossas formas de produção e reprodução da vida.

Precisamos entender, primeiramente, que esse não é um assunto técnico, de especialistas ou exclusivo de grupos ligados diretamente ao mundo digital. Tudo que é sólido e tudo que se desmancha no ar hoje progressivamente será passível de ser processado digitalmente, portanto todas nossas organizações devem gradualmente aumentar a capacidade crítica de compreensão desse novo estágio do capitalismo.

Conjuntamente ao entendimento do metabolismo do capital nessa quadra da história, devemos aprofundar nosso entendimento coletivo sobre a forma antagonica mais avançada, que é a experiência chinesa. As organizações populares têm, hoje, seus mecanismos para realizar o intercâmbio com setores chineses que estão ativamente realizando esse debate. Mas é decisivo pressionar o governo brasileiro para que estreite sua cooperação com a China nessa área e com uma perspectiva popular.

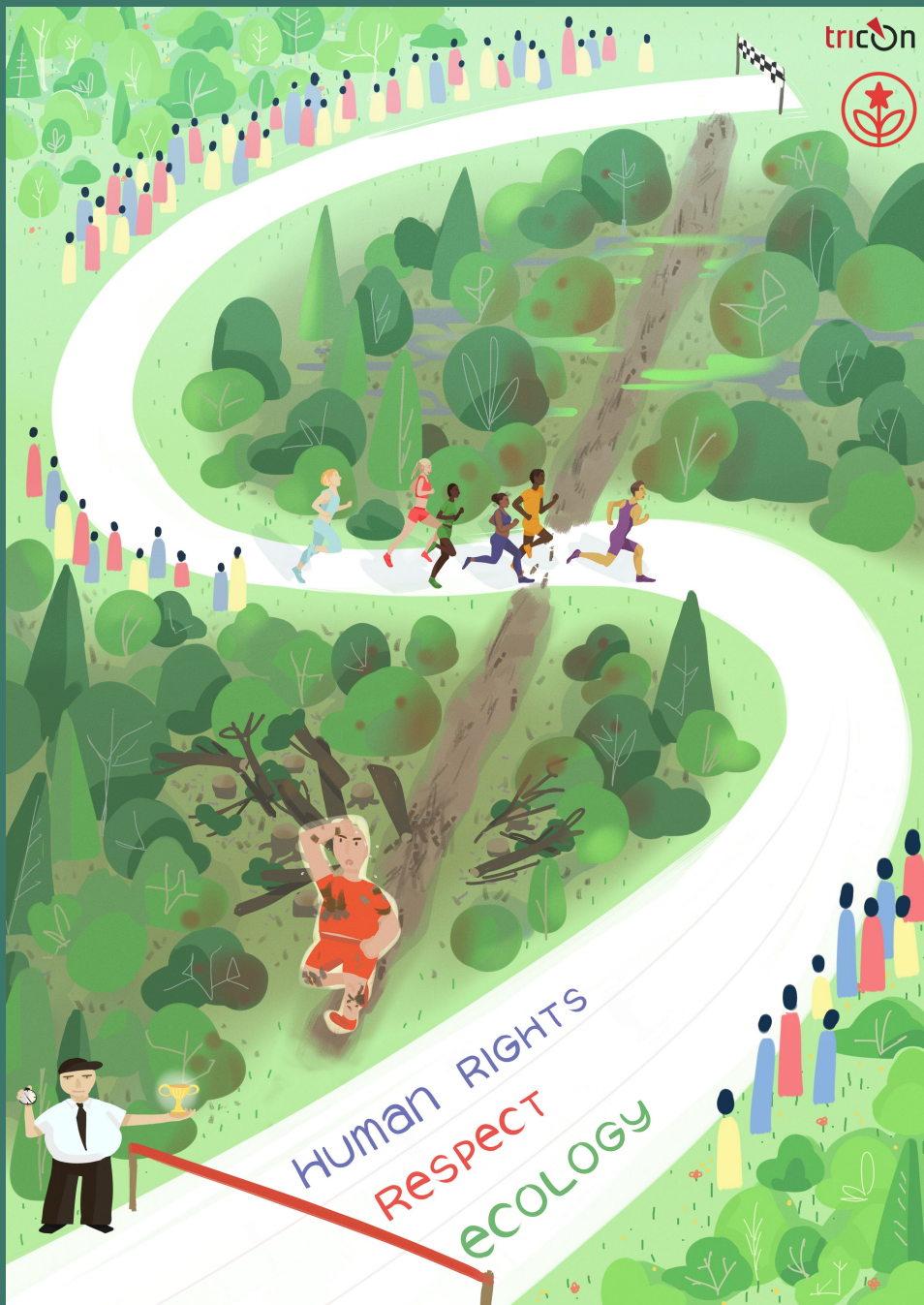
Não estamos falando aqui de uma agenda estranha ao governo. Ela esteve no centro da [visita do presidente Xi Jinping no último novembro](#). Também para a presidência brasileira do BRICS a Inteligência Artificial está colocada como um dos temas centrais. Colocar a perspectiva popular nessa construção diplomática deve ser uma agenda política urgente em 2025, uma vez que as bigtechs do império estão soando os tambores da guerra e agirão igualmente rápido para consolidar seu domínio sobre o Brasil – incluindo franco suporte aos setores fascistas nacionais.

Por fim, o avanço das forças populares brasileiras sobre essa pauta deve considerar também o muito que já foi construído pelos grupos que há anos vem travando essa luta. Por exemplo, em contraposição à ordem imperialista do colonialismo digital, a proposta da [soberania digital](#) ganha adesão no Brasil e envolve, como patamar mínimo, a propriedade e o controle sobre os dados, a localização e propriedade das infraestruturas de armazenamento e processamento de dados em território nacional, o investimento em formação e em capacidade computacional. É preciso ter atenção para as armadilhas de propostas que incorporam um desses pontos de forma isolada, na conhecida e recorrente prática de automaquiagem (verde, lilás) das corporações transnacionais. É o caso da Microsoft e da Oracle que, agora, oferecem “nuvens soberanas”, em que a localização dos dados pode até ficar no país, mas estes continuam sendo transferidos internacionalmente.

Uma agenda popular para a soberania digital significa, portanto, retomar o controle sobre os dados e sobre os territórios em que os dados são produzidos. Ao

mesmo tempo, lutar pelo investimento público para que as organizações populares e a classe trabalhadora não sejam apenas usuárias das tecnologias, mas ativas no processo de produção dos modelos. É fundamental a conquista de estruturas públicas que aprofundem o conhecimento dos parâmetros dos sistemas algorítmicos, mas que também garantam às organizações a possibilidade de negar, alterar e criar novos modelos que respondam às necessidades e às diversidades de concepções tecnológicas que podem orientar nosso papel como sujeitos das inovações tecnológicas.

Não há espaço para processos autárquicos, puramente nacionais. Porém, o povo brasileiro tem condições de dar uma forte contribuição – a partir da América Latina e de nossos esforços de integração regional popular – à construção de uma sociedade global que coordene esses novos meios de produção, retomando sua soberania digital ao reverter a entrega dos nossos dados às transnacionais imperialistas e consolidando essa construção conjunta como Sul Global. O bloco imperialista já deu seus anúncios. Não há por que nos assustarmos se nos desafiarmos a construir o plano de como vamos superá-los.



Sinead Uhle and Paul Meyer (Alemanha), *Mister Referee speaking: "And again the creativity of our competitors generated new innovations and therefore progress"* [Mister Referee falando: "E mais uma vez, a criatividade dos nossos competidores gerou novas inovações e, portanto, progresso."], 2020.

3 Artigo

Para que robôs? Indústria 4.0 e a agudização da questão social: um olhar para as pessoas em situação de rua

Edvânia Ângela de Souza¹ e Isabella Antoniazzi de Barros Galvão²

Resumo // O presente artigo tem como objetivo discutir a temática da população em situação de rua (PSR), a partir das contribuições do Serviço Social. No contexto contemporâneo, sobressaem as inovações da 4ª Revolução Industrial, mas, paradoxalmente, as condições aviltantes de trabalho e de vida são constantemente repostas e reatualizadas. Compreende-se que a PSR é parte integrante da classe trabalhadora e, portanto, componente relevante do desenvolvimento do Capital. Ela remonta ao renascimento das cidades e floresce na atualidade como uma das expressões da questão social que exige ações articuladas do Estado e da sociedade civil e organizada. O trabalho evidencia as transformações sociais e laborais impulsionadas pela agenda e racionalidade neoliberal, que agudizam as expressões da questão social e resultam na ampliação do desemprego e do trabalho informal e precário como única alternativa à PSR.

Palavras-chave // indústria 4.0; precarização do trabalho; população em situação de rua (PSR); questão social.

1 Professora Associada pela Universidade Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Campus de Franca. Departamento de Serviço Social. Coordenadora do Conselho de Curso de Serviço Social da Unesp, Professora Colaboradora dos Programas de Pós Graduação em Serviço Social da Unesp Franca e da UNIFESP Baixada Santista. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas "Mundo Trabalho: Serviço Social e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora" (GEMTSSS).

2 Graduada e mestranda em Serviço Social pela Universidade Júlio de Mesquita Filho (Unesp) FCHS, Campus de Franca. Pesquisa População em Situação de Rua e Redução de Danos, é membra do grupo de Extensão Universitária Grupo de Alfabetização Paulo Freire (Gapaf), do Grupo de Estudos e Pesquisas "Mundo Trabalho: Serviço Social e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora" (GEMTSSS) da FCHS, autora do livro "SEGUNDAS-FEIRAS" e membra do Fórum da População em Situação de Rua de Ribeirão Preto, SP.

Introdução

Um olhar no supermercado nos derruba, só porque estou de chinelo, com os pés duro, uma calça sem zíper... as pessoas me olham com aquele olhar de superioridade, como se ela fosse superior e eu um nada, que deve para o mundo (Fala de uma Pessoa em Situação de Rua, Gapaf, 2024).

No atual contexto histórico, a problemática das pessoas em situação de rua tem comparecido como um dos desafios a ser enfrentado pela sociedade, especialmente, pelas políticas públicas. A epígrafe ora destacada é um fragmento do depoimento de uma pessoa em situação de rua manifestado durante atividade desenvolvida pelo grupo de extensão universitária “Grupo de Alfabetização Paulo Freire” (Gapaf), desenvolvido pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Unesp-Franca, SP.

Este depoimento evidencia a precariedade das condições de vida de quem está na rua. Sobressai o repúdio social ao empobrecimento, o olhar que “derruba” avalia as vestimentas e a pessoa que faz uso de tais avarias, mas, para quem está em situação de rua, a primeira necessidade é se manter vivo, objetiva e subjetivamente. Essas pessoas vivenciam profundo sofrimento devido às condições de vida, que incluem a falta de trabalho ou a presença de atividades laborais extremamente precárias. Vivências, muitas vezes, marcadas pela ausência de perspectivas, juntamente com a falta de moradia, educação e alimentação de qualidade. É sempre muito difícil vencer a fraca rede de apoio, de afetos e de convivência familiar, comumente associados à uma história pretérita de negligência, abandono e distante dos cuidados básicos, até mesmo de higiene. Todavia, para além do sofrimento advindo das condições objetivas, há também a subjetividade marcada pelo histórico, antes e durante a vivência na rua, das violências sofridas, do rompimento de vínculos e sofrimentos vários, incluindo o julgamento social, de parte da sociedade que, baseando-se nas representações assumidas pela classe dominante, repudia o “fracasso” de quem não ascende socialmente e pode ser muito agressiva com as pessoas que chegam até a situação de rua.

Discursos de ódio direcionados a pessoas e a instituições como o Centro Especializado para as Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), comumente podem ser verificados tanto nas páginas de jornais (impressos e online) como nas

redes sociais. Em sua dissertação de mestrado, Dutra analisou os discursos veiculados nas notícias a respeito da população em situação de rua em um dos principais veículos de comunicação do município de Franca, SP. Segundo o autor (Dutra, 2024), tanto as notícias como os comentários das publicações associam pessoas em situação de rua às questões de segurança, na tentativa explícita de criminalizar a situação de rua. Tais discursos, em geral, exigem maior repressão policial sobre este grupo.

Dutra (2024) enfatiza que os discursos de ódio e de ameaças contra as PSR são em sua maioria de moradores do entorno do equipamento do Centro Pop, localizado na região central da cidade. Mas eles também comparecem como plataforma política de candidatos a cargos de poder legislativo no município, assim como de vereadores já eleitos sob o discurso de destruição do Centro Pop. O autor dá destaque para as seguintes manchetes em 2016 (ano eleitoral) e 2017, respectivamente: “Maioria dos candidatos pede mudanças ou fim do Centro Pop” (GCN, 2016 apud Dutra, 2024); “Vereadores defendem extinção do Centro Pop” (GCN, 2017 apud Dutra, 2024). O discurso de ódio contra o acolhimento às pessoas em situação de rua expressa também uma profunda rejeição contra as pessoas pobres, representadas nas pessoas em situação de rua, que são em sua grande maioria pessoas negras, 68% (Brasil, 2023). Elas são criminalizadas, xingadas, vilipendiadas e humilhadas, tornando-se, muitas vezes, alvo de ataques e massacres diretos.

Aqui, cabe a referência ao assassinato cruel de Galdino Jesus dos Santos, de 44 anos, incendiado enquanto dormia em um banco de um ponto de ônibus, em Brasília, DF, em abril de 1997. O crime que estremeceu o país foi cometido por cinco jovens ricos, filhos de juízes e de um ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que confessaram o crime e alegaram falta do que fazer na madrugada. Assim, na busca de alguma “brincadeira”, passaram mais de duas horas premeditando as formas de incendiar o homem que dormia no espaço público. A vítima era um indígena da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe, que estava em Brasília para participar de reuniões com representantes do governo federal sobre conflitos fundiários envolvendo as terras indígenas de seu povo, no Sul da Bahia (Helal Filho). Os assassinos de Galdino Jesus dos Santos, após julgamento, tiveram as suas penas flexibilizadas, puderam sair do presídio para estudar e hoje são funcionários

públicos com salários que giram em torno de 20 salários mínimos. Fica dentro de cada uma de nós a profunda perplexidade (Freire, 2014)³.

Há mais mortes, assassinatos e vilipêndios contra as pessoas indesejadas por essa parcela da sociedade, mas nem sempre esses casos são registrados, portanto, acabam na invisibilidade social. Na particularidade das pessoas em situação de rua no Brasil, cabe mencionar as inúmeras mortes por variados problemas de saúde, na maioria das vezes, não tratados, agravados e complexificados pela vivência na rua. Também cumpre fazer o triste registro do “Massacre da Sé”, ocorrido nos dias de 19 a 22 de agosto de 2004, quando sete pessoas em situação de rua, que costumavam ficar na praça da Sé, em São Paulo, foram brutalmente assassinadas com golpes na cabeça e no corpo (Brasil, 2011).

Mediante a hostil conjuntura, reconhecida internacionalmente a partir do Massacre citado, ocorreu ampla mobilização social, dando visibilidade às pessoas em situação de rua, que inclusive criou um movimento organizado para representar os seus interesses, que é o Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Com a pressão política, o governo brasileiro reconheceu a problemática, criando então algumas das legislações necessárias para as políticas de intervenção (Brasil, 2011). Destaca-se a criação do 19 de Agosto como o “Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua”.

O avanço na institucionalização do direito à assistência social forja as condições para a criação dos Centros Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), possível a partir da tipificação dos serviços do Sistema Único da Assistência Social (Suas). Paradoxalmente, as pessoas em situação de rua estão em um lugar de invisibilidade e de visível incômodo. Se, por um lado, naturaliza-se a alta vulnerabilidade social a qual este público está imerso, tornando-os invisíveis do ponto de vista da convivialidade, da cordialidade e dos direitos sociais; por outro, reiteram-se as ações condenatórias, de rejeição e de iniciativas de expulsão dessas pessoas dos espaços ocupados ou visitados, bem como busca-se invalidar os poucos direitos sociais conquistados.

3 “Cinco adolescentes mataram hoje, barbaramente, um índio pataxó, que dormia tranquilo, numa estação de ônibus, em Brasília. Disseram à polícia que estavam brincando. Que coisa estranha. Brincando de matar. Tocaram fogo no corpo do índio como quem queima uma inutilidade. Um trapo imprestável. Para a sua crueldade e seu gosto de morte, o índio não era um *tu* ou um *ele*. Era *aquilo*, *aquela* coisa ali. Uma espécie de sombra inferior no mundo. Inferior e incômoda, incômoda e ofensiva” (FREIRE, 2014).

Há um julgamento social com base em estereótipos, imputando aos indivíduos a responsabilidade sobre as suas condições de vida. Em geral, sob os motes neoliberais, não se considera a necessidade de políticas de proteção social na organização da sociedade, especialmente a partir do ideário neoliberal que, cada vez mais, dissemina o empreendedorismo e o esforço individual como pilares da sociedade.

A racionalidade neoliberal homogeneiza a classe trabalhadora na sua capacidade competitiva, desconsiderando as desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais, de idade, de capacidade intelectual e física e ainda dos territórios. Portanto, a vivência do desemprego, da ausência de renda, das precárias moradias, da distante infraestrutura urbana básica de saneamento de água e esgoto, da falta de acesso à mobilidade urbana com transporte coletivo de qualidade, e da indisponibilidade de serviços sociais básicos de assistência social, educação e de saúde são resumidos para o neoliberalismo na vontade individual, como se essa fosse capaz de transcender todas as dificuldades objetivas e subjetivas de vida na sociedade competitiva.

Indivíduos e famílias desprovidas de trabalho e das garantias de cidadania acumulam inúmeras violações de direitos. As famílias nestes contextos reproduzem a violência sofrida pelo Estado, que abandona a periferia, não promovendo ações de direitos e de cidadania. Ao contrário, o Estado comparece nos territórios periféricos com o seu braço revestido pela força policial para incriminar e matar, especialmente, quando se trata da juventude negra periférica. As famílias imersas neste contexto de violência e de ausência de trabalho e de garantias de direitos podem reproduzir os abusos e abandonos reiterados, tornando a infância e a adolescência, muitas vezes, fases traumáticas, que acompanham as pessoas durante toda a sua vida, contribuindo para as dificuldades de vinculação e para a vivência em situação de rua.

Ao tratar da temática população em situação de rua (PSR), é preciso aprofundar as discussões para além do fato em si da vivência na rua, que é demasiado complexo e exige amplo esforço para a sua compreensão crítica, humanizada e não automática. Para tanto é fundamental identificar como o trabalho está organizado na atual conjuntura histórica, na busca de evidenciar qual a relação do trabalho com o fenômeno das pessoas em situação de rua.

Assim, este texto apresenta um debate caro ao Serviço Social brasileiro, que é a temática da questão social, matéria básica do exercício profissional da/o

assistente social, isto é, as suas expressões são alvo do trabalho dessa categoria profissional, diante da realidade social que nos é imposta (Iamamoto, 2001). Para a autora, a questão social é indissociável das relações sociais capitalistas (Iamamoto, 2001). Por isso, busca-se compreender a PSR como parte da classe trabalhadora e como ela é impactada pela superexploração do trabalho em curso.

Metodologicamente, este texto apresenta a sua fundamentação em autoras(es) das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, especialmente, da área do Serviço Social, inclusive de pesquisas em andamento a respeito da indústria 4.0,⁴ mas também na experiência do trabalho de extensão universitária desenvolvido junto às pessoas em situação de rua do município de Franca, SP, atendidas por um Abrigo Provisório e pelo Centro Pop do referido município. Embora o texto não seja uma reflexão do trabalho de extensão desempenhado pelo grupo Gapaf, é a participação cotidiana nestas atividades extensionistas que nos permite o trânsito com a temática e a apreensão dos principais elementos presentes no cotidiano que envolve este público.

Tecnologia da miséria: modernidade, desemprego e “rualização”

Na atualidade, vivencia-se as profundas transformações da sociedade e do trabalho provocadas pela 4ª Revolução Industrial, que expande o trabalho por plataformas digitais, aplicativos de smartphone e amplos investimentos públicos e privados em planos para o domínio e competitividade tecnológica mundial. Assim, sobressaem a expansão da Inteligência Artificial (IA), automação avançada, robótica, biotecnologia, remodelamento neural (Fernandes, 2019) sob o domínio de países do Norte Global, com destaque para o Vale do Silício, nos Estados Unidos da América (EUA). São inúmeras transformações que afetam todas as dimensões da vida. Mas o que tais mudanças têm a ver com o tema das pessoas em situação de rua?

A expansão do trabalho digital vinculado às plataformas e aplicativos de smartphone como uma característica do mercado de trabalho e do capitalismo

4 A pesquisa “O trabalho em tempo da Indústria 4.0: consequências sociais e de saúde para o trabalho”, financiada pelo CNPq, na modalidade Bolsa Produtividade sob o número 306293/2021-8.

financeiro, globalizado e informatizado apresentam inúmeras consequências sociais, econômicas e políticas.

Em geral, a ideia em torno das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) transmite um suposto reino de interação, compartilhamento, trocas, felicidade, superação dos limites humanos e respectivos sofrimentos, sem qualquer consideração com as consequências resultantes desse processo, como já evidenciado por Antunes (2018) e Faustino e Lippold (2022).

No entanto, o trabalho em plataformas digitais, em expansão nos tempos atuais, se efetiva sem regulamentação, sem transparência, sem as garantias de um mínimo de renda, de direito previdenciário e de saúde para os trabalhadores. O trabalho em plataformas não tem definições quanto ao valor da remuneração do dia, ou uma jornada laboral previamente definida, a renda é dependente das atividades efetivamente realizadas. Há uma insegurança quanto ao tempo dedicado e à renda auferida. Ademais, há um rígido sistema de avaliação e monitoramento do trabalho a partir de sofisticados algoritmos, voltados essencialmente para a punição, ainda que se utilizando de mecanismos de maior engajamento com possíveis promoções e bonificações (Souza, 2022). É um tipo de trabalho embrenhado no mito da flexibilidade e da suposta autonomia, ainda que cheio de regras e de avaliação dos clientes de cada atividade. O controle do trabalho que anteriormente era feito por um gerente passou a ser feito por um algoritmo, distante da compreensão real da dimensão concreta de existência (Souza, 2022).

Este processo de mudança e flexibilização das relações de trabalho ocorre em meio à ampliação do desemprego estrutural, pois condena “[...] amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho à ociosidade socialmente forçada [...]” (Iamamoto, 2015), e à informalidade, que está para além do vendedor ambulante. Isso dá origem a uma massa ainda maior de trabalhadoras e trabalhadores pauperizados, ao mesmo tempo em que o Estado assume o aprofundamento da agenda neoliberal marcada pela ausência de políticas de proteção social efetivas. Algo de que o mercado de trabalho se apropria, propiciando a inserção de grande parte da classe trabalhadora na precariedade, um traço marcante do mercado de trabalho no Brasil, para o qual os aplicativos dão evidência.

Coaduna com a maior informalização do trabalho, os impactos trazidos pela pandemia da Covid-19, que aprofundou o desemprego e disseminou as formas de trabalho mediadas pelas plataformas digitais e aplicativos de celulares, sem qualquer garantia social e/ou trabalhista (Souza, 2021).

Isto é, concentra-se cada vez mais o capital nas mãos da classe dominante, e a classe trabalhadora sofre com as contrarreformas. Entre elas, a trabalhista, implementada em 2017, pelo governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB, 2016-2018), a qual estabeleceu de forma irrestrita a terceirização, o trabalho intermitente e em longas jornadas. Ela foi responsável pela destruição da formalidade das relações trabalhistas, por garantir a legalidade de uma multiplicidade das formas contratuais, expondo grande parte da classe trabalhadora às formas de trabalho que não se assentam nas relações classistas desenvolvidas durante o século XX, que tinham como horizonte os contratos formais com salários fixos e direitos decorrentes. Ou seja,

[...] o trabalho estável, herdeiro da fase taylorista-fordista, relativamente moldado pela contratação e pela regulamentação, vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade, de que são exemplos o trabalho atípico, os trabalhos terceirizados (com sua enorme variedade), o “cooperativismo”, o “empreendedorismo”, “o trabalho voluntário” e mais recentemente os trabalhos intermitentes (Antunes, 2018).

A flexibilização das legislações sociais e do trabalho se vincula diretamente às velhas expressões da questão social que compareceram no início deste século e que se julgavam ao menos controladas. Como exemplo, há o aumento das pessoas em situação de rua. A crise econômica de 2008, agravada pela pandemia da Covid-19 (2020-2021), fomentou os índices de desemprego, com proporções gigantescas frente à falta de políticas sociais e de cidadania efetivas e ausência de uma política nacional de moradia. Esse cenário corroborou para que, em diversos casos, a rua se tornasse a única opção de sobrevivência para uma parcela da população.

Um diagnóstico elaborado a partir dos dados disponíveis nos cadastros e sistemas de informação do Governo Federal, promovido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) diante da determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), indica que no ano de 2022 havia 236.400 pessoas em situação de rua (Brasil, 2023).

No entanto, a principal base de dados utilizada foi o CadÚnico e, para inclusão nele, é imprescindível apresentar documentos como certidão de nascimento ou Cadastro das Pessoas Físicas (CPF). Todavia, uma demanda comum

entre as pessoas em situação de rua é a solicitação de segundas vias desses documentos, por causa de roubos, deterioração e perdas (Brasil, 2023). Por isso, é preciso reconhecer que há uma subnotificação presente no relatório final do diagnóstico citado (Brasil, 2023).

Os principais motivos que levam à “*rualização*” apontados pelo documento são em sua maioria problemas familiares (44%), desemprego (39%), o alcoolismo e uso de drogas (29%) (Brasil, 2023). Apesar do desemprego não comparecer em primeiro lugar neste caso, é imprescindível pontuar que o trabalho é determinante também sobre questões de foro íntimo. Isto é, relações pessoais, que constituem as relações familiares, são constantemente permeadas pela realidade precária do mundo do trabalho e conflitos que dela derivam.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), órgão do governo federal, em 2012 a PSR brasileira era composta por, em média, 90 mil pessoas, e em 2022 atingiu o patamar de 281 mil (Brasil, 2022). Um crescimento altíssimo, nos últimos 10 anos, isto é, de 312%, e um número mais expressivo do que foi apresentado pelo MDHC em 2023 (Brasil, 2023). Isso significa que, em média, 1 a cada 715 brasileiros estavam em situação de rua em 2022.

Somente o estado de São Paulo concentra 40% da PSR de todo o Brasil. Além disso, a maior parte da PSR está localizada na capital paulista (Brasil, 2023). O estado paulista também é o que apresentou o maior número de notificações de violência contra a PSR entre 2015 e 2022, dado formalizado na porcentagem de 23%. Em todo o país, no mesmo período, houve uma média de 17 notificações por dia (Brasil, 2023). A respeito desse dado, há algumas pontuações importantes a serem feitas. Em 39% deles, os autores da agressão apontados eram desconhecidos das vítimas, o que indica que as motivações para tais ações criminosas não são pessoais, e ocorreram por causa da situação de rua em si. Entre as principais vítimas, estão os homens negros (69%) e jovens (51%) na faixa etária de 20 ao 39 anos de idade (Brasil, 2023). Não obstante, este mesmo grupo compõe a maioria da população em situação de rua brasileira, constituída em 87% por homens, 68% por pessoas negras e 55% por pessoas entre 30 e 49 anos (Brasil, 2023). Por estes motivos, é imprescindível observar o fenômeno da PSR a partir da perspectiva das desigualdades étnico-raciais.

Uma possibilidade de Cidadania: a resposta do Serviço Social

Historicamente, embora as pessoas em situação de rua e na mendicância tenham se constituído como uma das problemáticas que deram visibilidade à questão social e à necessária atuação do Estado, instituindo as primeiras intervenções sociais, ainda que de cunho asilar, autoritário e de imposição do trabalho como uma punição para quem fosse atendido, não houve uma efetiva atuação do Estado e das respectivas políticas sociais voltadas a essa população.

A estruturação de políticas públicas para a PSR advém da criação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), o que significa que o contexto desta política se modificou com a Constituição Cidadã, a Constituição Federal de 1988, que estabelece a Assistência Social como um dos tripés da Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência Social. Trata-se de uma política universal, isto é, existe independente de contribuições. A política de Assistência Social tem como principal objetivo a promoção do acesso e a garantia dos direitos sociais, por meio de programas, projetos e benefícios voltados para pessoas de quem dela necessitar. Para estabelecê-la e estruturá-la foi necessário instituir a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), em 1993, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e o Sistema Único de Assistência Social (Suas), no ano seguinte. O Suas organiza os serviços nos diferentes níveis federal, estaduais e municipais e concede autonomia aos municípios para o seu planejamento e execução. Este sistema também é responsável por determinar que as áreas em que se vivencia maior vulnerabilidade social sejam marcadas pela presença de dispositivos da política de assistência, o que é melhor estabelecido pela Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2012), a qual divide esses serviços em diferentes níveis de proteção e complexidade.

A região Sudeste, que concentra a maior parte da PSR do país, também concentra o maior percentual de Centros Pop, com 46,8% desses equipamentos (Brasil, 2023). São muitos os obstáculos enfrentados por assistentes sociais e outros agentes estatais na viabilização de políticas públicas e na garantia de direitos sociais em meio às crises do capital, ao avanço do neoliberalismo e às tentativas de privatização de tudo que é público.

Compreendemos que a rua é o caminho que se segue quando todas as portas já se fecharam, quando todas as políticas públicas falharam, portanto, esse

trabalho na rua impõe ao Serviço Social uma série de desafios e exige profissionais comprometidos, criativos e propositivos (Santos, 2022 apud Dutra, 2024).

Este fenômeno ocorre pois, devido à nova forma de acumulação e a poderosa substituição de trabalho vivo por trabalho morto, contingentes populacionais miseráveis são descartáveis do universo produtivo, deslocando trabalhadores aptos ao trabalho do processo de produção para a extrema vulnerabilidade social, isto é, para os braços dos serviços socioassistenciais, de forma significativa.

Os denominados Centros Pop são equipamentos cruciais para a promoção da cidadania e construção de alternativas e condições de enfrentamento da realidade que vive a PSR (Dutra, 2024). Tais equipamentos visam, sobretudo, a promoção da dignidade e direitos dessa população. Quando pensamos em PSR, identificamos que este grupo social tem sofrido diversas formas de violência, inclusive institucionalmente, e em diferentes âmbitos sociais e pessoais e de modo histórico.

Neste ínterim, as equipes multiprofissionais, especialmente, as e os assistentes sociais têm o grande desafio de garantir que as políticas que se voltam para esse público sejam acolhedoras, pois, muitas vezes, essas pessoas estão tendo acesso a políticas públicas que jamais chegaram aos seus bairros e periferias, se constituindo como acesso de primeira vez.

De “bico” em “bico”: O trabalho informal no centro da vivência de rua

Apesar de estar no centro da revolução industrial, como lumpemproletariado, conforme as análises de Marx (2006), essa parcela da classe trabalhadora, expropriada dos seus meios de vida e de produção não consegue vender, de forma sistemática, a sua força de trabalho e competir no mercado, e também não se tornou alvo das políticas sociais e de cidadania, mas sim das políticas de repressão, repúdio social e consequente criminalização.

No atual contexto, sobressai a tendência do aprofundamento da precarização do trabalho e do desemprego, acompanhada das alterações derivadas do uso intensificado das novas tecnologias digitais, as quais fazem com que o trabalho vivo seja mais facilmente substituído pelo trabalho morto. Embora no contexto da indústria 4.0 o trabalho se mantenha como imprescindível, criam-se novos

formatos de contratação, sobressaindo, na maioria das vezes, o trabalho informal, intermitente, autônomo e na modalidade de prestação de serviços, ou seja, sem acesso aos direitos historicamente conquistados. Considera-se ainda o amadurecimento da agenda neoliberal assumida pelos Estados, por meio do Ajuste Fiscal permanente e da edição das contrarreformas das políticas sociais e do trabalho, restritivas de direitos.

De acordo com Iamamoto (2015), essas inovações tecnológicas devem ser compreendidas por meio da noção de desenvolvimento desigual formulado por Marx (1985) para a realidade do capitalismo do século XIX, que prevê que “[...] a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações de trabalho [...]” (Iamamoto, 2015), pois, segundo a autora, o moderno, no Brasil, é construído através do arcaico.

Desse modo, a classe dominante pressiona o Estado para a “modernização” da legislação social e trabalhista. O conceito de “modernização” implica na retirada de direitos e no rebaixamento dos salários, estimulando o trabalho autônomo, na forma de prestação de serviços sem contratos, mas com maior nível de responsabilidades com os meios, gestão e execução do trabalho, todavia sem garantias e assentado na ideologia do empreendedorismo (Souza, 2022).

A reorganização do modo de gerir e organizar o trabalho e a produção implica em intensas mudanças que englobam o uso ampliado de novas tecnologias e contratos flexíveis de trabalho, o que se converte, a cada dia, no aumento da informalidade laboral, restrições para o acesso aos direitos e benefícios sociais, impactando diretamente as experiências de vida, profissionais, políticas e sociais, pois o afastamento das relações formais de trabalho implica no afastamento da cidadania e incide no aumento da insegurança social e, em consequência, das PSR.

Além da ausência de moradia, a PSR frequentemente enfrenta problemas com a inserção e reinserção no mercado formal de trabalho, devido à severa discriminação social que sofre. De acordo com o Diagnóstico do MDHC (Brasil, 2023), de todas as pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico, 14% relataram ter trabalhado na semana anterior, e entre essas pessoas, 97% informaram que esse trabalho foi realizado por conta própria, ou seja, de forma autônoma e informal, através dos denominados “bicos”, na qual vendem sua força de trabalho temporariamente e por valores baixíssimos. A atividade de catador, por exemplo, foi apontada como a principal forma de obter renda.

Por meio da atuação no projeto de extensão universitária “Grupo de Alfabetização em Paulo Freire” (Gapaf) com a PSR em município no interior paulista, é possível identificar como o trabalho precário, o “bico”, está posto como uma solução, por ser muitas vezes a única possibilidade de renda em longos períodos e por manter a PSR “ocupada”, quando essas pessoas são comumente consideradas, por grande parte da sociedade, como “vagabundas”, “bandidas” e “marginais”, em um movimento que reforça a rejeição e a aversão aos pobres, categorizado como “aporofobia” por Cortina (2020). Segundo a autora, a “aporofobia” se constitui como um dos maiores desafios para a democracia e para o desenvolvimento de sociedades justas (Cortina, 2020), visto que essa rejeição advém da interpretação de que os indivíduos pobres atrapalham os demais, tornando-os, assim, indesejáveis.

Desse modo, as pessoas em situação de rua vivenciam o círculo aprofundado da precarização do trabalho, pois se localizam na esfera mais baixa da pirâmide social, sendo consideradas mão de obra fácil e barata. Por isso, frequentemente, se pode observar a presença de donos de empresas que vão às portas dos equipamentos de assistência social, como o Centro Pop e Abrigo Provisório, para convocar os usuários e usuárias desses serviços para a realização de atividades laborais com amplas jornadas e baixos rendimentos, com grandes riscos de acidentes, contaminações e demais agravos à saúde, sem a disponibilização de quaisquer equipamentos de proteção, sem garantias de direitos e por valores irrisórios.

Para além de toda a estigmatização que advém da situação de rua, é importante refletir sobre outros marcadores sociais que permeiam a realidade dessa população. 15% das pessoas em situação de rua são pessoas com deficiência (PCD), desse número, 46% com deficiências físicas, e 18% com transtornos mentais (Brasil, 2023). Fatores que certamente dificultam ainda mais a obtenção de empregos formais e de outras formas de renda inscritas na informalidade.

As engrenagens: há margem no Capital?

Na contemporaneidade, a PSR constitui uma expressão radical da questão social, caracterizada por sua heterogeneidade e localizada nos grandes centros urbanos, sofrendo, em geral, com a estigmatização e diversos preconceitos comuns, apesar de possuir particularidades vinculadas ao território em que se manifesta (Silva, 2009; Oliveira, 2020). Diante da ofensiva neoliberal e do

contexto de mundialização do capital, a questão social se apresenta de forma diferente em países tidos como centrais e periféricos. Na América Latina e mais especificamente no Brasil, ela se apresenta, entre outras expressões, a partir da intensificação das desigualdades socioeconômicas e do aumento dos trabalhos subalternos e informais, os denominados subempregos, resultados do processo de intensificação do trabalho e cortes de direitos sociais e trabalhistas (Iamamoto, 2015).

Quando compreendemos o fenômeno da PSR como uma das expressões da questão social, isso significa que reconhecemos que os motivos que levam uma pessoa a morar na rua e fazer dela seu principal meio de sobrevivência jamais estarão isolados da estrutura capitalista e que, enquanto este ainda existir, a questão da moradia continuará sendo numérica e socialmente relevante.

Afinal, de acordo com Engels:

Não é a solução do problema da habitação que resolve ao mesmo tempo a questão social, mas é a solução da questão social - isto é, a abolição do modo de produção capitalista - que tornará possível a solução do problema da habitação. Pretender resolver o problema da habitação mantendo as grandes cidades modernas é um contra-senso. Essas grandes cidades modernas só poderão ser suprimidas pela abolição do modo de produção capitalista, e quando essa abolição estiver em marcha já não se tratará de propiciar a cada operário uma casinha que lhe pertença e propriedade, mas de coisas bem diferentes (Marx, Engels, 1961).

Ao tratar da PSR, comumente se repete a ideia equivocada de que esta população se encontra à margem da sociedade estruturada pelo capital. A expressão “à margem de”, segundo o dicionário Houaiss (2010), significa: “de fora”, “sem a participação em”. No entanto, as pessoas em situação de rua pertencem à estrutura do capital e compõem a classe trabalhadora como parte imprescindível para a manutenção do sistema capitalista, o exército industrial de reserva.

Em “O Capital” (1980), Karl Marx afirma que a partir do processo de acumulação primitiva do capital, irrompeu no continente europeu uma massa de trabalhadores sobrantes, ou seja, que não conseguiram ser incorporados pela manufatura emergente e têm como destino a ociosidade e a miséria gerada pela pobreza que, neste período, começa a perder qualquer positividade. Essas pessoas

recorrem à mendicância e passam a ser consideradas vagabundas, tornando-se, ao longo dos séculos, alvo de “legislações sanguinárias contra a vadiagem” (Marx, 1980), e das mais profundas violências produzidas pelo capitalismo e seus tentáculos.

Nesse sentido, Trindade (2017) reafirma que a acumulação capitalista sempre produziu e segue produzindo “[...] uma população trabalhadora supérflua relativamente [...]” (Marx, 1989; Trindade, 2017), ou seja, essa população excede o que a estrutura do capital necessita, e ainda torna-se absolutamente necessária a ela, servindo concomitantemente como produto e alavanca deste sistema, de modo a manter disponível a todo momento a mão de obra barata e salários baixíssimos, evitando a quebra da produção e viabilizando o lucro constante da classe dominante (Santos; Antunes; Galvão, 2024).

Atualmente, 90% das PSR sabem ler e escrever e mais da metade (68%) já esteve empregada com carteira assinada (Brasil, 2023). Isso, associado ao fato de que essa população é formada majoritariamente por pessoas jovens (Brasil, 2022), demonstra que as pessoas em situação de rua, que compõem o exército industrial de reserva, em sua grande maioria constituem parte da população que se encontra apta para trabalhar, mas por inúmeros fatores, incluindo a necessidade da existência de uma população forçadamente ociosa para que as engrenagens do sistema capitalista continuem girando, não conseguem ser incorporadas pelo mercado formal de trabalho.

Segundo Mészáros (2002), “[...] as crises estruturais do capital impõem novas estratégias e movimentos de reestruturação orgânico-metabólica do capital” (apud Abramides, 2019), com o objetivo de restabelecer os níveis de acumulação e as taxas de lucro, custe o que custar. Como consequência, há a ampliação da superexploração, com o desemprego estrutural e a precarização das relações de trabalho, que recaem, sobretudo, sobre as camadas mais pobres e miseráveis de trabalhadoras e trabalhadores. Ruy Mauro Marini (2000) define a superexploração do trabalho como a agudização dos métodos de extração do trabalho excedente, a partir da identificação de três mecanismos, respectivamente: a intensificação do trabalho; a prolongação da jornada; e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho, o que resulta no aumento das taxas de lucro e de mais-valia para a burguesia.

Portanto, ao denominado exército industrial de reserva, composto pela PSR, são designados os subempregos e a extrema vulnerabilidade social. O que se

intensifica ainda mais em países que, como o Brasil, são considerados periféricos e de economia emergente na divisão internacional do trabalho, o que resulta em uma realidade social ainda mais avassaladora para a classe trabalhadora brasileira, considerando que o capitalismo desenvolve-se desigualmente no interior de países periféricos e ricos (Abramides, 2019).

Essa dependência remonta à formação social histórica da América Latina (Iamamoto, 2015), a qual, por ter sido construída sob a dominação colonial escravocrata, reproduz em todo percurso histórico do capitalismo uma herança colonial e racista jamais rompida (Abramides, 2021), pois o capitalismo se apropria e se retroalimenta das desigualdades e violências de raça, gênero e de classe. No contexto brasileiro, a questão étnico-racial torna-se ainda mais central.

Houve no Brasil um grande movimento de investimento capitalista na política imigratória, nas diversas tentativas de embranquecimento da população que marcaram o final do século XIX e início do século XX. Entre as regiões que mais investiram nessa substituição de mão de obra que compunham-se na sua grande maioria de africanos e de seus descendentes, está o Sudeste, e, em especial, o estado de São Paulo. Nesses locais, a população negra encontrou inúmeras dificuldades de integrar-se no mercado de trabalho (Moura, 1988). Atualmente, SP é o estado que concentra a maior PSR do Brasil. Sobre isso, Cida Bento (2002) reitera que, no Sudeste, as desigualdades advindas do sistema escravista colonial não apenas se mantiveram, como recrudesceram, o que demonstra que o capitalismo se construiu como um dos principais mediadores do racismo em nosso país (Bento, 2002).

Segundo Santos, “a população em situação de rua foi forjada no extermínio do povo preto” (Santos; Antunes; Galvão, 2024) que, após a abolição da escravidão e com a assinatura da Lei Áurea (1988), foi abandonado à própria sorte e ainda teve este abandono criminalizado, representado também na ausência de políticas de proteção social à população negra, o que os condenou “[...] a um novo estado econômico, político, social e cultural de escravidão em liberdade” (Nascimento, 2016). Atualmente, as pessoas autodeclaradas pretas representam 10% da população do Brasil e 17% da PSR (Brasil, 2023).

O Estado brasileiro, nesses mais de 130 anos de República, ainda não garantiu direitos igualitários entre indígenas, negros e brancos, e isso está diretamente relacionado à divisão sociotécnica e étnico-racial do trabalho, altamente marcada pelos racismos. De acordo com Clóvis Moura, “[...] na sociedade de classes que

se formou no Brasil, o negro está, de forma esmagadora, nas mais baixas camadas empregatícias, sociais e culturais, o seu Status básico é, portanto, dos mais inferiorizados” (Moura, 1988). Esta é uma grande dimensão do sistema escravista que se manteve e se atualiza frequentemente. Pessoas negras estão concentradas em maior proporção em setores menos dinâmicos da economia, em trabalhos precários e atividades manuais, mesmo obtendo os mesmos graus de escolaridade de pessoas brancas (Bento, 2002). Por isso, é imprescindível centralizar as relações raciais ao discutir a dimensão do trabalho no Brasil, especialmente quando se propõe a discutir a respeito da PSR.

À Guisa de Conclusão

Se viver no meio da rua não é um problema novo, uma vez que se relaciona, pelo menos, ao renascimento das cidades e início do sistema capitalista (Bursztyrn, 2000; Medeiros et al., 2020), isso significa que os estigmas vivenciados cotidianamente pela PSR hoje remontam também à formação do Brasil como país colonizado e escravocrata. O pobre assume no decorrer do processo de acumulação primitiva, conforme estabelece Foucault, uma figura que durante a Idade Média na Europa jamais teria reconhecido (Foucault, 2010; Oliveira, 2015). Isto porque a não adequação de grupos de trabalhadores à disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado impõe que estes precisem recorrer à mendicância e às ruas como principal meio de sobrevivência. O capitalismo fez com que fossem vistos, nas palavras de Marx (1980), como mendigos, ladrões e vagabundos. Dessa forma, surge uma ideologia de ódio às classes pobres (Campos, 2016), atualmente reconhecida como aporofobia (Cortina, 2020) que é intensificada no Brasil pelo racismo.

Compreendemos que a PSR não está às margens da sociedade do trabalho, pois constitui parte de um grupo central para o funcionamento das engrenagens do capital: o exército industrial de reserva. Por causa disso, têm suas vidas permeadas pela ausência de renda, de moradia adequada, de infraestrutura urbana básica e, ainda, a dificuldade de acesso à cidade, aos serviços de assistência social, educação e saúde, vivenciando de maneira significativa exclusão social.

Diante do contexto apresentado pela 4ª Revolução Industrial, ou Indústria 4.0, e da flexibilização das relações de trabalho, trabalhadoras(es) são compelidas(os) a vender sua força de trabalho para plataformas online e de aplicativos

de celular, em situações em que não têm uma jornada definida, e sem quaisquer garantias de remuneração diária. Assim, a renda é dependente das atividades realizadas, numa alusão ao discurso de autonomia e liberdade criado e apropriado pela classe dominante e disseminado pela classe trabalhadora, que se vê sem opções. Mas quem poderá ser integrado a estas formas de trabalho, que exigem, entre outros, investimentos nos meios de trabalho?

Em geral, o trabalho é posto como salvação para a PSR, independente das condições desumanas e às vezes até ilegais nas quais ele ocorre. A inserção no mercado de trabalho, mesmo que de modo informal e na condição de superexploração (Marini, 2000), no senso comum, é o melhor que pode acontecer com uma pessoa em situação de rua. Isso porque o trabalho informal e precário muitas vezes é a única possibilidade de obtenção de renda para a sobrevivência, diante das mais diversas expressões da questão social e violências que esse grupo - deveras heterogêneo - está submetido e vivencia cotidianamente, e independentemente de seu grau de escolaridade e de sua capacitação o trabalho. Esse cenário tem piorado após a contrarreforma trabalhista, que intensificou a superexploração e ampliou o desemprego, que é um dos principais fatores para a “*rualização*”, agravado pela pandemia de Covid-19 (2020-2021).

O Estado tem grande responsabilidade para com essa população pauperizada, em especial, na região Sudeste e estado de São Paulo, que concentra a maior parte dessas pessoas. É imprescindível a formulação de censos demográficos para captação de dados para que estabeleça-se um perfil dessa população e assim se reconheça as suas demandas, a fim de viabilizar a criação e desenvolvimento de políticas públicas.

Por meio do relatório de diagnóstico da população em situação de rua com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal, compreendemos que a questão étnico-racial se faz deveras presente, representada em 69% da PSR, que é negra, sendo 17% preta e 52% parda (Brasil, 2023). A porcentagem de pessoas negras em situação de rua é maior do que a de pessoas negras brasileiras, dado que reafirma que o racismo é apropriado e atualizado pelo sistema capitalista, tornando-se uma de suas bases. Dessa forma, mantêm-se as dimensões do sistema escravista e a população negra segue vivendo em situação de extrema vulnerabilidade social, privada de diversos direitos sociais que são garantidos às pessoas brancas, evidenciando a severa desigualdade racial que afeta o país e a negligência do Estado brasileiro na promoção

e garantia de direitos a essa população que é alvo de repressão, criminalização e violências institucionais. A dimensão étnico-racial é determinante para a opressão de classes e é necessário compreendê-la para dar à luz ao fato de que as mudanças nas formas de acumulação e exploração impõem condições cada vez mais aviltantes não apenas para a PSR, mas para toda a classe trabalhadora.

Referências

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro**: ruptura. São Paulo: Cortez, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **PACTOS NARCÍSICOS NO RACISMO**: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. 176 p. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **População em Situação de Rua Supera 281,4 mil Pessoas no Brasil**. Publicado em 08 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-e-m-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 23 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, 2017**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm acesso em: 23 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 3353 de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Brasil, 1888. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 23 dez. 2024.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA** - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília, agosto de 2023.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua. v. 3. Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 05 jan., 2025.

CAMPOS, L, G, R. **Do Higienismo à gentrificação, as semelhanças e singularidades no processo de exclusão social na cidade do Rio de Janeiro**: o bairro da Lapa. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói. 2016.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. São Paulo: Contracorrente, 2020.

DUTRA, Matheus Hakime. **Ocaso: etnografia das pessoas que permanecem nas ruas e não acessam serviços da política de Assistência Social**. 2024. 111 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2024.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital**. Por uma crítica Hacker-Fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

FERNANDES, Victor C. R. A distopia empírica do capitalismo digitalizado: novas formas de controle, reordenamento econômico, político e social no marco da Indústria 4.0. In: SOUZA, E. A.; SILVA, M. L. O. **Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital**. p. 61-73. São Paulo: Cortez, 2019.

FILHO, Carlos Eduardo Esmeraldo; XIMENES, Verônica Moraes. Pobreza e pessoas em situação de rua: uma revisão sistemática. **PepSIC**. v. 15, n. 3. Juiz de Fora, dez. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**: na Idade Clássica. Trad. de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação. Cartas Pedagógicas e Outros Escritos**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2014.

HELAL FILHO, William. Galdino Pataxó: O que aconteceu com os jovens que atearam fogo no líder indígena, há 25 anos. **O Globo**. Acervo do Blog. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/foi-so-uma-brincadeira-o-assassinato-de-galdino-pataxo-queimado-vivo-enquanto-dormia-na-rua.html>. Acesso em: 5 jan. 2025.

GALVÃO, Isabella Antoniazzi de Barros. Rua e Drogadição: **uma discussão sobre a produção de conhecimento do Serviço Social a respeito dos Conselhos de Políticas sobre Drogas**. Orientadora: Edvânia Ângela de Souza. 2024 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2024.

HOUAISS, Antônio. **Pequeno dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Moderna, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Ano II, n. 03, p. 9-32. Jan. 2001.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 2000.

MARX, Karl. **O Capital. Livro Primeiro**: O processo de produção do capital. Volume II. Tradução de Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Volume 2. Tradução de Almir Matos. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Limitada, 1961.

MEDEIROS, F, C. et al. Entre a benesse e o direito: as políticas de atendimento à população em situação de rua na América Latina. **Psicologia em Estudo**, v. 25. 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVEIRA, K, B, T de. **Pessoas em situação de rua: as determinações sociais que motivam a viver e permanecer nas ruas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista (Unesp). Franca, 2020.

OLIVEIRA, L, Q, G de. **A lição de Basaglia e a desconstrução da violência institucional na atenção à população em situação de rua**. Monografia (Especialização em Saúde Mental, álcool e outras drogas). Instituto de Psicologia, Universidade Nacional de Brasília (UNB). Brasília, 2015.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal População em de Assistência Situação de Rua no Rio de Janeiro: **Censo 2020. Social e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.data.rio/apps/PCRJ::censo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-2020-1/explore>. Acesso em 23 dez. 2024.

SANTOS, Elaine Teixeira Alves dos; ANTUNES, Natália Amaral; GALVÃO, Isabella Antoniazzi de Barros. **População em situação de rua e os estigmas no acesso ao direito à saúde**. In: **anais do X Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde**, 2024, São Paulo. Anais eletrônicos..., Galoá, 2024. Disponível em: <<https://proceedings.science/conasss-2024/trabalhos/populacao-em-situacao-de-rua-e-os-e-stigmas-no-acesso-ao-direito-a-saude?lang=pt-br>>. Acesso em: 23 dez. 2024.

SÃO PAULO, **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades dessa população na cidade de São Paulo - 2021**. Produto V. Relatório Completo do Censo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioas_sistencial/pesquisas/index.php?p=364984. Acesso em: 04 jun. 2024.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Edvânia Ângela de. Indústria 4.0: serviço social no sistema previdenciário em tempos da pandemia de COVID-19. **Katalyses**. v. 25, n. 1, p. 125-136, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/mn5npLYkqrnNccbXR3ZyGgk>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SOUZA, Edvânia Ângela de. A pandemia COVID-19 e o Teletrabalho na Previdência Social (PS). **Caderno CrH**, Salvador, v. 34, p. 1-17, e021038, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/42160/25693>. Acesso em: 18 nov. 2023.

TRINDADE, Hiago. Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 225-244, 2017.



CAPITALISM

THE ENDLESS CYCLE OF **EXPLOITATION**

tricontinental
Tricontinental: Institute for Social Research



**INTERNATIONAL
WEEK OF 2020
ANTI-IMPERIALIST
STRUGGLE**

Rebel Polític (Índia), Capitalism - Endless Cycle of Exploitation
[Capitalismo – Ciclo Interminável de Exploração], 2020.

4 Artigo

A trajetória de angola e os desafios do desenvolvimento no século XXI

Tahirá Endo Gonzaga¹

Resumo // Este trabalho analisará os desafios do desenvolvimento a partir da análise da trajetória de Angola enquanto formação social periférica e africana. Buscará refletir sobre as alternativas que este país pode seguir para superar os dilemas impostos pelas contradições do capitalismo monopolista. Essas contradições não atuam de forma estanque e separada, mas articuladas e sobrepostas, o que torna a superação destas um assunto complexo e de dimensões mundiais. Diante do exposto, este artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, será feita uma exposição da teoria de Samir Amin sobre as formações sociais periféricas africanas; na segunda, esboçaremos a trajetória histórica angolana nas suas diversas fases de integração ao sistema capitalista; a terceira parte, procurará apresentar os desafios e contradições que estruturam a atual crise do capitalismo monopolista e, por fim, apresentaremos as trajetórias que Angola poderá seguir para superar estas contradições.

Palavras-chave // Angola; formação social periférica; desafios do desenvolvimento.

1 Professor na Universidade Jean Piaget de Angola, mestre em Ciência Política pela UFF e doutorando em Economia Política Mundial pela UFABC

Introdução

A questão do desenvolvimento para os países periféricos do sistema capitalista internacional é temática controversa. Ela seduz amplas parcelas de suas populações, constituindo um horizonte almejado de forma praticamente indiscutível por estas, mas que, ao mesmo tempo, tem engolido praticamente todos os projetos de autonomia política, econômica e cultural que estes países tentaram construir historicamente, no turbilhão criado pelas tendências estruturais do capitalismo internacional (Arrighi, 1997; Bonente, 2016; Prado, 2020; Barbosa 2021).

Do ponto de vista teórico-conceitual, para a perspectiva que pretende a superação do capitalismo e a consequente hierarquização econômica e política internacional engendrada pela expansão deste modo de produção, surge uma questão fundamental: é possível utilizar o conceito de desenvolvimento de forma estratégica para esta pretensão ou este já estaria de tal forma contaminado no senso comum e na teoria social? Seria melhor descartá-lo para a construção de outro conceito, isento destes preconceitos arraigados?

A posição deste artigo almeja indicar que a temática do desenvolvimento pode ser utilizada de forma estratégica para apontar caminhos para superação de posições periféricas dentro do sistema internacional. Assim, é possível mobilizar amplas camadas das populações do chamado Terceiro Mundo, desde que sejam orientadas pelo entendimento das contradições do funcionamento do capitalismo contemporâneo (ITPS, 2023).

A partir desta perspectiva, este trabalho procurará analisar os desafios do desenvolvimento no século XXI, partindo da análise da trajetória histórica de Angola enquanto uma formação social periférica e africana. Desta forma, buscará refletir sobre as alternativas que este país possa trilhar para superar os dilemas impostos pelas contradições do capitalismo monopolista e seus rebentos, o imperialismo e o neocolonialismo.

Neste sentido, perspectivas de desenvolvimento de países periféricos na contemporaneidade devem superar diversos desafios que são reflexos das profundas contradições do funcionamento do capitalismo monopolista, como: a contínua expansão da formação de reservas de trabalho nos países periféricos; a necessidade de industrialização e ao mesmo tempo de preservação ambiental; a divisão internacional do trabalho através das cadeias globais de valor estabelecida pelas

empresas transnacionais; a crise da reprodução social e a divisão sexual do trabalho; os obstáculos para a transição energética e; a questão agrária e de soberania alimentar.

Todas estas contradições não atuam de forma estanque e separada, mas articuladas e sobrepostas, o que torna a superação destas, assunto complexo e de dimensões mundiais. Diante do descrito acima, este artigo estará estruturado da seguinte forma: a primeira parte fará uma exposição sobre a perspectiva teórica de Samir Amin sobre as formações sociais periféricas africanas; na segunda, será feito um esboço sobre a trajetória histórica angolana em suas diversas fases de integração ao sistema capitalista internacional, com base na teoria exposta anteriormente; a terceira, procurará apresentar de forma sucinta os desafios e contradições elencados acima, que estruturam a atual crise do capitalismo monopolista e; por último, procurará apresentar as trajetórias que Angola poderá trilhar diante deste cenário para superar estas contradições.

Perspectiva teórica de Amin sobre as Formações Sociais Africanas

Para atingir os objetivos deste artigo, serão mobilizadas as formulações de Samir Amin (1972a, 1972b, 1974) sobre modos de produção e formações sociais. Segundo este autor, estas últimas seriam historicamente situadas a partir da articulação simultânea entre diferentes modos de produção em que um modo assumiria a posição dominante para a organização da produção e distribuição econômica enquanto outros atuariam como modos auxiliares deste modo dominante.

O debate sobre estas formulações é extenso e intenso (Mafeje, 1981; Heimer, 1983, Vidrovitch, 2018), portanto, não será objetivo resgatá-los em sua plenitude. Para os fins deste artigo, basta indicar que a perspectiva, por muito tempo, hegemônica sobre esta temática implica a percepção de estágios ou fases sucessivas de desenvolvimento dos modos de produção. Assim, partindo-se do comunismo primitivo, passar-se-ia para o modo escravista, depois pelo feudal e, ao chegar ao capitalista poderia se alcançar o derradeiro modo de produção comunista.

Uma dificuldade que atravessa o caminho desta perspectiva refere-se à definição feita por Marx e Engels sobre o modo de produção asiático que não consegue ser encaixado dentro desta visão esquemática e evolucionista. Entretanto,

dentre as diversas falhas que esta perspectiva apresenta, a que mais relaciona-se com o nosso objetivo é a incapacidade deste tipo de análise evolucionista para compreender as formações sociais africanas em suas especificidades.

As formulações de Amin, por outro lado, indicam que os modos de produção são categorias abstratas que não se encontram de forma pura na realidade concreta, por isso, não podem ser descritos como se seguissem uma linha evolutiva. Desta forma, ao lançar mão do conceito de formação social para analisar as mudanças históricas concretas, passam a ter maior capacidade explicativa sobre a trajetória social, econômica e política africana.

Em África, como em qualquer outro continente, as análises sobre extensões territoriais concretas delimitadas por Estados têm seu valor quando articuladas às perspectivas mais amplas de sua inserção regional. Ao mesmo tempo, elas são capazes de verificar as articulações internas e externas com o contexto socioeconômico global, principalmente a partir da constituição do moderno sistema capitalista internacional.

O estudo sobre Angola, neste artigo, pretende seguir este esforço. De acordo com Heimer (1983), nos anos 1980 havia uma certa insatisfação com a qualidade analítica sobre Angola e as formações sociais africanas de expressão portuguesa de forma geral e esta situação só veio agravar-se nas décadas seguintes de domínio neoliberal. Portanto, o resgate da discussão sobre a articulação dos modos de produção e a formação social angolana contemporânea pode ser fundamental para melhor compreender as transformações ocorridas na região austral do continente africano e os desafios para as periferias contemporâneas como um todo.

Como exposto, segundo Amin, o conceito de modo de produção é “abstrato e não implica nenhuma ordem de sucessão histórica para todo o período da história das civilizações, que se estende desde as primeiras formações diferenciadas até o capitalismo” (Amin, 1974, p. 11). Na sequência, o autor faz a classificação dos cinco modos de produção existentes até o momento: 1) comunitário primitivo; 2) tributário; 3) escravista; 4) mercantil simples; 5) capitalista. Sendo que três (comunitário primitivo, tributário e capitalista) assumiram historicamente formas dominantes e dois (escravista e mercantil simples) apresentaram-se como modos auxiliares a estes.

Não será possível adentrar na discussão sobre as características de cada um destes modos de produção. Entretanto, faz-se necessário indicar o protagonismo

histórico que Amin aponta ao modo de produção tributário que seria a saída normal dos modos comunitários, possuindo como característica principal a separação da sociedade em duas classes fundamentais: o campesinato, organizado em comunidades, e a classe dirigente, que monopoliza as funções de organização política da sociedade e recebe um tributo das comunidades rurais (Amin, 1974).

Relacionadas a esta característica principal estariam mais quatro características básicas e universais para o funcionamento do modo de produção tributário. São elas:

1. o produto excedente é extraído por meios não econômicos, isto é, por uma classe exploradora que recebe tributos através da dominação política e ideológica;
2. a organização da produção é baseada no valor de uso e não no valor de troca. Corresponde a uma estrutura econômica em que as transferências, qualquer que seja a sua natureza, não representam troca de mercadorias;
3. é caracterizado pelo domínio da superestrutura. Por isso o papel ideológico das grandes religiões como cristianismo, islamismo, budismo etc. nas formações sociais tributárias. O domínio dessas religiões auxilia na extração do excedente e silencia a luta de classes;
4. um dos atributos deste modo de produção é sua aparência de estabilidade e até mesmo de estagnação que surge como consequência do domínio do valor de uso.

Esta elaboração teórico-conceitual visa “solucionar” a polêmica acerca dos modos de produção asiático e feudal na medida em que, nas formulações amnistas, estes enquadram-se como modos de produção tributários. Assim, o asiático seria a materialização de formações sociais tributárias centrais enquanto o feudal adquiriu posição periférica e quase incomum na história. Entretanto, as especificidades do funcionamento do modo de produção feudal proporcionaram as condições necessárias para que, na Europa ocidental, ocorressem de forma simultânea duas mudanças estruturais para o surgimento do capitalismo: a proletarianização e a acumulação de capital-moeda.

Neste ponto, o conceito de formações sociais ganha destaque pois nenhum modo de produção existiu em estado puro na realidade porque “as sociedades

históricas são ‘formulações’ que, por uma parte, combinam modos de produção e, por outra, organizam as relações entre a sociedade local e outras sociedades, que se manifestam pela existência de comércio à longa distância” (Amin, 1974, p. 14).

Desta forma, as formações sociais são “estruturas concretas, organizadas, caracterizadas por um modo de produção dominante e a articulação ao seu redor de um conjunto complexo de modos de produção submetidos a ele” (Amin, 1974, p. 14).

A perspectiva de Amin permite analisar as especificidades da realidade africana, pois os modos de produção tributário e capitalista não se implementaram de forma pura. Nela, os mecanismos de produção e distribuição do excedente não funcionaram historicamente de forma plena e exclusiva necessitando da articulação com mecanismos de modos de produção auxiliares, fato que se verifica até os dias atuais.

Além desta vantagem analítica, as formulações animistas permitem comparar as diferentes articulações dos modos de produção nas regiões centrais e periféricas da economia mundial e seus diversos impactos sociais, econômicos e políticos no continente africano e nos demais continentes ou regiões.

Desta forma, o estabelecimento dos modos de produção dominantes tiveram períodos históricos de articulação com os modos auxiliares e se modificaram com intensidades diferentes, estabelecendo formas de produção e distribuição do excedente distintas em cada época e/ou região. Embora haja, sob o domínio capitalista, uma tendência à expansão contínua e incessante de seus mecanismos de reprodução social, esta tendência se dá de forma muitas vezes contraditória e com sérias limitações.

Neste sentido, Amin adverte que “enquanto as formações pré-capitalistas se caracterizam por uma coexistência estável de modos diferentes, articulados e hierarquizados, o modo capitalista, tem tendência a se converter em exclusivo e destrói os demais” (Amin, 1974, p. 20).

Entretanto, a velocidade, intensidade e extensão desta destruição se dá em um tempo histórico longo com idas e vindas, avanços e retrocessos que possuem relevância histórica concreta para análises conjunturais.

Esta tendência do modo de produção capitalista à exclusividade, quando se baseia no aprofundamento do mercado interno, também leva à tendência desta formação social aproximar-se do modelo puro de funcionamento do Capital e

ao estabelecimento da polarização crescente entre a burguesia e o proletariado. Isto levaria a uma uniformização do funcionamento das formações sociais que correspondem aos países centrais. Entretanto,

como contrapartida se o modo de produção capitalista introduzido desde o exterior, quer dizer baseado no comércio exterior, não tende a converter-se em exclusivo, mas apenas como dominante, isto dá lugar a que as formações sociais da periferia não tendam a esta polarização crescente. À homogeneidade crescente das formações sociais se oporá a heterogeneidade persistente das formações periféricas, que não significa, porém, justaposição (Amin, 1974, p. 312).

Sendo, por estas razões uma estrutura social truncada, não se pode entender os sistemas econômicos da periferia sem compreender suas relações com o centro e com elementos da estrutura social mundial.

Samir Amin classifica as formações sociais periféricas por regiões continentais (africanas, orientais e americanas) indicando que estas não se transformaram historicamente do mesmo modo, porque não foram integradas em simultâneo e não cumpriram as mesmas funções no desenvolvimento do capitalismo no centro.

No escopo deste trabalho apontaremos, a seguir, apenas as formulações propostas por Amin para análise das formações sociais periféricas africanas.

Formações Sociais Periféricas Africanas

Mesmo ao reconhecer a diversidade cultural, histórica, política e econômica do continente africano, é possível definir três macrorregiões que, a partir de diferentes modos de integração ao capitalismo central, construíram características estruturais diferentes, engendrando distintos regimes de trabalho e acumulação como base de sustentação. Isso é feito tendo como base as transformações geradas no período histórico da colonização. São elas: 1) a dos monopólios comerciais da África do Oeste; 2) a dos monopólios concessionários da África Central e; 3) a dos monopólios dos colonos assentados da África Austral.

Nos três casos, o sistema colonial organiza a sociedade para produzir, nas melhores condições possíveis desde o ponto de vista das

metrópoles, produtos de exportação que asseguram somente uma escassa remuneração do trabalho, que fica estancada. Uma vez realizado este objetivo, desaparecem as sociedades tradicionais da África contemporânea, e se convertem em sociedades periféricas dependentes (Amin, 1974, p. 350).

No período mercantil, que corresponde ao período de transição do feudalismo ao modo de produção capitalista na Europa ocidental, a periferia americana desempenhou um papel decisivo na acumulação do capital dinheiro pela burguesia comercial europeia. Ao mesmo tempo, a periferia africana teve um papel não menos relevante, mas reduzido à fornecedora de mão-de-obra escrava para as plantações da periferia americana. Neste período, portanto, África funcionou, nas palavras de Amin, como “periferia da periferia” (Amin, 1974, p. 338).

É neste período também que África perde sua autonomia. Na fase anterior, as condições históricas e geográficas da região permitiam e impulsionavam um desenvolvimento continental mais ou menos autônomo. Entretanto, com a integração ao capitalismo nascente, o continente passa a ser modelado em função das exigências externas do mercantilismo.

Neste sentido, a economia do tráfico de escravos atua como desagregadora das sociedades tradicionais a partir de sua integração ao sistema capitalista mundial, que opera mudanças substanciais em relação ao funcionamento do comércio de longa distância do período pré-capitalista. Esta economia só desaparece com a consolidação do capitalismo em sua forma industrial nos países centrais, modificando as funções das periferias do sistema. Tanto América quanto África passaram, neste momento, a ser fornecedoras de produtos que pudessem reduzir o valor dos capitais constante e variável, isto é, passaram a fornecer matérias-primas e produtos agrícolas para os países centrais.

Para que este novo tipo de exploração das periferias fosse vantajoso, seria necessário que o capitalismo alcançasse sua fase monopolista. Só assim o capital dos países centrais pôde, com meios modernos, extrair em quantidade e condições favoráveis o que lhe convinha da periferia. É neste contexto que em África se configuram as três macrorregiões que marcaram a trajetória do continente até pelo menos o período posterior às suas independências. Pode-se, portanto, entender a partir destes pontos que a constituição destas macrorregiões corresponde

às três formas de integração do continente ao capitalismo industrial em sua fase monopolista.

Na primeira macrorregião, a dos monopólios de comércio colonial, situada na África do Oeste passando pela região do Sahel e parte do Leste africano, não havia conhecimento sobre riquezas minerais que atraíssem o capital estrangeiro. Isso não estimulou a colonização por povoamento e permitiu que as comunidades camponesas permanecessem em suas terras, porém, sua produção passou a ser direcionada para a exportação de mercadorias sob o controle rígido de casas comerciais das potências coloniais.

Na segunda macrorregião, a dos monopólios concessionários da África Central, mais especificamente na bacia do rio Congo, a escassa densidade populacional e ausência de hierarquizações fortes das comunidades existentes impediram o funcionamento da economia do tráfico de escravos em sua plenitude. Isso abriu espaço para a pilhagem mais direta e violenta que culminou com a implementação da exploração em grande escala por meio dos monopólios de grandes companhias concessionárias, tendo como caso exemplar a dominação colonial do Congo Belga (Depelchin, 1992).

A terceira macrorregião, a dos monopólios de colonos assentados voltada para a criação de reservas de mão de obra na região austral do continente, se deu a partir do estabelecimento da colonização por povoamento para beneficiar, com força de trabalho barata, as minas, as plantações e as indústrias locais sob controle direto das burguesias coloniais.

A trajetória de Angola enquanto formação social africana

Diante desta classificação de Amin, podemos indicar que Angola insere-se nesta última macrorregião, mas não de forma pura, pois, ao longo de sua história, foi incorporando características das outras macrorregiões em diferentes momentos e em suas diversas regiões. Neste sentido, delimitamos algumas fases da história de Angola, em jeito de aproximação ao nosso objeto de pesquisa, para verificar as distintas formas de integração deste território às economias regional e global.

As fases são as seguintes: a) pré-colonial; b) colonial até o final do século XIX; c) do final século XIX até a independência em 1975 (com uma subfase de 1920-1975); d) de 1975 até o fim da guerra em 2002 (com uma subfase de 1992-2002); e) de 2002 até os dias atuais (com uma subfase a partir de 2017).

Cada fase corresponde a uma mudança estrutural na formação social angolana tanto em sua articulação interna quanto na integração mais global. Entretanto, estas delimitações são discricionárias, podendo conter subfases que, num olhar mais cuidado e profundo, podem transformar-se em novas fases do processo histórico angolano.

A primeira fase refere-se ao período mais longo e que temos a menor quantidade e qualidade de dados e informações. Corresponde ao período de transição do modo comunitário para o tributário e envolveu a articulação de diversos reinos que teriam funções diferentes nas dinâmicas econômicas, políticas e culturais da região, de acordo com algumas características distintas: nômades ou sedentários, formação política mais hierarquizada e centralizada ou mais coletivista descentralizada; agrícola ou pastoril, baseada no comércio interno ou de longa distância.

Uma fase relevante do período pré-colonial refere-se ao avanço dos povos bantu do Noroeste e Centro do continente para o sul. Nela, passou-se a estruturar os diversos reinos e povos dentro de uma matriz cultural comum que na fase posterior confrontar-se-iam com a investida colonial europeia.

A segunda fase, que corresponde ao início da colonização europeia no final do século XV até o final do século XIX, é quando ocorre uma mudança lenta, contínua e de grande envergadura com a consolidação do que Amin denominou de economia do tráfico de escravos. Nesse período, o território em análise passou a desempenhar a função de periferia da periferia para o fornecimento quase exclusivo de mão de obra escrava para as Américas.

Nessa fase, a colonização portuguesa passou por variações, mas sem adentrar robustamente no território que hoje conhecemos como Angola. Ela se estabeleceu preferencialmente no litoral a partir de estratégias e táticas que alternavam-se entre as investidas militares e as negociações diplomáticas com os reinos e povos que se fixaram na região para conseguir extrair a mão de obra escrava de que o sistema capitalista necessitava para o funcionamento do período mercantil de transição ao capitalismo industrial.

Essa estratégia lusitana permitiu, em larga medida, a sobrevivência de características do modo tributário de produção e de regimes de propriedade da terra baseadas nas linhagens familiares que repercutem ainda na contemporaneidade.

A terceira fase começa com a intensificação da dominação imperialista colonial e monopolista que teve como evento chave a Conferência de Berlim em 1884-5 e os diversos tratados que a sucederam e que delimitaram as fronteiras do que hoje chamamos de Angola.

Nesse ponto, principalmente a partir dos anos 1920, há, por diversas razões, uma política portuguesa voltada para assegurar o domínio territorial do interior. Ela provocou a desestruturação das sociedades que haviam resistido até então no seu modo tradicional de organização social para incorporar os traços gerais da terceira macrorregião descrita por Amin. Ela era a dos monopólios dos colonos assentados para a criação de reservas de mão de obra para a exploração mineral, agrícola e da pequena indústria regional. Essa exploração era voltada principalmente para fornecer matérias-primas e produtos agrícolas ao capitalismo industrial central.

Outro fator relevante deste período é que Angola, nesta fase, apresenta, em alguns espaços de seu território, características semelhantes às das outras macrorregiões africanas. Outro exemplo é o domínio dos monopólios sobre os recursos minerais, que guarda características similares ao da macrorregião limítrofe, isto é, a dos monopólios concessionários.

Como verificado por Menezes “o capital estrangeiro monopolista concessionário estava presente nas colônias portuguesas desde o final do século XIX e princípios do século XX (...). O setor mais contundentemente ‘invadido’ pelo capital estrangeiro era, sem dúvida, o da mineração, através da ação de empresas bastante avançadas tecnológica e financeiramente” (Menezes, 200, p. 158-159).

Para além disso, Portugal nunca conseguiu estabelecer em Angola, como talvez tenha feito em Moçambique, o modelo inglês de criação de reservas de mão de obra através da colonização por povoamento. Por isso, teve de lançar também algo parecido com a estratégia dos monopólios comerciais para extrair os produtos necessários para o capitalismo central.

Este modelo híbrido português entra em declínio com o avanço dos diversos movimentos nacionais de libertação nacional que, conjugado com as mudanças na conjuntura política e econômica internacional da segunda metade do

século XX, colocaram em xeque o ultracolonialismo português. Este declínio desemboca em seu estágio definitivo em 1975 com a conquista da independência pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Desde a independência o país entrou em uma nova fase em que a tentativa de implementação do socialismo e os diversos constrangimentos internos e externos que enfrentou foram os fatos decisivos na sua estruturação enquanto formação social.

Do ponto de vista interno tiveram relevo a sobrevivência de traços da fase anterior, como o domínio dos monopólios estrangeiros sobre a exploração de reservas minerais, principalmente do enclave petrolífero de Cabinda, e a guerra civil, e suas articulações com o contexto geopolítico internacional e as bases étnicas do país. Já do ponto de vista externo, a crise do bloco comunista, a ascensão da hegemonia neoliberal, o ocaso da perspectiva terceiro mundista e a crise econômica internacional dos anos 1970 corresponderam a fatos decisivos na trajetória angolana.

Conjugados, estes desafios internos e externos colocaram o país em um turbilhão de transformações repentinas de estruturação/desestruturação de suas formas de organização social, em um curto espaço de tempo, que repercutiram de forma intensa na fase seguinte que teve início em 2002 com o fim da guerra civil e que coincidiu com um novo ciclo expansivo da economia internacional.

O estabelecimento da paz e da estabilidade política conjugou-se com o chamado boom das commodities e a rearticulação da política externa chinesa para o continente africano e sua procura de matérias-primas, recursos energéticos e apoios estratégicos nos organismos internacionais. Sendo Angola um país rico em petróleo, ele passou a ser ator chave nesta nova estratégia internacional chinesa.

O país experimentou neste período um notável aumento em sua taxa de crescimento econômico, situando-se em uma média de 12% no período de 2002-2010. Ela era a taxa mais elevada da região austral do continente africano e uma das maiores do mundo (Rocha, 2011, p. 116).

Entretanto, este crescimento baseado na exploração e exportação do petróleo acabou por orientar o funcionamento da economia para a dependência deste recurso, permanecendo, desta forma, extremamente vulnerável às oscilações de seu preço no comércio internacional. Neste período houve, também, uma espécie

de renascimento do Terceiro Mundo rebatizado de Sul Global, provocando uma reaproximação das regiões periféricas que culminou com a criação dos BRICS.

Porém, sem conseguir aproveitar as vantagens do contexto geopolítico internacional mais favorável das duas primeiras décadas do século XXI, Angola não incorporou sua jovem população em postos de trabalho assalariados. Isso poderia estabelecer as bases de um projeto que rompesse e ultrapassasse as barreiras de longa duração, colocadas pelas diversas fases de sua construção social histórica, esboçadas em traços gerais nesta seção.

Em 2017, o país entrou em uma nova subfase com a eleição de João Lourenço como presidente, depois de 37 anos em que José Eduardo dos Santos tinha ocupado este cargo. Com esta mudança na presidência da República e as restrições de acesso ao dólar estimuladas pelo governo dos EUA (Lusa, 2018), houve um redirecionamento e uma aproximação ao FMI resultando no empréstimo concedido em 2018. Angola mudou o centro de gravidade de sua trajetória histórica aos ditames da globalização neoliberal, cumprindo com praticamente todas as exigências e condicionalidades impostas pelo FMI neste acordo que desembolsou um total de cerca de US\$4,5 bilhões (FMI, 2022).

As consequências dessa nova subfase serão decisivas para verificar quais alternativas essa formação social poderá trilhar para enfrentar os desafios do desenvolvimento no século XXI. Estes desafios estão diretamente conectados com as contradições do funcionamento do capitalismo monopolista em sua fase imperialista e neocolonial, com veremos na próxima parte deste trabalho.

O capitalismo monopolista em crise e suas contradições

Nesta seção, apresentaremos as características gerais da crise gerada pelo capitalismo monopolista e explicaremos de forma sucinta os principais desafios/contradições que esta crise impõe aos países periféricos. Nas considerações finais, indicaremos, em linhas gerais, como estes se apresentam em Angola contemporaneamente e quais suas possíveis alternativas.

Yeros e Jha (2020) contrariam as perspectivas que analisam a crise atual do capitalismo apenas pelo prisma da queda tendencial da taxa de lucro e com o foco quase exclusivo para a crescente composição orgânica do capital. Tais

análises invariavelmente apontam que essa é uma espécie de repetição de crises anteriores do capitalismo. Segundo Yeros e Jha, pelo contrário, estaríamos diante de um dramático desfecho de um sistema social que dominou e perdurou por quinhentos anos. Nesta perspectiva as ações imperialistas e neocoloniais são fundamentais para entender a crise permanente do capitalismo em sua fase atual de monopolização financeira e a natureza de suas contradições.

Condições inéditas de rivalidade sistêmica surgiram no pós-Segunda Guerra Mundial solapando as bases coloniais dos lucros monopolistas devido à emergência do Terceiro Mundo e ao estabelecimento do bloco comunista e suas estratégias econômicas de planejamento central. Além disso, o incremento da competição monopolista, entre os EUA, o Japão e a Europa ocidental, intensificou ainda mais as dificuldades para a realização dos lucros pelas grandes empresas.

Assistiu-se, como resposta a esta crise, a uma escalada da agressão imperialista contra o Terceiro Mundo e ao esforço de implementação da chamada “globalização neoliberal”, com alguns elementos-chave: 1) o desmantelamento dos acordos de Bretton Woods e a manutenção do dólar forte; 2) o avanço das exportações de capitais entre as economias avançadas e, de forma intensa também, para as periferias; 3) os rápidos saltos tecnológicos que turbinaram a composição orgânica do capital; 4) a aceleração das fusões e aquisições em todos os setores, levando ao estabelecimento dos monopólios generalizados; 5) a financeirização dos lucros, que explica a persistência do capitalismo monopolista mas também o seu colapso eminente; 6) a intensificação da acumulação primitiva, que ocorre de forma mais devastadora nas periferias e; 7) a escalada dos gastos de guerra, principalmente pela tríade imperialista (EUA, Japão e Europa Ocidental) (Yeros, Jha, 2020, p. 4-5).

É dentro deste contexto mais amplo de crise, que apresentaremos as contradições mais salientes que, em nossa perspectiva, constituem os desafios do desenvolvimento neste século.

a) A expansão das formações de reservas de trabalho

Yeros (2022), com o foco específico sobre a transformação do mundo do trabalho no período neoliberal, indica, seguindo Marx, que uma das contradições

básicas de desenvolvimento do capitalismo é sua tendência global para a formação de reservas de trabalho.

Esta contradição tem se materializado contemporaneamente através da semi-proletarização generalizada, que seria uma tendência mundial, mas que se manifesta de forma específica no continente africano. Esta semi-proletarização tem se generalizado neste continente, gerando a convergência de todas as regiões com as características estruturais da terceira macrorregião apontada por Amin, a dos monopólios dos colonos assentados e de criação de reservas de trabalho.

Sendo a condição semiproletarizada aquela em que:

(...) uma força de trabalho, durante um período significativo de tempo, como uma geração, não vem a depender do emprego assalariado para sua reprodução social, apesar de ter perdido a totalidade ou parte de seus meios de produção, mas mantém ou busca ativamente uma combinação de assalariamento, trabalho autônomo e valores de uso simples, ao lado do trabalho de cuidado e das políticas sociais do Estado. Essa condição social inclui: relações temporárias, periódicas ou sazonais de trabalho assalariado; produção camponesa para consumo próprio; pequena produção de mercadorias para venda; uso direto dos recursos naturais; extração de minerais e outros recursos de alto valor para comercialização; e um vasto leque de atividades de autoemprego, tanto no meio rural como urbano, no pequeno comércio e na prestação de serviços, quer situados em casa, quer em espaços arrendados, ao ar livre ou em trânsito de longas distâncias (Yeros, 2022, p. 104).

Utilizando dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Yeros aponta que a tendência geral da situação do emprego em África nos últimos 30 anos (1991-2020) revela um aumento substancial da população em idade ativa (mais do que dobrou no período, de 310 milhões para 633 milhões) sem a correspondente inserção dessa parcela crescente em trabalhos assalariados. No caso, ela teve apenas um ligeiro aumento nessas três décadas, de 15% para 16%.

Grande parcela dessa jovem população tornou-se “trabalhador(a) por conta própria” (atualmente, 28% da força de trabalho total) e/ou “trabalhador(a) familiar contribuinte” (que teve um recuo de 17% para 11%) classificados como “vulneráveis” pela OIT. Sendo que a categoria que mais cresce de forma generalizada

é a de “fora da força de trabalho” de 80 milhões (35% da população economicamente ativa) na última década do século XX para 214 milhões (39% da população economicamente ativa) em 2020 (Yeros, 2022).

As tendências negativas da semi-proletarização generalizada revelam-se cruciais no cenário contemporâneo quando vislumbramos as possibilidades políticas e econômicas de desenvolvimento. A questão de como absorver essa crescente camada jovem da população dentro de um projeto nacional/regional de desenvolvimento se coloca de forma urgente.

b) Industrialização e preservação ambiental

Uma das alternativas para reverter as tendências apontadas no item anterior seria um processo de fomento de emprego assalariado via industrialização do setor produtivo. Entretanto, os nós górdios apresentados para países periféricos que postulam projetos autônomos de industrialização são difíceis de desatar.

De forma geral, os Estados periféricos durante o período neoliberal perderam suas ferramentas para mobilizar recursos financeiros para iniciativas soberanas de industrialização. Eles ficaram “reféns” dos recursos de empresas multinacionais dos países centrais (que, como veremos, criaram uma estrutura global de extração de valor do Sul para o Norte) ou de instituições financeiras internacionais hegemônicas, como o FMI e o Banco Mundial, e suas políticas de austeridade.

O contexto da globalização neoliberal também colocou barreiras e desviou esforços de iniciativas de integração regional e multilateral que poderiam minimizar a dependência financeira, tecnológica e de recursos naturais, como também, do mercado de consumo para projetos de industrialização autônomos.

As iniciativas estritamente nacionais (com exceção, talvez da China) acabam por ficar isoladas ou restringidas, ao mesmo tempo, que as tentativas de abertura ao livre comércio internacional reforçaram as condições primário exportadoras e os problemas sociais destes países.

Todos esses górdios tornam-se mais difíceis de desatar com a imperiosa necessidade de preservação ambiental. Nesse sentido, os modelos existentes que tiveram algum êxito de desenvolvimento industrial colocam os países do Sul

Global diante de um desafio gigantesco de se industrializar revertendo o processo de destruição ambiental que coloca em risco a sobrevivência da humanidade.

c) A divisão internacional do trabalho e cadeias globais de valor

A divisão internacional do trabalho atualmente está marcada pela transnacionalização das empresas multinacionais e a hierarquização rígida controlada através das cadeias globais de valor ou de mercadorias/produtos.

Suwandi, Jonna e Foster (2019) afirmam que durante o período neoliberal houve uma alteração na estrutura global da produção industrial do Norte para algumas regiões do Sul Global (principalmente do leste asiático) mas que não modificou o processo global de exploração e transferência de valor entre essas regiões.

Nessa mudança estrutural, a produção industrial (que passou a ser localizada no Sul Global) e o consumo (praticamente restrito às populações do Norte) estão cada vez mais separados um do outro na economia mundial.

Além disso, o valor acrescentado associado a essas cadeias de produtos de base (...) é desproporcionalmente atribuído a atividades econômicas nos países mais ricos no centro do sistema, embora a maior parte do trabalho ocorra nos países mais pobres da periferia ou do Sul Global (Suwandi, Joanna, Foster, 2019, p. 4).

Dessa forma, estaria em funcionamento um novo imperialismo que faria a arbitragem global do trabalho e, assim, o valor derivado do trabalho com baixos salários na periferia estaria sendo captado globalmente por essa estrutura montada pelas multinacionais.

Segundo estes autores, a exploração imperialista estaria oculta nas transações internacionais contemporâneas no domínio da troca onde a chamada livre concorrência opera, mas revela-se quando se entra no domínio da produção onde as cadeias globais de valor aprofundam a desigualdade mundial através: 1) das relações globais capital-trabalho; 2) das profundas desigualdades salariais entre o Norte Global e o Sul Global; 3) das taxas de exploração diferenciadas em que se

baseia a arbitragem global do trabalho e; 4) do fenômeno, da captura do valor do Sul (produção) para o Norte (consumo).

d) A reprodução social e a divisão sexual do trabalho

Talvez o desafio mais negligenciado, mas nem por isso menos central, sobre os desafios do desenvolvimento, certamente está relacionado à crise da reprodução social e do cuidado que está intimamente imbricado à divisão sexual do trabalho.

Segundo Nancy Fraser (2020), a crise atual do capitalismo, em sua forma financeirizada, coloca a problemática da reprodução social dentro de um regime globalizado e neoliberal que:

(...) promove a redução dos investimentos estatais e empresariais no bem-estar social, ao passo que recruta as mulheres para a força de trabalho paga – expelindo de si o trabalho de cuidado e lançando-o sobre as famílias e comunidades, ao mesmo tempo que lhes diminui a capacidade para desempenhar este trabalho (Fraser, 2020, p. 277).

Centrado na dívida, ou melhor no endividamento dos Estados, principalmente os do Sul, e das famílias, com ênfase para as do Norte, este regime intensifica a contradição inerente ao capitalismo entre produção econômica e reprodução social com uma configuração nova em que a emancipação se junta com a mercadorização para minar a proteção social gerando um “neoliberalismo ‘progressista’”. Ele celebra a ‘diversidade’, a meritocracia e a ‘emancipação’, ao mesmo tempo que desmantela as proteções sociais e torna a expelir de si a reprodução social” (Fraser, 2020, p. 279).

Ocorre uma grande lacuna do cuidado nos países centrais que tem gerado uma cadeia global do “cuidado”. Nela, há a promoção da emigração de mulheres racializadas do Sul Global para o Norte e o deslocamento desta lacuna para as periferias, criando um cenário que se encaixa com as “estratégias que, marcadas por um viés de gênero, são empregadas por Estados pós-coloniais endividados e necessitados de dinheiro que se encontram sujeitos aos programas de ajuste

estrutural do FMI” (Fraser, 2020, p.280). Estas estratégias concorrem para comprimir ainda mais as capacidades sócio reprodutivas nas sociedades periféricas.

e) A transição energética

Qualquer projeto de desenvolvimento no século XXI deve estar sustentado em alguma capacidade autônoma e de soberania energética. Este imperativo leva, em termos lógicos, a questão das possíveis fontes geradoras de energia nas diversas regiões e países e sua sustentabilidade a médio e longo prazo (BAD, 2016).

A questão da transição para uma matriz energética de baixa emissão de carbono e ambientalmente sustentável coloca em evidência de modo singular as injustiças da estrutura econômica, social e política internacional. Os países do Sul Global foram os que menos contribuíram para o esgotamento ambiental e das fontes não renováveis de energia, entretanto, serão os que menos terão espaço para industrialização com emissão de carbono. Por outro lado, a transição verde de iniciativa e domínio do Norte poderá utilizar essencialmente fontes (solar, eólica, hidráulica, etc.) do Sul, reforçando a história de dominação imperialista e neocolonial (Becker, 2021; 2023).

Diante deste cenário, se não houver a imposição de uma justa transição energética, este movimento acabará agravando os problemas sociais e ambientais dos países periféricos (BAD, 2016). Acrescente-se a isso que países estruturalmente dependentes do Petróleo em sua renda nacional, como no caso de Angola, precisarão empreender esforços hercúleos para superar esta dependência, buscando projetos baseados em novas energias.

f) A questão agrária e de soberania alimentar

Por fim, a questão agrária, que parecia ultrapassada teórica e historicamente no século passado, ressurge com protagonismo incontornável no que se refere à absorção da força de trabalho; à organização política e social do campesinato; à questão fundiária e de propriedade da terra e; para as possibilidades de industrialização de um país ou região. Todas estas questões convergem para um eixo central que é o estabelecimento da soberania alimentar para suas populações (Moyo, Jha e Yeros, 2013).

Nesses termos, para os países periféricos do Sul Global, a questão agrária reveste-se ainda de um forte conteúdo de libertação nacional. Ela pode contribuir, se for trabalhada, dentro de um projeto soberano e popular de controle sobre os recursos naturais, mobilizando o campesinato e dinamizando a produção e o consumo, sem necessariamente cair nas teias de exploração das cadeias globais de produto/mercadoria.

Nesse sentido, articular o controle sobre os recursos naturais junto com o esforço de industrialização revelam-se incontornáveis para lidar com as tendências negativas da semi-proletarização generalizada e a capacidade de preservação ambiental concomitante com a soberania alimentar.

Considerações finais

Diante dos desafios descritos no item anterior, algumas linhas gerais devem ser refletidas no contexto angolano, para construir alternativas de desenvolvimento em sua fase atual.

Agostinho Neto afirmou, em um slogan político, que “a agricultura seria a base e a indústria o fator decisivo”. Utilizada no pós-independência para mobilizar os recursos e a ideologia nacional angolana para um projeto de industrialização via substituição de importações e de planejamento central da economia de inspiração soviética, atualmente, esta afirmação já não tem o mesmo sentido e apelo, entretanto, sintetiza para o presente os grandes desafios que o país deve enfrentar em um perspectiva de desenvolvimento no século XXI.

A expressão chave dos discursos e projetos oficiais do governo angolano é relacionada à “diversificação da economia” que, nas entrelinhas, revela a necessidade que o país tem de, ao mesmo tempo, se industrializar, aumentar a capacidade de produção agrícola e escapar da dependência do petróleo.

A trajetória angolana, desde pelo menos a segunda metade do século XX, tem sido marcada pela dependência da exploração do petróleo e seus derivados e, neste sentido, confronta-se com a temática da transição energética de forma dramática e urgente.

Em relação ao modelo de reprodução social e, consequentemente, do cuidado em Angola, predominou, até pelo menos o início dos anos 2000, um modelo comunitário (sem participação contínua, frequente e ativa do Estado)

que era reforçado pelas condicionantes da guerra civil e pelo protagonismo feminino. Esse modelo está sendo erodido pelo avanço da globalização neoliberal e da urbanização crescente. O Estado, que esteve ausente desta responsabilidade, não construiu ferramentas para reverter esta situação e tornou-se cada vez mais incapaz de atender as demandas sociais nessa seara. De forma geral, as mulheres, principalmente das camadas mais baixas, assumiram praticamente todo o peso da reprodução social e do cuidado, ao mesmo tempo em que são compelidas a ganharem alguma renda (com destaque para o setor informal) para garantir condições mínimas de subsistência para suas famílias.

A última subfase da trajetória angolana representou uma guinada política e econômica na tentativa tardia de incorporação do país nos padrões neoliberais de internacionalização condensada no acordo firmado com o FMI em 2018. Entretanto, a crise mundial que se intensificou logo depois abortou essa incorporação tardia. Ela teve graves consequências sociais, mas possibilitou uma janela de oportunidade histórica para o país procurar contornar as teias econômicas e da estrutura de poder ocultas nas cadeias globais de produto/mercadoria. Dessa forma, fomentou uma industrialização que terá que ser uma construção direcionada para aproveitar a emergência do Sul Global nos interstícios da disputa aberta entre EUA e China pelo domínio do sistema social internacional em declínio e, muito provavelmente, pela necessidade de criação de um novo sistema social.

Referências

AMIN, Samir. **El desarrollo desigual: ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico**. Barcelona: Editorial Fontanella, 1974.

AMIN, Samir. Modes of Production and Social Formations. **Ufahamu: A Journal Of African Studies**, Los Angeles, v. 3, n. 4, p. 57-85, jan. 1972a.

AMIN, Samir. Underdevelopment and Dependence in Black Africa. **Journal Of Modern African Studies**, Cambridge, v. 4, n. 10, p. 503-524, jan. 1972b.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BAD, Banco Africano de Desenvolvimento. **Resiliência climática e uma justa transição energética em África**. Abdjan: Banco Africano de Desenvolvimento, 2020. 47 p.

BARBOSA, Muryatan Santana. Economia Política Africana: do desenvolvimento ao autodesenvolvimento. **Revista da Abpn**, [s. l], v. 13, n. 36, p. 78-104, Mar 2021.

BECKER, Astrid. **A transição energética e a guerra pelos recursos do Sul global**, 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/614980-a-transicao-energetica-e-a-guerra-pelos-recursos-do-sul-global>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BECKER, Astrid. **A transição energética e os recursos do Sul Global**. Limites e desafios. Entrevista especial com Astrid Becker. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/629942-a-transicao-energetica-e-os-recursos-do-sul-global-limites-e-desafios-entrevista>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Niterói: Eduff, 2016.

DEPELCHIN, Jacques. **From the Congo Free State to Zaire, 1885–1974**. Dakar: Codesria, 1992. p. 115-165.

FMI, Fundo Monetário Internacional. **Angola: Relatório Nacional nº 22/11**. Washington, D.C: Fundo Monetário Internacional Fmi, 2022.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 53, p. 261-288, ago. 2020.

HEIMER, Franz-Wilhelm. Sobre a articulação dos modos de produção em Angola. Uma nota metodológica. **Análise Social**, Lisboa, n. 5, p. 1091-1100, maio 1983.

ITPS, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. **O Mundo Precisa de Uma Nova Teoria Socialista do Desenvolvimento**. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2023. 43 p.

LUSA (Portugal). **Banco Nacional de Angola deixou de vender dólares pela primeira vez em 2017**. 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/banco-nacional-de-angola-deixou-de-vender-dolares-pela-primeira-vez-em-2017-9086802.html>. Acesso em: 21 jan. 2018.

MAFEJE, Archie. On the articulation of modes of production: review article. **Journal Of Southern African Studies**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 123-138, out. 1981. Informa UK Limited.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: Fapesp, 2000.

MOYO, Sam; JHA, Praveen; YEROS, Paris. The Classical Agrarian Question: myth, reality and relevance today. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 93-119, abr. 2013.

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

ROCHA, Manuel José Alves da. **Crescimento Econômico e Desenvolvimento em Angola: uma análise para o período 1997-2009/2010**. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de (org.). **Economia Política e Desenvolvimento em Angola**. Luanda, Lisboa: Chá de Caxinde, Media XXI, 2011. Cap. 4. p. 113-148.

SUWANDI, Intan; JONNA, R. Jamil; FOSTER, John Bellamy. **Global Commodity Chains and the New Imperialism**. Monthly Review, New York, v. 70, n. 10, p. 1-28, mar. 2019.

VIDROVITCH, Catherine Coquery. Pesquisas sobre um Modo de Produção africano. **Revista de História da Ueg**, Goiás, v. 7, n. 1, p. 207-233, jan. 2018.

YEROS, Paris. Semiproletarização generalizada na África. **Princípios**, [S.L.], v. 41, n. 165, p. 97-125, 2022. Editora Cubo.

YEROS, Paris; JHA, Praveen. Neocolonialismo Tardio: Capitalismo Monopolista em Crise. **Agrarian South**, Arare, v. 1, n. 9, p. 1-12, fev. 2020.



DS Lima (Brasil), *Reconstrução*, 2020.

5 Artigo

Elementos para uma crítica à situação da classe trabalhadora brasileira no século XXI

Thais Soares Caramuru¹

Resumo // O modo de produção capitalista está assentado na exploração da classe trabalhadora pela classe detentora dos meios de produção. Este artigo tem como objetivo geral sistematizar uma breve crítica à situação da classe trabalhadora brasileira no século XXI e, como objetivo específico, explicitar os principais elementos que intensificam a produção da redundância dos trabalhadores perante o capital na atual conjuntura da luta de classes. A partir de pesquisa bibliográfica e da adoção dos parâmetros teórico-metodológicos fornecidos pela tradição marxista, a abordagem realizada indicou que as medidas de caráter neoliberal precarizam as condições de vida, trabalho e proteção social no Brasil, o que, em última instância, potencializa o grau de subsunção do trabalho na quadra contemporânea do capitalismo.

Palavras-chave // capitalismo; crítica marxista; trabalho.

1 Doutora e mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB); bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Introdução²

No atual contexto de agudização da crise capitalista, a barbarização da realidade social promove refrações em todas as dimensões da vida, particularmente no que tange às condições de reprodução da classe trabalhadora. No prefácio da fabulosa obra de Friedrich Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, – que completa 180 anos de publicação no ano de 2025 – o autor destaca que “a situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social” (Engels, 2010, p. 41).

Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo geral propor elementos para uma crítica à situação da classe trabalhadora brasileira no século XXI e, como enfoque específico, busca-se problematizar os principais mecanismos postos em marcha pelo capital para potencializar a produção da redundância da classe trabalhadora no cenário de crise estrutural do capital, tais como o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a restrição do acesso a políticas e direitos sociais.

Como fundamentação teórico-metodológica, utilizam-se os parâmetros estabelecidos pela tradição marxista, baseados no materialismo histórico-dialético, cujas principais determinações constitutivas são as seguintes: considera a existência das classes sociais e seu intrínseco conflito no âmbito das relações de produção capitalistas; rejeita a ordem burguesa estabelecida e promove a luta pela transformação da realidade social e a construção de uma nova forma de organização da sociedade; coloca o conhecimento científico a serviço da classe oprimida, pois “não se pode pretender transformar o mundo radicalmente sem armar-se de um conhecimento que sustente a possibilidade, a necessidade e os caminhos dessa transformação” (Tonet, 2018, p. 109).

Dessa forma, além desta introdução e das considerações finais, este artigo está constituído por três partes. Inicialmente, será vislumbrada a abordagem de Marx (1996) acerca da produção da redundância do trabalhador no capitalismo, com enfoque na lei geral da acumulação capitalista. Trata-se de uma imprescindível problematização feita em *O Capital*, pois o autor desvela a essência da dinâmica que oprime a classe trabalhadora na ordem burguesa.

2 Neste artigo, são aprimorados e atualizados elementos inicialmente sinalizados em Caramuru (2018; 2021).

A segunda parte está dedicada à sistematização da quadra contemporânea do capitalismo, a partir de apontamentos acerca da crise do capital em sua fase imperialista e os mecanismos adotados para fazer frente à queda tendencial das taxas de lucro. A partir desse panorama, fica traçado o cenário histórico, sócio-político e de luta de classes sob o qual implementam-se, no Brasil, medidas que intensificam o grau de subsunção da classe trabalhadora ao capital, as quais serão tratadas na terceira parte.

A produção da redundância do trabalhador no modo de produção capitalista

De acordo com Marx (1996), todos os modos de produção já adotados pelas sociedades humanas possuíam leis de funcionamento e formas específicas de exploração. Na ordem do capital, a dinâmica da acumulação engendra um *modus operandi* muito peculiar, que produz continuamente a redundância do trabalhador. Marx (1996, p. 255) intitula esse processo de *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, explicitada como “lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável.”

A acumulação do capital está assentada na extração de *mais-valia*, a qual tem como pressuposto básico a produção capitalista e somente pode ser concretizada a partir da existência de duas espécies antagônicas de detentores de mercadorias: aqueles que possuem dinheiro, meios de produção e subsistência, que, para valorizarem sua soma-valor, comprem trabalho alheio; e os trabalhadores, desprovidos de meios de produção e vendedores da própria força de trabalho. Dessa forma, a sociedade burguesa tem como pedra angular a subordinação do trabalho ao capital (Marx, 1984; 1996).

Marx (1996) problematiza a Lei Geral da Acumulação Capitalista a partir da *composição orgânica do capital*, configurada pela massa dos meios de produção (capital constante) e pela massa de força de trabalho (capital variável). Em linhas gerais, o crescimento da massa dos meios de produção depende da expansão da *produtividade do trabalho*, a qual, para ser alcançada, pressupõe o aumento da parte constante do capital às custas do capital variável, ou seja, “o grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto” (Marx, 1996, p. 254). Nessas circunstâncias, a

expansão da produção capitalista exige que uma *massa cada vez menor de trabalho* seja utilizada para colocar em movimento uma *massa cada vez maior de maquinaria e matérias-primas*.

[Os] meios de produção desempenham duplo papel. O crescimento de uns é consequência; o de outros, condição da crescente produtividade do trabalho. Por exemplo, com a divisão manufatureira do trabalho e a utilização da maquinaria, no mesmo espaço de tempo mais matéria-prima é processada, portanto uma massa maior de matéria-prima e de materiais auxiliares entra no processo de trabalho. Essa é a consequência da crescente produtividade do trabalho. Por outro lado, a massa da maquinaria utilizada, dos animais de trabalho, dos adubos minerais, das tubulações de drenagem etc., é condição da crescente produtividade do trabalho. Assim também a massa dos meios de produção concentrados em prédios, altos-fornos, dos meios de transporte etc. Mas, condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos (Marx, 1996, p. 254).

Assim, a lei geral da acumulação capitalista se constitui na “lei do decréscimo progressivo da grandeza relativa do capital variável” (1996, p. 262), pois utiliza, proporcionalmente, cada vez menos trabalho para mobilizar uma quantidade maior de capital constante. A compensação pela redução relativa do uso da massa de trabalho é alcançada pelo aumento de sua produtividade, o que pressiona a classe trabalhadora na intensificação de sua exploração e, também, pela produção progressiva de uma *superpopulação relativa*, de modo que a população trabalhadora excedente é tornada relativamente redundante.

[...] o crescimento da parte variável do capital, e portanto [sic] do número de trabalhadores ocupados, está sempre ligado a fortes flutuações e à produção transitória de superpopulação, quer assuma esta agora a forma mais notável de repulsão de trabalhadores já ocupados,

quer a menos aparente, mas não menos efetiva, de absorção dificultada da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros (Marx, 1996, p. 261).

Produto necessário da acumulação e, ao mesmo tempo, alavanca da acumulação capitalista, como afirma Marx, “o sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital” (Marx, 1996, p. 266). Essas determinações constituem a dinâmica própria de funcionamento do modo de produção capitalista.

Nesses termos, Marx (1996) aponta as formas de existência da superpopulação relativa. A primeira diz respeito à superpopulação *fluyente*, composta maciçamente por trabalhadores jovens masculinos que são utilizados em quantitativo cada vez menor à medida que cresce a produção industrial e a produtividade do trabalho. Assim, essa parcela da classe trabalhadora fica subjugada às fileiras dos excedentes:

O consumo da força de trabalho pelo capital é, além disso, tão rápido que o trabalhador de mediana idade, na maioria dos casos, já está mais ou menos esgotado. Ele cai nas fileiras dos excedentes ou passa de um escalão mais alto para um mais baixo. Justamente entre os trabalhadores da grande indústria é que deparamos com a duração mais curta de vida (Marx, 1996, p. 271).

Uma segunda forma de existência da superpopulação relativa é a *latente*, relacionada à existência de uma superpopulação latente no campo, a qual tem patamares salariais rebaixados e fica subjugada ao pauperismo. À medida que a produção capitalista se apropria da agricultura, ocorre o decréscimo da demanda pelos trabalhadores rurais, que tendem a migrar para as cidades. Aqueles que ficam no campo, configuram o segmento latente.

Parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência. [...] Essa fonte da superprodução relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se

torna visível assim que os canais de escoamento se abram excepcionalmente de modo amplo. O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo (Marx, 1996, p. 272).

A superpopulação relativa também pode ser *estagnada*, constituída por um contingente que forma parte do exército ativo dos trabalhadores, cuja ocupação é totalmente irregular, suas condições de vida estão abaixo do normal médio da classe trabalhadora e, por isso mesmo, “proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. [...] É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário” (Marx, 1996, p. 272).

Além dessas três formas, Marx (1996, p. 273) também aponta para o pauperismo, como o “mais profundo sedimento da superpopulação relativa”, composto por massas aptas ao trabalho, órfãos e incapacitados para o trabalho. “O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva.”

Diante desses aspectos acerca da superpopulação relativa, verifica-se que, no âmbito das necessidades da acumulação capitalista, a força de trabalho é disponibilizada pela mesma dinâmica que promove a força expansiva do capital. Configura-se um *exército industrial de reserva* que se expande na mesma medida em que se elevam as potências da riqueza.

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista* (Marx, 1996, p. 274 – grifos do autor).

Em suma, a análise marxiana deixa evidente que o mecanismo fundamental do sistema capitalista consiste em tornar *supérflua*³ a pedra angular da expansão

3 Engels (2010, p. 122) também faz essa inferência: “A população supérflua é produto da concorrência entre os trabalhadores, que obriga cada trabalhador a laborar cotidianamente até o limite de suas forças”. (Engels, 2010, p. 122).

da produção, que é o trabalhador. O capital usa todas as formas e instrumentos possíveis para dominar, oprimir e *tornar redundante* aquele que, para sobreviver, precisa vender sua força de trabalho. Trata-se de circunstância intrínseca à ordem burguesa, a qual tende a se agudizar na quadra contemporânea do capitalismo e produz refrações cada vez mais bárbaras nas condições de trabalho e vida da classe oprimida, conforme será abordado adiante.

Quadra contemporânea do capitalismo: crise e ofensiva burguesa neoliberal

A quadra contemporânea do capitalismo tem como determinações constitutivas a crise estrutural do capital em sua fase imperialista, a reestruturação produtiva e a ofensiva burguesa neoliberal, a qual impôs a redefinição do papel do Estado para que este se preste, cada vez mais, ao capital.

Lênin (2008) apresenta a fase imperialista do capitalismo no começo do século XX como uma fase particular, superior e inerente ao próprio desenvolvimento do capitalismo, que se caracteriza pela confluência dos seguintes traços fundamentais: a concentração da produção e do capital atingiu um grau tão elevado de desenvolvimento que permitiu a criação dos monopólios, os quais passam a desempenhar um papel primordial na vida econômica; a formação do capital financeiro a partir da fusão entre capital bancário com o capital industrial, que configura uma oligarquia financeira; a exportação de capitais adquire grande importância, em detrimento da exportação de mercadorias; a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas (cartéis, sindicatos, trusts, dentre outros), que partilham o mundo entre si; o capital financeiro acrescentou à política colonial a luta pelas fontes de matérias-primas, aprofundando a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes, tais como Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha e Rússia (Lênin, 2008).

Desta maneira, a análise teórica do Imperialismo, conforme desenvolvida por Lênin (2008), contém uma sistematização a respeito dos elementos centrais desta fase, na qual o “velho capitalismo”, caracterizado pela livre-concorrência, isto é, o capitalismo concorrencial, transformou-se em uma forma mais elevada e complexa, que é o “novo capitalismo”, ou capitalismo monopolista, baseado no monopólio e na dominação do capital financeiro. Essa centralidade do papel dos monopólios representa, em si, uma contradição insolúvel no ambiente geral da

produção capitalista e contribui para a geração de uma inevitável tendência para a estagnação e para a decomposição.

A crise estrutural do capital é uma determinação elementar para compreensão da realidade social contemporânea, à medida que suas expressões atingem sobremaneira as condições de vida, trabalho e acesso à proteção social por parte da classe trabalhadora, nos países do Norte e do Sul Global⁴.

É importante salientar que, à luz da teoria social crítica marxiana, as crises não são processos aleatórios e ocasionais, ao contrário, se constituem em elementos imanentes à dinâmica interna do capitalismo. Nesse âmbito, Marx (1986) pontua que as crises são processos intrínsecos ao funcionamento da ordem burguesa, cuja origem remete às contradições internas desse sistema e revelam seu caráter histórico e transitório. Dessa forma, as contradições internas do modo de produção capitalista são imanentes ao desenvolvimento das forças produtivas e estão vinculadas a uma das tendências internas da acumulação do capital: a elevação da composição orgânica do capital, a qual provoca a queda tendencial das taxas médias de lucros. Assim, “o caráter tão somente histórico e transitório do modo de produção capitalista; testemunha que ele não é um modo de produção absoluto para a produção da riqueza, mas que antes entra em conflito com seu desenvolvimento, em certo estágio” (Marx, 1986, p. 183-184).

De acordo com Montoro (2016), a compreensão da crise que se engendra a partir de fins da década de 1960 remete ao esgotamento das condições excepcionais que possibilitaram a expansão no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Para o referido autor, tal expansão foi marcada por um caráter insustentável, pois esteve fundada na exploração de espaços rentáveis da acumulação, os quais foram abertos pela destruição de forças produtivas provocadas pela guerra. “Ao fim e ao cabo, vai se aproximando a data de esgotamento das excepcionais circunstâncias que haviam permitido a recuperação da acumulação capitalista após a guerra” (Montoro, 2016, p. 337, tradução nossa).

4 Neste artigo, adota-se a concepção de Norte e Sul Global, conforme exposto pelo estudo do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2024). Os países do Norte Global compõem um bloco militar, político e econômico liderado pelos Estados Unidos da América. Por seu turno, os países do Sul Global dizem respeito a ex-colônias e semicolônias, certos Estados independentes fora da Europa e projetos socialistas atuais e antigos, em síntese, países que lutam por sua soberania e libertação nacional. Com base no mesmo estudo, rejeita-se, neste artigo, qualquer concepção de subimperialismo, pois, “obviamente, não existe subimperialismo nem potências imperialistas não ocidentais.” (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social 2024, p. 18).

Diante desse contexto, a partir da década de 1970, o capital adotou uma série de mecanismos com fins de contrarrestar a queda tendencial das taxas de lucros. No âmbito desse processo, a reprodução do capital no fim do século XX e no começo do século XXI passa a adotar mecanismos que aumentam o grau de exploração da classe trabalhadora, como aponta Jaime Osorio (2019):

as principais tendências que caracterizam a reprodução do capital no final do século XX e início do século XXI podem ser interpretadas como processos que buscam avançar em um ou vários dos mecanismos assinalados por Marx para contrarrestar [sic] a queda da taxa de lucro: aumento do grau de exploração da classe trabalhadora, redução do salário abaixo do valor da força de trabalho, barateamento dos elementos que formam o capital constante, aumento da superpopulação relativa, intensificação do comércio exterior, aos quais é preciso agregar, entre outros processos, as revoluções tecnológicas, a expansão do mercado mundial e inclusive as guerras (Osorio, 2019, p. 167).

Assim, com fins de alavancar as taxas médias de lucro e alcançar um novo ciclo de crescimento do capital, intensifica-se a tendência de o modo de produção capitalista operar em escala global, “[...] transformando a economia mundial no espaço em que põe em marcha os diversos mecanismos que contrarrestam [sic] a queda da taxa de lucro e que permitem superar a fase depressiva” (Osorio, 2019, p. 167).

A materialização da ofensiva burguesa em resposta à sua crise se deu a partir da década de 1970, com a estruturação de um novo regime de acumulação que, no espaço produtivo, caracterizou-se pela transição do fordismo para um padrão de *acumulação flexível*. No plano teórico e ideológico, o capital promoveu um reajustamento social e político sustentado pelos postulados do *arcabouço teórico neoliberal*.

Harvey (2008) indica que a acumulação flexível se contrapõe à chamada rigidez do fordismo e se sustenta em torno da flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo. Tal flexibilidade permitiu que os empregadores exercessem pressões mais fortes de controle sobre a força de trabalho, o que solapou as estruturas de organização da classe trabalhadora e implicou níveis relativamente altos de desemprego estrutural em diversos países do mundo.

Nos países capitalistas centrais, o redirecionamento neoliberal foi executado por governos de direita, os quais consolidaram seu poder na década de 1980, como Margareth Thatcher (1979-1990), no Reino Unido, Ronald Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos e Helmut Kohl (1982-1998), na Alemanha.

De acordo com dossiê do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2024), além de resposta à estagnação econômica, as medidas neoliberais também fizeram frente à ameaça política dos projetos de esquerda dos países que compunham o chamado Terceiro Mundo. Chile e Argentina foram os principais laboratórios de sua implantação, a partir de golpes de Estado sangrentos. Em linhas gerais, a imposição do neoliberalismo teve as seguintes características: globalização econômica e financeira, nos marcos do capitalismo monopolista; uso do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para impor medidas de austeridade aos países do Sul Global; desarticulação e fragmentação das cadeias produtivas globais; intensificação da especulação financeira; ascensão do capital digital monopolista, com empresas como o Google; crescimento do Estado coercitivo; e expansão da hegemonia cultural e política dos países imperialistas do Ocidente.

Estabelecidos esses aspectos, uma abordagem mais aprofundada acerca da quadra contemporânea do capitalismo pode ser feita a partir de uma análise retrospectiva do imperialismo entre os séculos XX e XXI. A esse respeito, o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2024) propõe a periodização da fase imperialista do capitalismo. Um primeiro momento se refere aos anos de 1890 a 1916, que foi a fase de ascensão do imperialismo moderno. Como segunda etapa, tem-se o período entre 1917 e 1939, caracterizado pela ascensão da União Soviética, pela continuidade da rivalidade interimperialista, pela ascensão do fascismo europeu, pela Grande Depressão da década de 1930, bem como pela disseminação das ideias socialistas.

Continuando a periodização, tem-se o marco entre 1945 e 2008, que foi a era da hegemonia dos Estados Unidos da América no campo imperialista, do avanço das lutas anticoloniais de libertação em diversos países do Sul Global, da influência de projetos socialistas de países como Cuba e Vietnã, e, também, da virada para a estagnação econômica e adoção do arcabouço teórico neoliberal a partir da década de 1970. Por fim, entre os anos de 2008 e 2023, observou-se a degradação da esperança no unilateralismo dos Estados Unidos e fracasso do projeto “fim da história”, ascensão e consolidação do projeto Chinês como

epicentro do Sul Global e contraponto ao domínio imperialista capitaneado pelos Estados Unidos (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024).

As grandes transformações neste último período configuraram, segundo o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2024), o estágio do *hiperimperialismo*, entre os anos de 2000 e 2022, marcado pelos seguintes aspectos: ascensão econômica da China e sua consolidação como projeto socialista; expansão do Produto Interno Bruto dos países do Sul Global, que passaram a compor 40% da economia mundial; queda das taxas de crescimento dos países que compõem os núcleos anglo-americano e europeus do campo imperialista; desnacionalização dos capitais europeus e japoneses, que aumentaram sua dependência em relação aos Estados Unidos; aumento da intervenção militar da Otan, como bloco militar do campo imperialista; expansão do uso de sanções e batalhas jurídicas, com consequências para as massas trabalhadoras de diversas nações do Sul Global; busca incessante do bloco imperialista de subjugar os países da Eurásia, principalmente Rússia e China, com vistas ao enfraquecimento econômico, militar e geopolítico desses países (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024).

O enfoque militar do bloco imperialista se constitui em uma ameaça às massas trabalhadoras de todo o mundo, sobretudo dos países do Sul Global, à medida que “o aspecto mais importante do poder do Estado – ou seja, o poder militar –, o perigo central absoluto para as classes trabalhadoras de *todos* os países, sobretudo das nações de pele mais escura do mundo, está no campo imperialista liderado pelos EUA (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024, p. 18).

Em última instância, na quadra contemporânea do capitalismo, configurada pela crise, pela reestruturação produtiva, pelo arcabouço neoliberal e pelas ameaças militares dos países imperialistas, ocorrem refrações às condições de vida das classes trabalhadoras de todo o mundo, inclusive a brasileira, de forma a potencializar a produção de sua redundância e o seu grau de subsunção ao capital.

A situação da classe trabalhadora brasileira na quadra contemporânea do capitalismo

No período que abrange a década de 1990 e este primeiro quarto do século XXI, o Brasil passou por processos políticos importantes, como a redemocratização, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder em 2003 e sua saída

por um golpe de Estado no ano de 2016, a ascensão da extrema-direita, sob a face do bolsonarismo, e o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em contexto de polarização.

Sob essas mudanças, a implantação das medidas de caráter neoliberal no país adquiriram algumas diferenças, a depender do governo, porém, há tendências estruturais que perpassam todo esse período. Em sentido amplo, nos marcos da crise imperialista e da ofensiva burguesa neoliberal, a situação da classe trabalhadora brasileira se depreciou em múltiplas dimensões, particularmente no que tange às condições de trabalho, salariais e de proteção social. É possível identificar dois processos reacionários que marcaram esse período e afetam diretamente a situação dos trabalhadores: a política de ajuste fiscal e as contrarreformas trabalhista e previdenciária.

A política de ajuste fiscal se constitui em uma das múltiplas de ataque à classe trabalhadora no Brasil, pois impõe a restrição dos gastos sociais para fins de geração do *superávit* primário para pagamento de juros e amortização da dívida pública (Gentil, 2019; Behring, 2019). Desde a adoção, no país, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelecida pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, a geração do chamado *superávit* primário adquiriu caráter prioritário.

As despesas financeiras foram tomadas como incomprimíveis, por serem consideradas compromissos assumidos anteriormente, cujo cumprimento é fundamental para assegurar a confiança da oligarquia financeira. O ônus do controle da relação dívida/PIB recaiu inteiramente sobre as contas primárias (não financeiras) do governo. Para levar a economia a produzir tal resultado, houve, de um lado, forte ampliação da carga tributária; de outro, o contingenciamento das despesas, especialmente dos investimentos (Gentil, 2019, p. 135-136).

Essa política foi mantida no período dos governos do PT (2003-2016), concomitante à expansão do salário-mínimo real e das políticas sociais, especialmente os programas de transferência de renda. A permanência do dogma do tripé macroeconômico foi símbolo da política de conciliação de classes levada a cabo nesse período, favorecendo os interesses do setor financeiro.

Elaine Behring (2018) assinala que a essência do processo de ajuste fiscal permanente consiste na adoção de uma orientação restritiva dos gastos sociais, a serviço da geração do superávit primário. Segundo Gentil (2019), a política fiscal ortodoxa foi desenhada para promover o ajuste estrutural das contas públicas e sua lógica está voltada “[...] para ser guardiã das expectativas de rentabilidade dos capitais externos investidos em títulos da dívida pública remunerados com altas taxas de juros” (Gentil, 2019, p. 134).

O “ambiente de ajuste fiscal permanente” (Behring, 2018, p. 205) se constitui em uma das múltiplas dimensões da busca pela valorização do valor no cenário de agudização da crise do capital. Sua origem remete à década de 1990 e foi posto em marcha por intermédio de uma série de espécies normativas que revestem de legalidade, no âmbito do direito burguês, a ofensiva contra os dispêndios de caráter social que financiam benefícios e serviços direcionados à classe trabalhadora. Essa ofensiva possui duas dimensões: por um lado, se encontram as normas que regem a restrição das despesas; e, por outro, as orientações que corroem as receitas, particularmente as da Seguridade Social.

Além da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Novo Regime Fiscal, imposto após o golpe de Estado de 2016, pela Emenda Constitucional (EC) n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, representou uma nova ofensiva contra o povo brasileiro, pois limitou, por vinte anos, o crescimento anual do gasto público ao teto da inflação do ano anterior. A política de ofensiva aos gastos sociais foi mantida pelo governo reacionário de Jair Bolsonaro.

Com o início do terceiro governo Lula, em 2023, adotou-se um arcabouço fiscal com parâmetros restritivos e rígidos e a imposição do princípio de busca pelo superávit primário zero, o que exige uma contínua reestruturação das receitas e corte de despesas sociais. Para manter seu compromisso com a oligarquia financeira e com os ditames neoliberais, no final de 2024, o governo enviou ao Congresso Nacional uma série de medidas que impactam direta e expressivamente a renda da classe trabalhadora brasileira. A principal e mais reacionária delas diz respeito à imposição da limitação do aumento real do salário mínimo para o período de 2025 a 2030, o qual somente poderá ser expandido em 2,5%. Essa medida trará impactos diretos a amplos segmentos da classe trabalhadora brasileira, haja vista que o salário mínimo também é base para os benefícios previdenciários concedidos no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social.

Análise feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2024b), indica que a nova regra gera perdas ao trabalhador:

A política de valorização do salário mínimo tem se mostrado ferramenta crucial na redução das desigualdades sociais no Brasil. No entanto, a imposição de um teto para o aumento real pode reduzir a tendência de crescimento da renda das camadas mais vulneráveis, perpetuando ou até ampliando as disparidades de renda no país (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2024b, p. 12).

Além da ofensiva ao aumento do salário mínimo, as medidas do governo impactarão a restrição do acesso ao abono salarial e ao Benefício de Prestação Continuada, o que significa mais consequências negativas para a renda e condição de subsistência do trabalhador brasileiro.

No que diz respeito às relações trabalhistas e condições de trabalho, as contrarreformas postas em marcha pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro foram regidas pelo visceral princípio da flexibilização das relações capital-trabalho, termo utilizado pelo empresariado, pela imprensa burguesa e por seus apologistas para fazer referência ao desmonte de direitos. Ricardo Antunes (2018, p. 325) alerta que “o eufemismo ‘flexibilizar’ é a forma encontrada por essas forças [empresários] para dizer que é preciso desconstruir os direitos trabalhistas, arduamente conquistados em tantas décadas de embates e batalhas.”

A Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017, imposta sob um governo que não foi eleito pelo povo brasileiro, alterou profundamente a Consolidação das Leis do Trabalho e impulsionou a precarização das relações capital-trabalho, com destaque para o trabalho intermitente e o pressuposto do predomínio do negociado sobre o legislado. Ao fazer referência ao projeto de lei que originou a referida legislação, Antunes (2018) enfatiza que suas principais consequências serão a proliferação das terceirizações, a expansão da informalidade e do desemprego. Para o autor, a contrarreforma trabalhista

desfigura em definitivo a CLT, ao instituir o preceito do *negociado sobre o legislado*, que elimina o patamar basal dos direitos e também ao introduzir o nefasto trabalho intermitente [...], além de restringir em muito a abrangência da Justiça do Trabalho – cuja extinção é o

objetivo verdadeiro do empresariado brasileiro – entre tantos outros (Antunes, 2018, p. 325, grifos no original).

A respeito do trabalho intermitente, levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2024a), indica dados alarmantes relacionados ao ano de 2023: 41% dos vínculos intermitentes não geraram trabalho ou renda; o percentual dos contratos que tiveram remuneração mensal inferior ao salário mínimo ou não tiveram remuneração totalizou 76%. Em linhas gerais, esses quantitativos realçam o caráter precário dessa modalidade de trabalho, a qual intensifica a subjugação do trabalhador ao empregador e que abrangeu mais de quatrocentos mil vínculos em 2023 (Dieese, 2024a).

No que tange às condições de acesso à Previdência Social, a promulgação da Emenda Constitucional (EC) n.º 103, de 12 de novembro de 2019 no governo de Jair Bolsonaro, consolidou regras restritivas de acesso aos benefícios, principalmente quanto à idade, tempo de contribuição e valor dos benefícios. Em linhas gerais, a restrição à proteção previdenciária intensifica a subsunção do trabalho ao capital no país a partir das seguintes dimensões: expande o período de venda da força de trabalho; a redução do valor dos benefícios impulsiona a adesão a mecanismos de previdência privada que funcionam a serviço dos mercados financeiros; potencializa o grau de subjugação ao capital, pois o trabalhador fica mais disposto a aceitar condições precárias de trabalho para que possa manter-se no mercado e alcançar as regras de acesso (Caramuru, 2021).

Sob esse contexto, verifica-se que o reacionário ajuste fiscal e as medidas restritivas relacionadas à condição de trabalho e proteção social no Brasil tendem a precarizar a realidade concreta da classe trabalhadora brasileira, o que, por seu turno, intensifica a produção da redundância da classe trabalhadora brasileira no cenário de crise do capital.

Considerações finais

Ante todo o exposto, é possível inferir os principais desafios que se apresentam à massa trabalhadora brasileira no presente contexto de decadência da ordem burguesa, ofensiva imperialista contra os povos oprimidos, imposição de medidas neoliberais e elevação do grau de subsunção da classe trabalhadora ao capital.

Na esfera nacional, há o desafio da unificação dos diversos segmentos da classe trabalhadora com vistas a lutar pela revogação das medidas econômicas, trabalhistas e sociais que potencializam a produção de sua redundância e intensificam sua subjugação aos capitalistas.

No plano internacionalista, a classe trabalhadora brasileira deve se unir aos trabalhadores das outras nações em uma luta verdadeiramente anti-imperialista, de modo a confrontar o regime brutal que os países imperialistas, liderados pelos Estados Unidos, impõem contra todos os povos oprimidos do mundo.

Em última instância, o caráter anti-imperialista das lutas das massas oprimidas ao redor do mundo deve voltar-se contra os ditames do sistema do capital, pois, conforme indicou a clássica análise de Marx e Engels (2010, p. 51) “a burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, Ivanete. (org.). **Expropriações e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

CARAMURU, Thais. Ajuste fiscal e ofensiva contra os trabalhadores brasileiros: uma crítica marxista. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**. Cuiabá, v. 4, n. 6, p. 101-121, jan./jun. 2018.

_____. **Fundos de pensão no Brasil: uma análise desde a crítica da economia política**. Orientadora: Maria Lucia Lopes da Silva. 2021. 261 p. Tese (Doutorado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Boletim emprego em pauta. 28/11/2024. (2024a). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2024/boletimEmpregoPauta28.html>. Acesso em 15 fev. 2025.

_____. Nota técnica nº 18. 06.12.2024. Considerações sobre o pacote de ajuste fiscal anunciado pelo governo em novembro de 2024. (2024b). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/sinteseespecial/2024/sinteseEspecial18.html>. Acesso em 15 fev. 2025.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. (Mundo do Trabalho; Coleção Marx-Engels).

GENTIL, Denise. Posfácio. In: **A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira**: uma história de desconstrução e saques. Rio de Janeiro: Muad, 2019.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Edições Loyola: São Paulo, 2008.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Hiperimperialismo**: um novo estágio decadente perigoso. Janeiro de 2024. Sul Global Insights. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2024/01/PT_Hyperimperialism_RGB_240206.pdf. Acesso em 15 fev. 2025.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Título original: *L'impérialisme*. Tradução: Leila Prado. São Paulo: Centauro. 4ª Ed., 2008.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: **O Capital**: crítica da economia política. Volume I. Livro Primeiro. Tomo 2. Editora Nova Cultural: São Paulo, 1996. (p. 245 a 337).

_____. **O capital**: crítica da economia política. V.1. Livro Primeiro. Tomo 2. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os economistas).

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro Terceiro. Volume III. O processo global da produção capitalista. Tomo 1. (parte primeira).: 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).

MARX; Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e introdução: Osvaldo Coggiola. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. – 1. ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MONTORO, Xabier. **Capitalismo y economía mundial**. 2. ed. Instituto Marxista de Economía, 2016.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Trad. Fernando Prado. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2019.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. 2. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

BASTA DE PRECARIZAR NUESTRA VIDA
PARA SU COMODIDAD

BASTA DE PRECARIZAR NUESTRA VIDA
PARA SU COMODIDAD

BASTA DE PRECARIZAR NUESTRA VIDA
PARA SU COMODIDAD

BASTA DE PRECARIZAR NUESTRA VIDA
PARA SU COMODIDAD

BASTA DE PRECARIZAR NUESTRA VIDA
PARA SU COMODIDAD

BASTA DE PRECARIZAR NUESTRA VIDA
PARA SU COMODIDAD

BASTA DE PRECARIZAR NUESTRA VIDA
PARA SU COMODIDAD



©POSSA_ALP

tricontinental
Instituto Tricontinental de Investigación Social



JORNADA
INTERNACIONAL
DE LUCHA 2020
ANTI-IMPERIALISTA

Ailén Lihué Possamay (Argentina), *Basta de precarizar nuestra vida para su comodidad* [Basta de precarizar nossa vida para a sua comodidade], 2020.

6 Artigo

A flexibilidade no contexto de acumulação capitalista: os desafios da classe trabalhadora frente ao desmantelamento dos direitos sociais¹

Débora de Araújo Costa²

Resumo // O presente artigo discute a evolução das relações de trabalho no capitalismo, destacando como os direitos sociais, inicialmente conquistados no contexto do fordismo, foram progressivamente atacados com o advento da acumulação flexível. A análise percorre desde as reformas trabalhistas históricas até a desregulamentação contemporânea, caracterizada por precarização e flexibilização. Evidencia-se o papel do Direito como mediador das transformações econômicas, adaptando-se às exigências do mercado, demonstrando que as reformas são expressões de um sistema em crise, que intensifica a exploração da força de trabalho.

Palavras-chave // direitos sociais; precarização; acumulação flexível.

1 O presente artigo é uma adaptação do segundo capítulo da dissertação de mestrado da autora, com título “HIPERSUFICIENCIA TRABALHISTA: uma crítica ao trabalho assalariado a partir da forma jurídica”, defendida em 2022.

2 Doutoranda e Mestre em Direito do Trabalho e Seguridade Social, na linha de pesquisa Crítica Marxista aos Direitos Sociais, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Membro do grupo de pesquisa Direitos Humanos, Centralidade do Trabalho e Marxismo – DHCTEM. Atualmente em período de doutorado sanduíche na Westfälische Wilhelms-Universität – Universidade de Münster, Alemanha. Contato: deboraaraujoc@usp.br

Introdução

Em 1885, Émile Zola publicou o clássico da literatura "*Germinal*", no qual retrata as condições de vida e sobrevivência da classe operária francesa na segunda metade do século XIX. O trabalho de pesquisa do autor envolveu, entre outros, visitas às minas do norte da França, no qual pôde documentar em primeira mão as aterrorizantes condições de trabalho que inspiraram o romance. O livro, em determinado momento, conta a história de um trabalhador que, em greve, pode contemplar a luz do dia, uma vez que sua jornada de trabalho era tão extensa que entrava nas minas antes do amanhecer e saía após o pôr do sol³.

Tais condições de trabalho, amplamente documentadas, seja pela arte, mas também por trabalhos como de Friedrich Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, foram de certa maneira, pelo menos no que diz respeito aos países centrais do capitalismo, mas de um modo geral e limitado na América Latina, superadas através de medidas como a regulamentação da jornada de trabalho, a proibição do trabalho infantil, proteção ao trabalho insalubre, etc.

Consolidou-se, portanto, um padrão no mundo do trabalho característico do fordismo, no qual o processo produtivo acompanhava uma série de garantias jurídicas e políticas da classe trabalhadora, conhecido como Direitos Sociais, ou seja, um grupo de direitos existentes para melhorar as condições de vida material da classe trabalhadora, em especial aqueles referentes aos direitos do trabalho e previdência.

Porém, como demonstrado por Antunes (2023), observa-se uma deterioração nas condições de vida e trabalho na qual, no marco do capitalismo digital e de plataforma, as jornadas de trabalho passam a exceder 12h, abusa-se do uso de *putting out systems* e *outsourcing* (terceirização), além do aumento da exploração do trabalho análogo ao escravo. Ou seja,

parece existir uma aproximação entre estas distintas fases históricas do capitalismo. Isso porque, em plena era digital, intensificam-se as modalidades de sucção do excedente de trabalho (intelectual e

3 "E do vilarejo no escuro à Voreux que resfolegava houve um lento desfilar de sombras sob o vento impiedoso: a partida dos carvoeiros para o trabalho. Caminhavam balançando os ombros, sem saber o que fazer com os braços, que cruzavam no peito, enquanto, atrás, o farnel se transformara numa corcunda. Vestindo roupas leves, tiritavam de frio, mas nem por isso caminhavam mais depressa, dispersos ao longo da estrada, num tropear de rebanho" (Zola, 1981. p. 29).

manual) em todos os espaços onde o capital se reproduz, exatamente no período em que, dado o espetacular avanço tecnológico, a jornada de trabalho poderia ser significativamente reduzida (p. 524).

Justamente neste período, as mudanças produtivas são acompanhadas de um ataque aos direitos sociais, que, através de reformas, promovem a precarização e flexibilização do trabalho, uma vez que a “flexibilização do mercado de trabalho tornou-se condição *sine qua non* para o universo corporativo” (idem, p. 513). E essa flexibilização encontra sua razão de ser nas principais mudanças estruturais do novo padrão de acumulação do capital, que vem acontecendo de forma mais ou menos homogênea nos últimos 50 anos.

Direitos sociais e a organização da força de trabalho

Existem diversas alternativas metodológicas para analisar o surgimento e consolidação dos direitos sociais. Sem dúvida, o debate a respeito da natureza das leis do trabalho no Brasil, sob o binômio conquista *vs* concessão, ocupou e ainda ocupa significativamente a agenda política e acadêmica. Porém nos interessa aqui analisá-los dentro das necessidades produtivas do início do século XX, que deram origem ao Fordismo e ao *Welfare State*, i.e, frente ao movimento concreto e real do capital em sua busca de acumulação e expansão.

Do ponto de vista histórico, a Constituição Mexicana de 1917 é a pioneira deste processo. Fruto do processo revolucionário liderado por Emiliano Zapata e Pancho Villa, ela “contemplava de forma inédita na história da humanidade desde o direito de greve, jornada mínima de 8 horas, o salário mínimo, a regulamentação do trabalho infantil, direitos previdenciários, dentre outros” (Orione, 2017, p. 161). Com a Constituição de Weimar, na Alemanha de 1919, há um salto inclusive na incorporação de direitos sociais coletivos, como a sindicalização, organizada pela lógica do Estado.

Para Naves, os direitos sociais, antes de normativas jurídicas que enunciam uma evolução humanista do Direito, são mecanismos jurídicos essenciais, em sua perspectiva histórica, à reprodução do modo de produção capitalista (2014, p.9).

As revoluções são por sua natureza violentas, transgressoras e essa “selvageria” é uma ameaça para a reprodução da lógica do capital. O pacto burguês entre

as classes é a tentativa de incorporar a luta dos trabalhadores no “estreito horizonte jurídico” (Marx, 2012, p. 32). Uma exceção, ainda que com seus limites, foi a constituição soviética, que esclarece em seu texto tratar de uma medida provisória, ainda preservando elementos do Direito burguês, no marco da transição socialista⁴. Esta constituição se diferencia das demais por ser fruto de um processo revolucionário socialista que havia se concretizado, até aquele momento (Orione, 2017, p. 165).

Neste contexto, os direitos sociais não precisam ser expressos no texto constitucional pois passam a ser construídos na práxis como “condições de produção e reprodução da vida material” (Idem, p.171). Portanto, ao mesmo tempo que a limitação da jornada de trabalho, o direito à greve, etc., contrabalanceiam uma desigualdade fático-econômica entre empregador e empregado, ela preserva a relação jurídica pela qual a força de trabalho pode circular livremente como mercadoria a ser vendida e comprada.

Mesmo que a constitucionalização dos direitos sociais seja o marco do surgimento do Estado Social, ou *Welfare State*, ele é fruto de mais de 400 anos de embate entre capitalistas e proletários, pois

Foi preciso esperar séculos para que o trabalhador “livre”, em consequência de um modo de produção capitalista desenvolvido, aceitasse livremente, isto é, fosse socialmente coagido a, vender a totalidade de seu tempo ativo de vida, até mesmo sua própria capacidade de trabalho, pelo preço dos meios de subsistência que lhe são habituais, e sua primogenitura por um prato de lentilhas (Marx, 2013, p. 343).

4 A Constituição Soviética (1918) foi fortemente acusada de ser autoritária, ao que Lenin respondeu: “Nós, os marxistas revolucionários, nunca fizemos da democracia ‘pura’ (burguesa) um ídolo. (...) na revolução o proletariado, se fosse necessário, privaria do direito de voto os capitalistas, *dissolveria qualquer parlamento*, se este se revelasse contra-revolucionário. Que este é precisamente o único ponto de vista que corresponde ao marxismo, qualquer pessoa o verá, nem que seja só pelas declarações de Marx e Engels que citei atrás. Isso decorre com plena evidência de todas as bases do marxismo (...). «Nós» dissemos à burguesia: vós, exploradores e hipócritas, falais de democracia e ao mesmo tempo levantaiis a cada passo milhares de obstáculos à participação das *massas oprimidas* na vida política. Pegamo-vos na palavra e exigimos, no interesse destas massas, **o alargamento da vossa democracia burguesa, a fim de preparar as massas para a revolução para vos derrubar** a vós, exploradores. E se vós, exploradores, **oferecerdes resistência à nossa revolução proletária, reprimir-vos-emos implacavelmente, retirar-vos-emos os direitos** e mais do que isso, não vos daremos pão, porque na nossa república proletária os exploradores não terão direitos, serão privados do fogo e da água, porque somos socialistas a sério e não à Scheidemann ou à Kautsky”. (grifo nosso) Lenin, V.I. A Constituição Soviética. Disponível em: <<<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/renegado/cap06.htm>>> Acesso em: 14 de jan., de 2025.

Afinal, o capital, com desejo incontrolável por valorização, não possui “a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração”.

Às queixas sobre a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura do sobretrabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo (o lucro)? De modo geral, no entanto, isso tampouco depende da boa ou má vontade do capitalista individual. A livre concorrência impõe ao capitalista individual, como leis externas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista (Idem, p. 342).

O século XIX foi o período no qual “o capital celebrou suas orgias” (Marx, 2013, p. 350).

Observou-se na Europa, a partir das reformas de Bismarck, “um movimento ascendente de dispositivos, regulamentações, leis destinadas a consolidar a condição de assalariados”. O pauperismo pautou a necessidade de medidas de proteção coletivas. Para Dardot e Larval,

Cada vez mais, a ideia de que a relação salarial era um contrato entre duas vontades independentes e iguais aparecia como uma ficção absolutamente distante das realidades sociais naquela época de grandes concentrações industriais e urbanas. O movimento operário, em pleno desenvolvimento tanto no plano sindical como no plano político, constituía nesse sentido uma advertência constante da dimensão coletiva e ao mesmo tempo conflituosa da relação salarial, um desafio à concepção estritamente individual e “harmônica” do contrato de trabalho tal como o pensava a dogmática liberal (2016, p. 41).

Por isso que as primeiras medidas de proteção do trabalho podem ser definidas como a garantia da mínima sobrevivência física do trabalhador: ficar vivo para seguir produzindo mais-valia. Elas são a garantia de realização da mercadoria mais valiosa encontrada no mercado: a força de trabalho. Neste sentido os direitos sociais funcionaram como um freio racional à exploração do capital – racional, pois a destruição progressiva da força de trabalho naquele momento significava comprometer o sistema metabólico do capital.

Mas, além disso, os direitos sociais cumpriram a tarefa na primeira metade de garantir a realização da mercadoria. Afinal, não basta que uma mercadoria seja produzida, ela precisa passar por todo o circuito produtivo quando ao final, na troca, ela retorne ao capitalista como apropriação de mais-valia, fazendo valer a lógica D-M-D' (Marx, 2011).

É na troca que a mercadoria força de trabalho é trocada por seu equivalente, o salário, mas na produção ela gera mais valor do que pelo qual foi vendida, e nesta contradição entre essência e aparência que o capitalismo consegue se realizar enquanto sistema de acumulação. Ou seja, a mercadoria precisa ser realizada, passando por todos os momentos do circuito, até ser finalmente trocada. Tal é a importância deste processo que podemos atribuir a ele a primeira grande crise⁵, a crise de superprodução, que levou, entre outros, à eclosão da Primeira Guerra Mundial⁶, processo bélico para busca de novos mercados e expansão imperialista, e a quebra da bolsa de valores em 1929. De formas distintas, esses processos expressam uma crise econômica com o mesmo fundamento: “não se consegue dar vazão à quantidade de mercadorias produzida e, assim, não se realiza o valor nelas contido, que se deteriora, provocando destruição de capital ao invés de sua reprodução” (Batista, 2016. p. 622-623).

O Estado Social⁷ tentou, desta forma, corrigir uma distorção do Estado Liberal no qual a espoliação extrema da força de trabalho e o rebaixamento profundo dos salários impediam o escoamento das mercadorias, criando um mercado consumidor. O que no Estado Liberal ocorre esparsamente, como filantropia ou caridade, no Estado Social se torna “o dado mais importante da política econômica do Estado” (Batista, 2016, p. 625). Criar um mercado consumidor

5 Adotamos a concepção de crise de Jorge Grespan, para quem a crise é estrutural e fruto da contradição capital/trabalho: “É nesse início que se encontra o fundamento da contradição determinante das crises, a saber, a oposição entre capital e força de trabalho. A disposição à crise, para Marx, está sempre presente em todos os momentos da existência do capital, mesmo em uma época de expansão econômica, quando a crise é apenas potencial. Por isso, a verdadeira crítica de Marx ao capitalismo consiste em explicar a crise, evidenciando que o sistema possui um problema crônico de funcionamento, um problema que pode ser contornado de modo provisório, mas que sempre acaba por voltar (Grespan, 2020, p. 7).

6 “A guerra não foi engendrada pela vontade maligna dos bandidos capitalistas, por mais que seja absolutamente certo que ela é feita apenas por seus interesses e que *apenas* os enriquece. **A guerra é o produto de meio século de desenvolvimento do capital mundial**, de seus bilhões de fios e de ligações (Lenin, 2017, p. 195)”.
 7 Importante ressaltar para o leitor que estamos tratando destes processos de um modo geral, com o intuito de apontar as tendências do capital, porém, estas tendências se manifestam e se consolidam de modo distinto nos territórios, em especial na relação entre norte e sul global.

significa a garantia do emprego a quem estiver apto a trabalhar e renda a quem não pode, através de legislação trabalhista articulada com o sistema previdenciário e o assistencial (Idem, p. 624).

Estas políticas de estratégia econômica se articularam com o sistema fordista. Taylorismo, Fordismo e Taylorismo são mais do que meras estratégias de organização do trabalho *in loco*. São sistemas de organização do trabalho e da produção em larga escala, que correspondem a um padrão específico de acumulação de uma época histórica, com efeitos políticos, econômicos e sociais, chegando a influenciar até mesmo o comportamento de indivíduos e sua sociabilidade.

Para Gramsci, o fordismo teve como tarefa não apenas organizar o trabalho, mas também formar um novo tipo de homem e para isso era necessária “uma mudança das condições sociais e dos costumes e hábitos individuais” e as novas formas de trabalhar são “inseparáveis de um modo específico de viver, pensar e sentir a vida” (2001, p. 275), o que demonstra seu traço distintivo em relação ao taylorismo com

a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (Harvey, 2016, p. 121).

Caracterizado pela separação entre gerência, concepção, controle e execução, os princípios do trabalho no fordismo podem ser sintetizados como a rigidez e a disciplina (Idem). A jornada de trabalho de 8h e a política de salário⁸ neste contexto tinham como objetivo também “dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores” (Idem, p. 122).

8 Para Braverman, o aumento dos salários “proporcionou à companhia uma grande reserva de trabalho da qual escolher e, ao mesmo tempo, inaugurou novas possibilidades para a intensificação do trabalho dentro das fábricas, onde os trabalhadores estavam agora ansiosos por manter seu trabalho. “O pagamento de cinco dólares por uma jornada de oito horas”, escreveria Ford em sua autobiografia, “era uma das mais refinadas manobras de redução de custos que jamais fizemos” (1987, p. 132)..

O fordismo foi uma tentativa dos países capitalistas de chegarem a “arranjos políticos, institucionais e sociais que pudessem acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução” (Idem, p. 124), que pudessem trazer equilíbrio entre capital corporativo e trabalho organizado, cuja eficácia dependia de funções intervencionistas do Estado para a garantia e manutenção do modo de produção capitalista⁹, através de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra (Idem, p. 129).

Combinam-se à política de Estado de bem-estar social a administração econômica keynesiana e o fordismo, que se torna um “modo de vida total” e que se sustenta com a “contínua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo¹⁰”, socializando com o capital os custos de reprodução da força de trabalho (Braverman, 1987, p. 133). Arranjo este que durou por muitas décadas e foi responsável por criar a figura do *blue collar worker*.

Porém uma nova crise, mais intensa que a sua precursora, eclode entre as décadas de 1970-1973, demonstrando a incapacidade do fordismo e a política keynesiana de lidar com a contradição capital *vs* trabalho.

Os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia. Só quando a aguda recessão de 1973 abalou esse quadro, um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início (Harvey, 2016, p. 134).

Este processo de transição é o que deu lugar para as transformações no mundo do trabalho que observamos hoje. Segundo Antunes, algumas razões explicam o colapso do Estado de bem-estar social e do sistema Ford de organização do trabalho, que levaram o capital a se reinventar com um novo padrão de acumulação, entre eles

9 “A derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediato, por exemplo, preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo. (...) com seu principal adversário sob controle, os interesses da classe capitalista puderam resolver o que Gramsci denominara antes problema de “hegemonia” e estabelecer uma base aparentemente nova para relações de classes conducentes ao fordismo” (Idem, p. 125-128).

10 Idem, p. 133.

1. queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;
2. o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava;
3. hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;
4. a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
5. **a crise do Welfare State ou do “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;**
6. incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico (ver Chesnais, 1996:69 e 84) (grifo nosso) (2009, p. 31-32).

Tendo a crise do petróleo como expressão maior, a crise do fordismo foi uma crise estrutural do capital que manifesta a tendência decrescente da taxa de lucro e a lógica destrutiva do capitalismo (Antunes, 2009, p. 33), ou, como caracteriza Harvey, trata-se de uma crise da rigidez, que pôs em xeque o pacto capital/trabalho idealizado pela social democracia:

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrenchado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972 (2016, p. 135).

Da mesma forma que o Direito acompanhou e consolidou as mudanças impostas pelo Estado Social, neste momento, ele se comporta de modo semelhante, e é na crise de 70-80 que devemos buscar as razões das tendências jurídicas de precarização do trabalho, ou seja, na passagem de uma organização rígida para uma organização flexível da força de trabalho. Esse processo foi acompanhado por uma intervenção ativa do Estado em reconfigurar as relações sociais em relações propriamente neoliberais.

Organização Flexível do Trabalho

Observamos uma transição para novos padrões de acumulação a partir de “novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política” (Harvey, 2016, p. 140). Esse padrão de *Acumulação Flexível*¹¹ pode ser caracterizado como

marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados

11 Outros autores, como Halal, trataram a questão do “novo capitalismo” de uma perspectiva positiva, evidenciando a prevalência de uma liderança participativa e gerência estratégica, em um paradigma pós industrial*. Swyngedou, por outro lado, apresenta as mudanças a partir do binômio “produção fordista x produção just in time”, apresentando como eixos de mudança o processo de produção, o trabalho, o espaço, o estado e a ideologia (Harvey, 2016, p. 164).

e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Idem).

Uma importante ressalva é que tratam-se de mudanças estruturais com objetivo de reinventar o capital, e não superá-lo, uma vez que tais transformações levaram alguns autores a apontarem um possível fim do capitalismo e consequentemente a anacronia da teoria marxista do valor. Para Harvey, existem três princípios básicos do sistema de produção capitalista que mantêm-se inalterados: (1) o capitalismo é orientado para o crescimento; (2) o crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção; e (3) o capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico (Idem, p. 166-169). Frente à crise estrutural, cabe ao capital “exprimir, conter, absorver ou administrar essa tendência de modo que não ameacem a ordem social capitalista” (Idem, p. 170).

A crise do fordismo conformou-se a partir de diversas variantes, das quais se pode destacar o “esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação” (Idem, p. 173) do qual emerge a necessidade de combinar novas táticas em nível econômico, político e social de garantir a reinvenção dos métodos de acumulação e expansão do capital.

A acumulação flexível, resposta a esse dilema, combina de modo particular duas estratégias de extração de mais valia, já definidas no O Capital:

A primeira, chamada de mais-valia absoluta, apoia-se na **extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida**. A passagem para mais horas de trabalho associadas com uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários representa uma faceta da acumulação flexível de capital (grifo nosso) (Idem, p. 174).

Em relação à mais-valia relativa,

a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para **gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho**. (...) apoiar-se nessa estratégia enfatiza a

importância de forças de trabalho altamente preparadas, capazes de compreender, implementar e administrar os padrões novos, mas muito mais flexíveis, de inovação tecnológica e orientação do mercado. Surge então um estrato altamente privilegiado e até certo ponto poderoso da força de trabalho, à medida que o capitalismo depende cada vez mais da mobilização de forças de trabalho intelectual como veículo para mais acumulação (grifo nosso) (Idem, p. 175).

A reorientação flexível da produção é expressa na empresa/fábrica como o sistema toyotismo, ou sistema *just in time*, no qual o “modo de produção capitalista converte-se em inimigo da *durabilidade* dos produtos” (Antunes, 2009, p. 53). A *taxa decrescente do valor de uso* das mercadorias torna-se um pilar para a garantia da expansão do capital e sua reprodução ampliada. Portanto, ao invés de ampliar cada vez mais o mercado consumidor, reduz-se o tempo de duração de um produto e, assim, seu consumo pode ser realizado por um grupo reduzido, porém periodicamente.

a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação (Harvey, 2016, p. 136-140).

Desta forma, a transição do fordismo substitui um consumo de massa por um consumo em massa, o consumo reiterado por uma parcela cada vez menor da população (Batista, 2012, p. 188) de modo que cada vez menos se torna necessário a ampliação do mercado consumidor e ampliação do poder de compra da classe trabalhadora.

Se a lógica do consumo é invertida de “da massa” para “em massa”, torna-se indiferente ao Capital que parte considerável da força de trabalho consuma seus produtos, é dizer, “uma redução da quantidade de pessoas necessárias para manter e ampliar o padrão social de consumo” (Idem, p. 126), e conseqüentemente os direitos sociais privados vão se tornando “absolutamente desnecessários estruturalmente” (Idem, p. 188).

Por outro lado, encontramos a “*intensificação das condições de exploração da força de trabalho*”, que ocorre a partir da redução significativa do trabalho improdutivo ou de manutenção, a eliminação de postos de trabalho – também resultado do incremento tecnológico e automação – e a intensificação do trabalho em postos considerados de gerência, ou qualificados (Antunes, 2009, p. 55). A “*empresa enxuta*” é o resultado de um capital que reduz cada vez mais a proporção do trabalho vivo em relação ao trabalho morto, ou, como caracteriza Antunes, promove a *desantropomorfização do trabalho*, uma nova etapa, aprofundada, da subsunção real do trabalho ao capital (2023). Este quadro é possibilitado pelo próprio desenvolvimento do capital e a automação da indústria, que reduz o número de trabalhadores que precisam estar diretamente envolvidos no processo produtivo. Porém, uma vez que o trabalho morto, ou seja, o trabalho vivo objetivado, não pode nunca “*suprimir o trabalho humano*”, a máquina “necessita de uma maior *interação* entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente” (Antunes, 2009, p. 131), a ser realizada por uma fração *qualificada* da força de trabalho. Afinal, outra característica da transição pós-fordista é a transferência de parte do controle produtivo aos trabalhadores, não para aumentar sua relação de autonomia com o processo de trabalho, mas para responsabilizá-los e pressioná-los pelo aumento de produção de mais-valia (Braverman, 1987).

Assim, cresce uma massa de trabalhadores cuja força de trabalho não é mais absorvida pelo mercado e precisa buscar estratégias de sobrevivência, como o empreendedorismo por necessidade, ao mesmo tempo que se ampliam as exigências de engajamento dos trabalhadores que estão inseridos no mercado (Costa, 2022). A configuração de um mercado de trabalho cada vez mais enxuto, junto à diminuição da proteção social, colocam a classe trabalhadora em uma posição especial de vulnerabilidade frente ao capital, que passa a exigir cada vez mais, pagando cada vez menos.

Como consequência, temos a tendência de produção de “sujeitos empreendedores” que reproduzem, ampliam e reforçam as relações de competição capitalistas, o que “exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se

adaptem subjetivamente¹² às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram” (Dardot; Laval, 2016, p. 329). Com um novo padrão de acumulação, nasce também um novo trabalhador, diferente do fordismo, ao ser “adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel” (Harvey, 2016, p. 144).

A lógica de *taxa decrescente do valor de uso* das mercadorias alcança também, e principalmente, a produção e circulação da mercadoria mais importante encontrada no mercado: a força de trabalho (Harvey, 2009, p. 179). A mesma racionalidade de obsolescência programada pela qual uma geladeira, por exemplo, que antes era produzida com durabilidade para ser consumida pela massa, pode ser aplicada à força de trabalho que agora não precisa ser empregada em massa. Emprega-se um contingente reduzido que por sua vez passa menos tempo no circuito de troca.

Para “a efetiva flexibilização do aparato produtivo é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores” (Antunes, 2009, p.36) ampliando a liberdade do capital no tratamento da classe trabalhadora.

Os trabalhadores devem ser admitidos e dispensados conforme as necessidades variantes de um mercado mais dinâmico, o que é o mesmo que dizer que a sua força de trabalho deve circular com mais fluidez. Daí a multiplicação das formas laborais precarizadas: jornadas parciais, contratos de curta ou curtíssima duração e, claro, formas ampliadas de subcontratação (Harvey, 2016, p. 144).

12 Existe todo um campo de análise sobre os impactos da organização flexível da força de trabalho na subjetividade do trabalhador que, mesmo sendo extremamente importante para pensarmos o capitalismo a partir da categoria da totalidade, é muitas vezes deixado de lado por análises marxistas por um receio de desvio ao *subjetivismo*. Ao falar de subjetividade, nos referimos a uma dimensão do humano que possui materialidade e é expressa em como este se relaciona com si, com os outros, e com o trabalho. É dizer, não estamos nos referindo a uma subjetividade que não se conecta com o mundo, que existe apenas na *mente* de um indivíduo, e sim de uma subjetividade que tem impactos reais na sociabilidade. Esses impactos são evidentes e materializam o que Marx e Engels disseram n’*A Ideologia Alemã*: nossas ideias, comportamentos e relações interpessoais são produtos de como produzimos em sociedade e o capital não considera nenhum limite para potencializar sua expansão, utilizando dos métodos mais inimagináveis para ampliar sua valorização. É possível, inclusive, mobilizar diversas categorias da psicanálise para melhor entender esse fenômeno, algo que não podemos fazer, com o rigor necessário, neste trabalho. Portanto, mesmo que não reivindicuem necessariamente o método materialista, autores como Richard Sennett, Pierre Dardot, Christian Laval, Luc Boltanski e Eve Chiapello oferecem contribuições importantes sobre o estudo da subjetividade e que não devem ser ignoradas, mas sim lidas criticamente, inclusive como um convite a mais produções científicas que abordem esse tema à luz da crítica da economia política.

A rotatividade é outro marco de um mercado flexível. Ao pensarmos nos efeitos da desregulamentação, em especial ao salário e previdência, esses arranjos “de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo” (Idem). Pautado pela acumulação flexível, o mercado de trabalho tem como imperativo “reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (Idem).

A acumulação flexível causa “rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões e serviços”, ampliando o emprego no chamado “setor de serviços”, que cada vez mais torna-se orgânico ao processo de valorização do capital (Idem, p. 140). Segundo Biondi,

Com a reestruturação produtiva dos anos 1970, o capital apropriou-se de novas esferas econômicas, infundindo nelas os seus métodos e objetivos (...) particularmente no domínio dos chamados serviços, atividades nas quais o trabalho se confunde com seu resultado, sem gerar uma mercadoria física distinta dele. Num primeiro instante da produção capitalista, os serviços estavam reduzidos a uma existência residual na economia e, com frequência, eram exercidos por pequenos proprietários. Atualmente, o grande capital se apossou de diversos ramos de serviços, desenvolvendo uma autêntica “indústria” – todo um nicho apto à geração de mais-valia (2020, p. 14)¹³.

Esses efeitos podem ser sintetizados como uma taxa elevada de desemprego estrutural, uma diminuição nos salários reais e um enfraquecimento do poder sindical, que criam um ambiente favorável para imposição de regimes de trabalho flexíveis, em um novo padrão de acumulação que, assim como o fordismo, pode ser caracterizado como um movimento de ruptura e continuidade (Harvey, 2016, p. 141; p. 179). Por outro lado, amplia-se a atuação dos mercados financeiros, que passam a ser encarados como tendências para solução da crise, tendo

13 Continua: “Com os serviços capitalistas se expandindo na economia, os capitais antes estagnados na produção em sentido estrito encontraram novas oportunidades de aplicação rentável. A desconcentração de certas atividades empresariais em serviços que orbitam ao redor da indústria tradicional fez com que os trabalhos antes despendidos para arcar com custos necessários da circulação (publicidade, distribuição, atendimento ao público etc.) acabassem deslocados para empresas especializadas que, nessas condições, subordinam esses trabalhos a uma dinâmica de extração de mais valia”

o sistema financeiro atingido “grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo” (Idem).

Como consequência do rearranjo econômico, que não mais sustenta o *Welfare State*, emerge uma nova estratégia política, econômica e social que passou a ser identificada como neoliberalismo, caracterizado pela privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, como polo central “localizado no setor financeiro, que ganhava autonomia (ainda que *relativa*) dentro das complexas interrelações existentes entre a liberação e a mundialização dos capitais no processo produtivo” (Antunes, 2009, p. 33-34).

O Estado Neoliberal é a expressão política de uma crise enfrentada na economia, que rearticula diversos setores. Ao contrário do que se tornou comum dizer, não se trata de um Estado não intervencionista, pois sua intervenção acontece para “garantir as condições reais da realização dos fins individuais” ou seja, a intervenção do Estado ocorre em “um sentido contrário: trata-se não de imitar o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado” (Dardot; Laval, 2016, p. 69).

O Neoliberalismo, expressão política da acumulação flexível, cria também seu próprio padrão de sociabilidade capitalista, aprofundando o papel que o individualismo exerce em nossas relações, como orientador de um comportamento coletivo que viabiliza a reprodução do capital (COSTA, 2022), penetrando como valor ético e moral diversos aspectos da vida humana em meio a uma cultura empreendedora (Harvey, 2016, p. 161), o que Leda Paulani atribui à capacidade insuspeita do neoliberalismo de “ocupar todos os espaços, de não dar lugar ao dissenso” (1999, p. 121). Trata-se de uma

teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. **O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas** (Harvey, 2005, p. 7). (grifo nosso)

O Estado se molda em torno das necessidades do mercado, que naquele momento exigia um retorno aos valores liberais, com características próprias, abrindo mão de políticas sociais no limite do viável, não apenas pelos altos custos de mantê-las, como também pode terem tornado-se estrategicamente dispensáveis para a lógica de acumulação.

Temos, por um lado, a redução do mercado consumidor, tornando desnecessário ganhos reais de salário para parte da classe trabalhadora. Por outro, há uma redução da força de trabalho absorvida pelo mercado e que precisa de garantias mínimas de reprodução, como, por exemplo, as leis de proteção ao trabalho (Costa, 2022).

Na perspectiva dos direitos sociais, a questão que se coloca é a necessidade ou não de sua manutenção no que diz respeito ao papel que cumpriu em pactuar, politicamente, capital e trabalho, uma vez que historicamente ele se apresenta como uma alternativa, mas não a única. Nos países de periferia, como o Brasil, a face oposta dos direitos sociais é o direito penal na gestão da miséria, pauperismo este aprofundado pelo Estado Neoliberal, representado “por contingentes de miseráveis nunca vistos nem no período do Estado liberal” que precisam ser geridos a partir de escolhas políticas, sendo os direitos sociais uma forma mais comum na Europa, e a uma outra “é o direito penal, mais popular na América” (Batista, 2016, p. 627).

Assim como o Constitucionalismo Social representou durante um período a adequação do direito às necessidades do mercado, a partir do momento em que essas necessidades se transformaram, o direito precisou, sem nunca abrir mão de seus princípios, se reinventar. A esse fenômeno chamamos as reformas trabalhistas. As reformas e flexibilizações do modo de trabalhar podem ser observadas em diversos países, em maior ou menor nível, salvo exceções, o que demonstra uma articulação internacional de um capital cada vez mais mundializado (Chesnais, 1996).

No Brasil, esse processo de ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários culminou na Reforma Trabalhista de 2017, que foi justificada pela direita como uma necessidade frente ao anacronismo da “tradição fordista” da CLT, que, segundo estes setores alinhados aos interesses do capital financeiro e internacional, se torna um ônus a um Estado endividado, o único que poderia custear qualquer política de bem-estar. Ao mesmo tempo, a proteção da força de trabalho é

vista como não atrativa do ponto de vista do capital internacional, tornando o país não convidativo para investimentos.

A realidade econômica é que a proteção trabalhista significa, em aspecto relevante, encarecimento da força de trabalho, ao mesmo tempo que a flexibilização do mercado, aumento do emprego informal, da rotatividade e da insegurança nos postos de trabalho afeta a organização e a ação sindical, aumentando o poder de barganha de capitalistas na compra da força de trabalho, aumentando sua capacidade de extração de mais valia através da exploração do trabalho.

Conclusão

A *rigidez* que antes assegurava a reprodução e expansão do capital torna-se obsoleta diante do novo regime de acumulação, que demanda maior liberdade e flexibilidade para a circulação da mercadoria força de trabalho. Mais uma vez, cabe ao Direito desempenhar o papel de traduzir um movimento já em curso na materialidade das relações sociais: o reconhecimento de que as normas anteriores já não atendem às necessidades do mercado.

Existe todo um esforço em nível discursivo de justificar as reformas não enquanto uma necessidade do capital, o que poderia denunciar as fragilidades de um sistema que tem como condição a crise. Ao contrário, a precarização e flexibilização vêm acompanhadas do discurso da modernização, apontando as vantagens de se trabalhar flexivelmente, desconfigurando cada vez mais a noção de classe trabalhadora.

A ideia de sermos *ossos próprios chefes* sem dúvidas atende a uma demanda crescente de negar a relação de subordinação das relações de trabalho, mas, ao invés de fazê-la a partir da superação do sistema capitalista de produção, que subordina estruturalmente a classe que sobrevive da venda da força de trabalho aos capitalistas, o faz a partir de um mero exercício retórico, que se justifica por situações de trabalho específicas que de forma alguma representam o conjunto da classe trabalhadora.

Esse discurso atinge principalmente a juventude trabalhadora que começa a entrar no mercado de trabalho, promovendo, além de tudo, uma ruptura de gerações, na qual jovens não mais se reconhecem como parte de uma tradição histórica de luta trabalhista. Porém, é justamente a juventude que mais está submetida

à exploração do capital, que inicia sua vida de trabalho sem ao menos a perspectiva da aposentadoria.

Mas o que tentamos demonstrar neste trabalho é que a luta contra a precarização passa necessariamente pela luta contra o capital. Ainda que todas essas reformas sejam expressões jurídicas e políticas, elas nascem necessariamente das contradições estruturais de um sistema que tenta, mas é incapaz de conciliar capital e trabalho, e qualquer conquista, por mais significativa, está sujeita a ser perdida, pois a razão de ser da sociedade burguesa está assentada na premissa da exploração do trabalho vivo.

Até que ponto esses direitos podem ser retirados sem causar uma insurgença ou radicalização do movimento operário segue em aberto. No Brasil e no mundo observamos novas formas de resistência e organização, como o “*Breque dos APPS*” em 2020, mobilizando entregadores de aplicativos em mais de 20 estados do país na luta por melhores condições de trabalho e contra a uberização. Além disso, ocorreram greves de motoristas de aplicativos em países como França, Estados Unidos e Reino Unido, demonstrando que ainda que vitimados por uma desregulamentação laboral que impacta a possibilidade de representação sindical clássica, estes trabalhadores seguem reinventando formas de luta.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma**: uma nova era de desantropomorfização do trabalho?. *Análise Social*, lviii (3), 2023 (n. 248).
- BATISTA, Flávio Roberto. **Crítica da tecnologia dos direitos sociais**: uma contribuição materialista histórica-dialética. Tese de Doutorado. Orientação: CORREIA, Marcos Orione. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- BATISTA, Flávio Roberto. **Os limites do bem-estar no Brasil**. In: KASHIURA JR., Celso Naoto; AKAMINE JR., Oswaldo; MELO, Tarso (orgs.). *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- BIONDI, Pablo. **A Terceirização e a Lógica do Capital**. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, 2020.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista** – a Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Débora de Araújo. **Hipersuficiência trabalhista**: uma crítica ao trabalho assalariado a partir da forma jurídica / Débora de Araújo Costa Costa; orientador Flávio Roberto Batista Batista. São Paulo, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl.. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRESPLAN, Jorge Luís. História e Historiografia das crises. **Revista de História**, São Paulo, n. 179, p. 01–27, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.152676. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/152676>. Acesso em: 5 maio. 2025.

HARVEY, David.. **Condição Pós Moderna** – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENIN, V. I. **A Constituição Soviética**. Disponível em: <<<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/renegado/cap06.htm>>> Acesso em: 11 de junho, 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

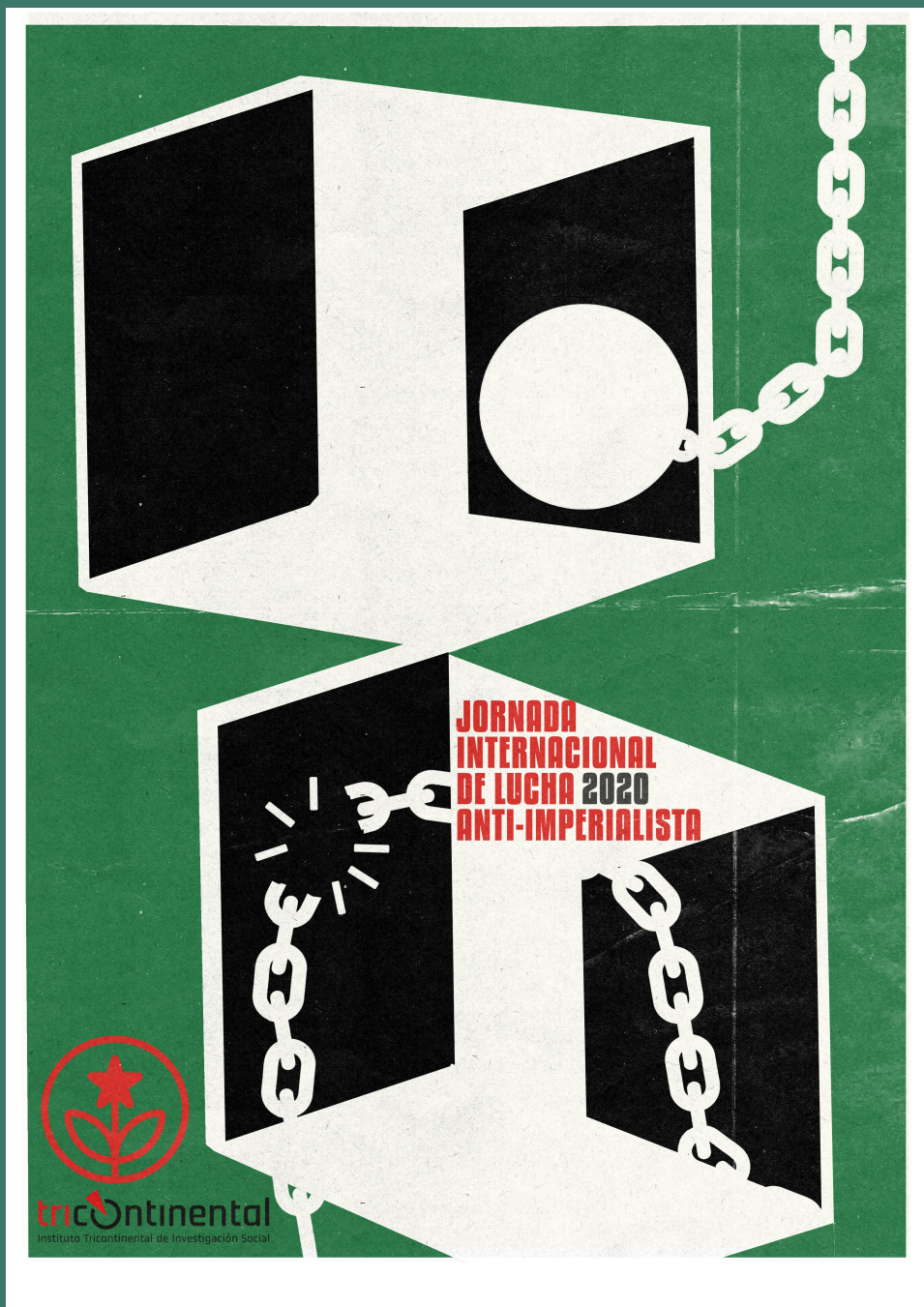
MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORIONE, Marcus. **Forma jurídica e luta de classes como critérios informadores da crítica marxista de modelos constitucionais**: um estudo a partir das Constituições do México de 1917, de Weimar de 1919 e da República Socialista Federativa Soviética da Rússia de 1918. In: BATISTA, Flávio Roberto; MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer. **Revolução russa, Estado e Direito**. São Paulo: Dobradura editorial, 2017.

PACHUKANIS, Evgeni. **A teoria geral do direito e o marxismo** – ensaios escolhidos (1921-1929). Coordenação Marcus Orione. Tradução: Lucas Simone. São Paulo: Sudermann, 2017.

PAULANI, Leda. Neoliberalismo e individualismo. in. **Economia e Sociedade**, Campinas, (13): 115-127, dez. 1999.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.



Pedro Sartorio (Argentina), *Capitalismo*, 2020.

7 Artigo

Passado, presente e perspectiva do mundo do trabalho e da luta de classes

Ary Carvalho de Miranda¹

Discutir o trabalho na perspectiva futura, lastreado na história passada, coloca uma série de questões para definir este passado, que poderia ser o trabalho nas comunidades tribais primitivas; o trabalho escravo dos impérios grego e romano; o trabalho servil do sistema feudal ou o trabalho sob a dominação do capital. A opção foi resgatar o trabalho a partir do capitalismo, fundamentalmente porque é a primeira vez na história da humanidade que se constitui uma classe, pelas contradições do próprio sistema, com identidade social universal, capaz de colocar a luta de classes em perspectiva da superação do sistema.

O universo do trabalho, objetivo deste ensaio, focado na dinâmica do capitalismo, deve ser compreendido em seu processo histórico, que engendra uma série de transformações desde a *Assim Chamada Acumulação Primitiva* (MARX, 1983), texto em que Marx escrutina as origens do capital, mostrando como, na história real, a subjugação, o assassinato para roubar e a violência sobre o campesinato de então, desde o último terço do século XV e início do XVI, desempenham um papel principal. Esse processo, uma vez que despoja o trabalhador da propriedade dos meios de produção e dos produtos que produzia e que garantia sua vida e de sua família, cria a base do modo de produção capitalista, “lançando uma massa de proletários livres como pássaros no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais” (MARX, 1983, p. 264). Deste modo, não resta alternativa ao trabalhador a não ser vender sua força de trabalho, que pertencerá aos capitalistas, donos também dos meios de produção (equipamentos e matérias-primas necessárias à produção de mercadorias).

1 Médico, doutor em ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Professor do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh) da Ensp/Fiocruz

Ao longo desses quase seis séculos de domínio capitalista, cujo objetivo não é outro senão a acumulação de riqueza por parte de quem detém os meios de produção, os processos de trabalho sofreram diversas transformações decorrentes da luta de classes, assim como pelo desenvolvimento da ciência, que passa, então, de uma investigação desinteressada, produzida fundamentalmente para o conhecimento da realidade, para um direcionamento ao desenvolvimento tecnológico, fundamental aos interesses do capital e de sua ampliação. A ideia inicial no campo filosófico de que a produção de conhecimento só deveria fazer sentido se colocada a serviço das necessidades humanas objetivas está na visão de Francis de Bacon (1997) que concebe a libertação do homem pela síntese entre a ciência e a técnica. Eis aqui, em potência, um dos alicerces que, em ato, sustentará a ciência moderna.

Se as concepções de Bacon lançaram um dos vetores que irão orientar decisivamente a aplicação da ciência para o desenvolvimento da sociedade industrial, não podiam elas, nem todo conhecimento acumulado até este século XVI, responder à unidade do corpo das ciências, pois, em sua totalidade e em seu conjunto eram constituídas apenas pelo espírito humano, ou seja, lastreado no indivíduo num contexto em que a religiosidade era o paradigma social. O deslocamento deste sujeito pensante para um outro lugar, que vai permitir estabelecer princípios universais capazes de orientar o olhar de todas as ciências, virá com o pensamento seminal de Descartes. Este lugar chama-se método, ou seja, trata-se da ordem que o pensamento deve seguir para alcançar a sabedoria e conforme a qual ela pensa em certo momento que a alcançou (DESCARTES, 2007). Com isso, dá mais um passo no sentido de tornar o conhecimento científico lastreado fora do Deus ou do ser e desloca-o para a racionalidade humana (MIRANDA, 2012).

Ao deslocar a produção do conhecimento científico da espiritualidade para os componentes objetivos da racionalidade humana, Descartes, com o método, erige, na primeira metade do século XVII, o segundo pilar da ciência moderna, juntando-se a Bacon, no impulso fundamental à síntese entre ciência e tecnologia, que irão impulsionar a revolução industrial, que neste tempo estava sendo gestada (MIRANDA, 2012).

A ciência entrava, então, num momento de radical mudança, iniciando uma nova configuração. A este respeito, e refletindo sobre seu curso histórico, Boaventura de Sousa Santos, em *Um Discurso sobre a Ciência*, enfatiza:

Estávamos então em meados do século XVIII, numa altura em que a ciência moderna, saída da revolução científica do século XVI pelas

mãos de Copérnico, Galileu e Newton, começava a deixar os cálculos esotéricos dos seus cultores para se transformar no fermento de uma transformação técnica e social sem precedentes na história da humanidade. Uma fase de transição, pois, que deixava perplexos os espíritos mais atentos e os fazia refletir sobre os fundamentos da sociedade em que viviam e sobre o impacto das vibrações a que iam ser sujeitos por via da ordem científica emergente (SANTOS, 2008, p. 17).

Mas se o trabalho surge na ontologia do ser social como uma categoria qualitativamente nova com relação às formas anteriores do ser, essa novidade, conforme assevera Lukács, em *Para uma Ontologia do ser Social II* (2013), está na “teoria marxiana segundo a qual o trabalho é a única forma existente de um ente teleologicamente produzido, que funda, pela primeira vez, a peculiaridade do ser social”. Assim, somente no trabalho é que a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente, “fazendo com que a consciência que orienta a transformação e reformulação da natureza, não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um epifenômeno” (LUKÁCS, 2013, p. 61).

É a partir dessa sociabilidade do trabalho que procuraremos mostrar suas transformações. Na forma inicial do desenvolvimento capitalista, o processo de produção pouco se distingue da produção artesanal das corporações, senão por uma maior quantidade de trabalhadores ocupados simultaneamente, porém já sob o domínio do capital. No entanto, esta situação permite uma certa racionalidade que alavanca a produção, barateando o valor das mercadorias e abaixando o valor da força de trabalho, o que significa o aumento da exploração. Esta forma de organização do trabalho, em que os trabalhadores trabalham lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo ou em processos de produção diferentes, mas conexos, Marx denomina de Cooperação Simples, e enfatiza que esta é

a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital. (...) Seu pressuposto, ocupação simultânea de um número relativamente grande de assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 1983, p. 265).

Essa forma de organização do trabalho conforma-se classicamente na manufatura, que vai até o último terço do século XVIII, quando a grande indústria é, então, fertilizada. A manufatura inaugura a divisão técnica do trabalho, retirando

do trabalhador a capacidade de domínio de todo o processo, desenvolvido em seu ofício, e conferindo a ele tarefas parciais na produção. No entanto, ainda que a manufatura signifique a decomposição da atividade artesanal em seus vários procedimentos parciais, a execução permanece artesanal e, “portanto, dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento” (MARX, 1983, p. 269).

Ainda assim, importa destacar que a manufatura submete ao comando do capital o trabalhador e, enquanto a cooperação simples não modificava o modo de trabalho do indivíduo, a manufatura externaliza as forças intelectuais que se opõem ao trabalhador no processo de produção como poder que o domina. Mas é um processo que gera contradições para os plenos interesses do capital que, por não poder ainda plenamente disciplinar a força de trabalho, queixava-se da produtividade. Deste modo, sua base técnica estreita entra em conflito com as necessidades de produção ampliada, inerente à lógica da acumulação de capital. O desenvolvimento de equipamentos mecânicos mais complexos leva à produção, por sua vez, de máquinas, que superam a atividade artesanal, princípio regulador da atividade da produção social, o que significa a substituição do trabalho vivo por trabalho objetivado no capital fixo, cujo valor é reproduzido ao ser consumido no processo de produção. No *Grundrisse*, Marx sustenta que a apropriação do trabalho vivo pelo capital e pela máquina é originada na ciência e na aplicação de leis mecânicas e químicas, que permite à máquina executar o mesmo trabalho antes executado pelo trabalhador. E assevera:

A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos, elétricos, máquinas de fiar automáticas, etc. Elas são produtos da indústria humana, (...) elas são órgãos do cérebro humano; força do saber objetivado, do saber social geral, que deveio força produtiva imediata, (...) sob o controle do intelecto geral (MARX, 2011, p. 589).

E, no *O Capital*, o próprio Marx arremata estas transformações afirmando que

Assim, por um lado, é removido o motivo técnico da anexação do trabalhador a uma função parcial, por toda a vida. Por outro lado, caem as barreiras que o mesmo princípio impunha ao domínio do capital (MARX, 1983, p. 289).

Estão abertas, neste contexto, as portas para o desenvolvimento da grande indústria. O que é chamado então de “revolução industrial”, embora não seja um episódio com princípio e fim, tem sua origem situada nos 20 anos entre 1780 e 1800, contemporânea da revolução francesa, embora um pouco anterior a ela e, segundo Hobsbawm, em *A Era das Revoluções* “sob qualquer aspecto, este foi provavelmente o acontecimento mais importante da história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades” (HOBSBAWM, 1996, p. 45).

A grande indústria criou o mercado mundial, fertilizado pela descoberta da América e incrementado pelos mercados da Índia e da China. Este processo, que teve arranque na Inglaterra, hegemonizado pela burguesia industrial nascente impelida pela necessidade sempre de novos mercados, alcança todos os países. Como sustentam Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, “a burguesia obriga, sob pena de morte, todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, impelindo-as a abraçar o que ela chama de civilização”. Em uma palavra, dizem os autores (ENGELS e MARX, 1989, p. 35), “cria o mundo à sua imagem e semelhança”. E como necessidade essencial e força motriz de seu desenvolvimento, o capitalismo faz surgir o proletariado que, por sua universalidade, leva a termo o conhecimento da realidade social, pela primeira vez na história. Em seu estudo sobre a dialética marxista intitulado *História e Consciência de Classe*, ao abordar este fenômeno, Lukács escreve que

o capitalismo derruba todas as barreiras espaciais e temporais entre os diferentes países e domínios (...). Com ele desaparecem cada vez mais aquelas relações econômicas que regulam as trocas materiais imediatas entre o homem e a natureza, tornando o homem um verdadeiro ser social e a sociedade torna-se a realidade para o homem (LUKÁKS, 2003, p. 96).

Este fenômeno histórico teve significativo impacto sobre o universo do trabalho, em suas condições na saúde e na vida, tanto laboral como social e política dos trabalhadores. O crescente emprego das máquinas e a divisão técnica nos processos de trabalho transformam o trabalhador em um simples apêndice da máquina, requerendo dele apenas operações simples, monótonas e de fácil aprendizado. Por outro lado, o aumento significativo da produtividade decorrente deste arranjo faz diminuir o valor da força de trabalho e, assim, aumenta o grau de exploração sobre os trabalhadores. Ademais, a aceleração da velocidade

das máquinas exige intensificação do trabalho assim como vai aumentando o tempo da jornada. Para se ter uma ideia da escala produtiva decorrente da emergência industrial, apenas como exemplo, segundo Engels, em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, a indústria inglesa importava, “de 1771 a 1775, menos de cinco milhões de libras de algodão bruto, por ano; em 1841, 528 milhões, e a importação em 1844 atingira 600 milhões. Em 1834, a Inglaterra exportou 556 milhões de jardas de tecidos de algodão (...) e aproximadamente 1.200.000 de libras esterlinas de artigos de algodão” (ENGELS, 1986, p. 17). Corroborando esta escala produtiva, Hobsbawm (1996) destaca que a quantidade de algodão bruto importada pela Grã-Bretanha foi de tal ordem “que passou de 11 milhões de libras-peso em 1785 para 588 milhões em 1850 e a produção de tecidos de 40 milhões para 2,025 bilhões de jardas” (ENGELS, 1986, p. 54). Cabe destacar que este fenômeno se dá através de intensa exploração das colônias, com a utilização em grande monta do trabalho escravo.

Bernardo Ramazzini (2000), já em 1700, no contexto em que o capitalismo avançava em passos acelerados, analisou em sua obra intitulada *As Doenças dos Trabalhadores*, 53 atividades profissionais relacionando-as com os respectivos processos de trabalho e as doenças a que estes trabalhadores estavam expostos. Logo na abertura ele assinala que

O múltiplo e variado campo semeado de doenças para aqueles que necessitam ganhar salário e, portanto, terão de sofrer males terríveis em consequência do ofício que exercem, prolifera (...) devido à natureza nociva das substâncias manipuladas (...) e devido à violência que se faz à estrutura natural da máquina vital (...) que pouco a pouco pode produzir grave enfermidade (RAMAZZINI, 2000, p. 27).

O arranque do capitalismo a partir das conquistas tecnológicas relacionadas aos processos energéticos das máquinas com o advento da energia à vapor, no último terço do século XVIII, faz com que o século XIX consolide a grande indústria, que transfere o saber do trabalhador às máquinas, simplificando sua atividade produtiva ao mesmo tempo que alavanca de forma exponencial a produtividade do trabalho. É um processo que permite, além de cada vez mais estender a jornada de trabalho, que pode chegar a 14 ou 16 horas diárias, inserir crianças de todas as idades e as mulheres, até então vinculadas fundamentalmente ao trabalho doméstico. É um fenômeno que permite baratear o valor da força de trabalho, uma vez que não só o trabalhador é o pólo de sua sustentação da família,

mas a família inteira passa a ser explorada. Os fatos corroboram esta assertiva: as manufaturas de metal em Birmingham empregavam, para trabalhos pesados, 30 mil crianças, além de 10 mil mulheres. Nos anos de 1860, também na Inglaterra, o trabalho na mineração e na produção de carvão nas olarias ia de quatro horas da manhã até às nove horas da noite. A jornada de trabalho das cinco horas da manhã às sete horas da noite era considerada reduzida (MARX, 1983).

Quanto à exploração infantil e à jornada de trabalho, há o registro de que a idade mínima com que as crianças começam a trabalhar é de seis anos, algumas, no entanto, com menos de cinco anos. A jornada ia de oito horas da manhã às oito horas da noite, com 1/2 hora para refeições. E mais, “ao mesmo tempo, lâmpões a gás consomem o oxigênio do ar e, para manter as rendas limpas, as crianças, mesmo no inverno, têm de tirar os sapatos, embora o assoalho seja de laje ou ladrilho” (MARX, 1983, pág 75). O relatório da Comissão do Parlamento inglês, em 1816, traz o depoimento de Thomas Clarke, de 11 anos, emendador de fios:

Sempre nos batiam se adormecíamos... O capataz costumava pegar uma corda da grossura de meu polegar, dobrá-la, e dar-lhe em nós... Eu costumava ir para a fábrica um pouco antes das 6, por vezes às 5, e trabalhar até as nove da noite (HUBERMAN, 1972, p. 191).

Ainda, o relatório oficial intitulado *Child. Empl. Comn, V Report, 1866, p. XVI-XVIII*, publicado na obra de Marx (1983) acima citada, explicitava que

É impossível a uma criança passar pelo purgatório de uma olaria sem grande degradação moral (...) A linguagem baixa que tem de ouvir desde a mais tenra idade, os hábitos obscenos, indecentes e desavergonhados, entre os quais as crianças crescem inconscientes e meio selvagens, tornam-nas, para o resto da vida, sem-lei, vis e dissolutas. Uma terrível fonte de desmoralização é o modo como moram. São sete pessoas numa cabana constituída por duas ou, excepcionalmente três peças, com pouca ventilação (MARX, 1983, Tomo 2, p.73).

Também, conforme destacado na mesma obra o relatório do médico da enfermaria geral da indústria têxtil de Nottingham registra a crescente incidência de tuberculose nas mulheres rendeiras, que passa de um para cada 45 trabalhadoras, em 1852, para um em cada oito, em 1861 (MARX, 1983, Tomo 2, p.

75). Nessas condições, obviamente a degradação do estado de vida e saúde dos trabalhadores era evidente.

O novo proletariado das fábricas crescia de forma vertiginosa, era submetido a um grau significativo de exploração e vivia em condições miseráveis, conforme registrou Engels (1986). Corroborando esta assertiva, George Rosen (1958), em *Uma História da Saúde Pública*, mostra que a varíola era endêmica e uma das principais causas de morte, no início do século XVIII, nas cidades da Grã-Bretanha e no continente (ROSEN, 1994, p. 142). Ainda, na mesma obra, o autor assinala que, em meados do século XIX, Manchester tinha 1500 porões em que em uma cama três pessoas dormiam; 738 em que dormiam quatro pessoas e 281 em que dormiam 5. E mais, em Bristol, havia 2800 famílias, das quais 46% dispunham apenas de um aposento (ROSEN, 1994, p. 159-160), confirmando a degradação das condições de vida dos trabalhadores, decorrente da ordem econômica e política vigente (ROSEN, 1994, p. 159).

Os processos políticos sustentavam todo este curso histórico. Se a economia mundial capitalista foi estruturada pela revolução industrial inglesa, sua política e ideologia o foram pela Revolução Francesa, em fins do século XVIII, que abre as portas para o arranque do capitalismo. Como afirma Hobsbawm (1996), não foi uma revolução liderada por um partido, baseado em qualquer programa, mas sim um consenso de ideias gerais da burguesia centradas no liberalismo clássico, que expressavam o enfrentamento aos privilégios nobres, mas não a defesa de uma sociedade democrática e igualitária. Diz o autor: “o burguês liberal clássico de 1789 (ano da queda da Bastilha, em 14 de julho) não era um democrata, mas sim um devoto de um Estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários” (HOBSBAWM, 1996, p. 77).

Foi um processo que teve também grande participação do campesinato e dos demais movimentos em defesa dos trabalhadores, embora sem organicidade e força política para hegemonizar a Revolução socialista. Assim, sob o protagonismo burguês, logo após a queda da Bastilha, a estrutura rural feudal francesa havia desmoronado e estava, então, pavimentado política e ideologicamente o caminho para a consolidação do capitalismo.

Mas todo este quadro de exploração econômica e domínio político burguês impulsionava, por outro lado, a organização e resistência dos trabalhadores contra tanta espoliação. A característica coletiva das formas de inserção dos

trabalhadores nas fábricas potencializava uma identidade social diante das contradições emanadas da organização e exploração do trabalho, além de consciência de classe e agregação política capaz de gerar formas de reação e enfrentamento no sentido de superar tal situação. Essas formas de reação organizadas dos trabalhadores teve um tempo político para se desenvolver, marcado sempre pela repressão das classes dominantes. Segundo E. P. Thompson, em *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1989), havia uma tradição ilegal de resistência, como no caso dos “Ingleses Unidos”, no final dos anos 1790, e da “Lâmpada Negra”, em 1802, que era capaz de reunir numa sexta-feira, à noite, cerca de 200 trabalhadores (THOMPSON, 1989, Livro III, p. 33; 39). Em 1811, explica o autor: a clandestinidade outra vez se revela, mas desta vez com violento conflito através do movimento ludista, que destruía teares mecânicos em Lancashire, cisalhadeiras em Yorkshire e fazendo a resistência à suspensão de encomendas nas malharias nas Midlands (THOMPSON, 1989, livro III, p. 47). O ludismo, cujo termo deriva do nome do operário têxtil Ned Ludd, se espalha para outras cidades da Inglaterra e alcança a França. O parlamento inglês, que nunca tratara da questão operária, discutiu o assunto e aprovou, em 1812, uma lei que punia com a pena de morte os “quebradores de máquinas” (BORGES, 2006). O ludismo vai sendo superado, não só pela repressão das classes dominantes, mas pela compreensão dos próprios trabalhadores de que não era a máquina a sua inimiga, mas sim o uso que o capital fazia dela.

É no escopo de todo esse movimento, destaca Thompson na obra citada acima, que se dá a formação da “classe operária”, no período de 1790 a 1830, revelada na consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. Assim,

por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos – além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária (THOMPSON, 1989, livro II, p. 17).

Nesse processo histórico, que faz construir uma classe com identidade social e consciência de si, universal e inserida coletivamente nos processos de trabalho, é que se constroem os sindicatos como os centros organizadores dos assalariados contra o capital. Ainda na segunda metade do século XIX, particularmente em

1864, é fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como Primeira Internacional. Foi a primeira organização operária a superar fronteiras nacionais, reunindo membros de todos os países da Europa e também dos Estados Unidos.

Nesse contexto, a lógica do Estado capitalista do século XIX era sustentada pelas ideias propagadas por Adam Smith no século anterior. Em sua obra mais expressiva, *A Riqueza das Nações* (2017), Smith sustentava que o mercado seria mais bem regulado por cada indivíduo, em função de seus próprios interesses, o que significava a restrição da ação do Estado. Era uma propagação de maior liberdade econômica, numa época em que a teoria econômica era hegemônica pelo ideário mercantilista, de viés protecionista. O livre arbítrio era, para Smith, um pressuposto fundamental para um sistema mais ordenado. É aqui, portanto, que se encontra com clareza o papel da “mão invisível” formulada por ele. Afirma Smith, no capítulo 2 do livro 4 da obra citada, ao discorrer sobre as restrições das importações que um país pode produzir:

Preferindo apoiar a indústria doméstica, o indivíduo procura apenas sua segurança; e dirigindo aquela indústria de tal maneira que sua produção seja do maior valor, procura apenas seu próprio ganho, e nisto, é só levado por uma mão invisível a promover um fim que não era parte de sua intenção.(...) O estadista que procurasse dirigir os particulares sobre a maneira que deveriam empregar seus capitais, não só se sobrecarregaria com um cuidado desnecessário... (SMITH, 2017, p. 280).

Esse modelo liberal smithiano que presidiu o desenvolvimento do capitalismo, que avançava a passos de gigante no século XIX, viverá sua primeira grande crise no início dos anos 1870, proporcionando, pela primeira vez, a formação de trustes (fusão e incorporação de empresas de um mesmo setor, constituindo-se em uma única organização, para dominar o mercado) e cartéis (acordos de empresas independentes também para dominar o mercado). Lenin, em *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, sustenta que a depressão internacional da indústria na década de 1870, que se prolonga até início dos anos 1890, é o primeiro grande período de formação dos monopólios (LENIN, 1972, p. 19). Ele prossegue, na mesma obra, afirmando que o balanço principal da história dos monopólios é o seguinte:

1. 1860-1880, ponto culminante de desenvolvimento da livre concorrência;
2. Após a crise de 1873, desenvolvimento dos cartéis, todavia uma exceção;
3. Fins do século XIX e crise 1900-1903, os cartéis se convertem na base da vida econômica. O capitalismo se transformou em imperialismo (LENIN, 1972, p. 21).

Nesse contexto começa a se propagar com mais organicidade a luta dos trabalhadores, ainda que com ganhos insidiosos. Segundo Pochmann, em *Desestabilização do Trabalho* (2018), até o final do século XIX e início do século XX, as conquistas sindicais foram relativas, e a organização dos trabalhadores qualificados nos sindicatos de ofício, embora combativos e ousados, não obteve grandes conquistas. Diz o autor:

O resultado disso foi a instalação de enorme heterogeneidade no interior da classe trabalhadora, com mecanismos de proteção social e do trabalho proporcionados pelos sindicatos de ofício de atuação predominantemente anarcossindical (fundos de ajuda mútua e cooperativas de autoajuda) aos ocupados mais bem inseridos no desenvolvimento capitalista (POCHMANN, 2018).

A virada do século XIX ao século XX revela os fenômenos das contradições do desenvolvimento do capitalismo, com tamanha polarização política, econômica e social que Eric Hobsbawm caracteriza o século XX como *A Era dos Extremos* (1997). São transformações de natureza qualitativa em ao menos três aspectos destacados pelo autor, quais sejam: primeiro, o mundo tinha deixado de ser eurocêntrico. A segunda transformação, mais significativa, impõe às economias nacionais as complicações das atividades transnacionais, que faz do momento atual um universo tensionado entre a globalização cada vez mais acelerada e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ela. A terceira transformação está relacionada à desintegração dos velhos padrões de relacionamento social humano, em que nos países capitalistas mais desenvolvidos passam a predominar os valores de um individualismo associal absoluto (HOBSBAWM, 1997, p. 25).

É neste período que é inaugurada a *Administração Científica do Trabalho*, formulada por Taylor (1995). Este fenômeno tecnológico-organizacional estabelece um conjunto de princípios orientadores que irão aperfeiçoar a forma de dominação produtiva do capital lapidando a divisão técnica do trabalho em busca do aumento do padrão de acumulação de capital, através do controle dos tempos e movimentos dos trabalhadores no processo de produção. Henry Ford (1926), nos anos 1910, aperfeiçoa o taylorismo, combinando o parcelamento das atividades com a fixação do trabalhador na esteira rolante e, com isso, impõe um ritmo ininterrupto ao processo de trabalho. Este arranjo produtivo traz modificações de tal ordem que vai impondo às demais empresas sua feição, sob pena de fazer sucumbir, por competitividade produtiva, quem a ele resistisse. Frente a essa máquina de guerra econômica os concorrentes não têm escolha: ou se adaptam às soluções fordistas, ou se refugiam em um nicho, uma trincheira onde a produção artesanal ainda possa ter rentabilidade. Efetivamente este fenômeno levou à grande quebra de empresas. Somente nos Estados Unidos, o número de fabricantes cai de 108, em 1921, para 12, em 1941. Os sobreviventes introduzem, então, os novos métodos de produção, baseados no ideário fordista e, em seguida, o sistema migra para outros países (GOUNET, 1999).

No pós-Segunda Guerra Mundial, os novos métodos de produção fordista se “universalizam” consolidando o fordismo não só como um sistema de produção em massa, mas como um modo de vida total. Ricardo Antunes, em *Adeus ao Trabalho: Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho* (ANTUNES, 1995), assevera que, além dos elementos constitutivos do processo de trabalho, o fordismo cria unidades fabris concentradas e verticalizadas e constitui e consolida o *operário-massa* e o trabalhador coletivo fabril, destacando que este componente será significativo na organização das lutas dos trabalhadores no enfrentamento com o capital, através da organização sindical e da influência nos partidos políticos, com importantes conquistas.

Essas conquistas dos trabalhadores organizados na lógica coletiva, no período dos chamados “Anos Dourados” do pós-Segunda Guerra, podem ser corroboradas também no trabalho de Jorge Mattoso intitulado *A Desordem do Trabalho* (1995), no qual apresenta as altas taxas de sindicalização no período. A Alemanha tinha 38% de trabalhadores sindicalizados; a Itália 41% e a Suécia possuía 74%, tendo 90% de seus trabalhadores amparados por contratos coletivos. Com isso, ganhos de produtividade eram sistematicamente incorporados às

suas rendas e, entre 1947 e 1973, os salários semanais reais nos EUA cresceram em média 1,84%, ao ano. Observa-se fenômeno semelhante em alguns países europeus: entre 1960 e 1973, na França, a taxa média do crescimento do salário real foi de 5%; no Reino Unido 3,3%; na Itália 6,5% e na Alemanha Ocidental 5,3%, ao ano. Ademais, o enfrentamento das questões relativas à organização do trabalho e suas consequências sobre a saúde humana era incorporado, em alguns países, à agenda que definia os conflitos de classe.

Importa destacar que esse processo é também consequência da reorganização do mundo no pós-Segunda Guerra. Em julho de 1944, quando a guerra era considerada vencida pelos aliados, reuniram-se dezenas de chefes de Estado na cidade de Bretton Woods, nos EUA, onde 44 países elaboram regras para o sistema monetário internacional. Nesse momento foram criados o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, definido o dólar como moeda universal, lastreada no ouro e colocando os EUA no centro do Império capitalista, deslocando a Inglaterra, que detinha este posto no século XIX. Nesse contexto, diante do fracasso do modelo smithiano de regulação econômica de caráter radicalmente liberal e da concretização do Estado socialista, a partir da revolução russa de 1917, e do papel de destaque da Rússia na derrota dos nazistas, as concepções do economista inglês John Maynard Keynes, formuladas em seu livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1988), lançado em 1936, passam a ser consideradas como alternativa para o capitalismo.

Nesta obra, Keynes preconiza a intervenção do Estado como elemento integrante e indispensável ao bom funcionamento do sistema econômico capitalista. Ao Estado caberia, portanto, eliminar a carência de demanda efetiva em momentos de recessão e desemprego, fazendo déficit orçamentário e emitindo títulos para extrair a “renda não gasta” do setor privado e com ela garantir que as máquinas ociosas voltem a operar. Assim, destrói também o mito de que a operação do Estado deve se pautar por grande austeridade financeira, não gastando mais do que coleta em tributos. Mostra, que em circunstâncias de desemprego o déficit fiscal é uma peça importante para o bom funcionamento do sistema econômico. Com esta concepção, assevera a necessidade de que o Estado deve garantir direitos sociais aos trabalhadores, tais como saúde, educação, aposentadoria, férias remuneradas, e outros. Essa política foi aplicada nos países centrais no pós-guerra, e, ao mesmo tempo em que responde aos interesses dos trabalhadores, tampona as perspectivas das revoluções socialistas, com reflexos nas economias coloniais.

No Brasil, até fins do século XIX, o processo produtivo estava ancorado no trabalho escravo no campo, que alimentava a dinâmica capitalista europeia. A migração de trabalhadores europeus, com a vinda, além dos portugueses, de italianos e espanhóis, principalmente no final do século XIX e início do século XX, traz um contingente de trabalhadores livres em relação aos meios de produção, aptos então a se tornarem assalariados da indústria emergente.

Mas é a partir dos anos 1930, com a ruptura com a chamada República Velha, que se acelera a industrialização do país, com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), da Companhia Vale do Rio Doce (1943) e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945). Posteriormente, são criados o BNDES (então BNDE, 1952), a Petrobras (1953) e a Eletrobras (1962). Ainda na segunda metade da década de 1950, 2/3 dos recursos do Plano de Metas do governo eram dedicados à construção da rede de transporte e energia. No início dos anos 1960, o país crescia a uma taxa média de 5,2% ao ano e entre 1968 e 1974, ainda que sob a brutal ditadura militar, o país dobrou seu PIB num espaço de sete anos e teve um crescimento extraordinário de 10,7% em média, ao ano. Esta dinâmica desenvolvimentista foi também fomentada no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançado em 1974, que tinha como objetivo estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. Ao final desses 50 anos, entre 1930 e 1980, o país atinge seu mais alto grau de desenvolvimento econômico, chegando a ter na industrialização 1/3 do PIB nacional. Hoje, a indústria atinge níveis de 1910, contribuindo com 9% do PIB (GOMES, 2020).

Todo este processo obedecia à teoria desenvolvimentista que visava o avanço econômico dos chamados países subdesenvolvidos, de forma dependente aos países de economia mais avançada. Importa destacar que esse crescimento esconde também as desigualdades sociais, ao mesmo tempo que faz crescer o operariado e a força do movimento operariado e a força do movimento sindical, de tal forma que no início dos anos 1980 houve uma taxa de sindicalização de 32 %, a maior de nossa história, enquanto hoje, com a desindustrialização acentuada, a taxa está em 9,2%, importante componente do enfraquecimento da luta orgânica dos trabalhadores.

Com o golpe de 2016, que alçou Michel Temer à Presidência da República com o apoio do grande capital, da mídia e das forças mais retrógradas do Congresso Nacional, foram aprovadas duas medidas que atingem fortemente os

direitos sociais e a organicidade dos trabalhadores, aumentando o nível de exploração e fragilizando ainda mais suas lutas. São elas a Emenda Constitucional 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, e a Reforma Trabalhista.

A EC 95 determina que, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e define que vigorará por 20 anos, congelando os investimentos sociais já subfinanciados, como educação, saúde, habitação e outros. Com isso, demonizam o Estado e sacralizam o mercado, projetando aos interesses da iniciativa privada os projetos sociais que deveriam ser atributo do Estado. Já a Reforma Trabalhista estabelece cláusulas em que sistematicamente vai se abrindo espaço para o aumento da exploração sobre os trabalhadores, a perda de direitos trabalhistas e a fragilização das organizações sindicais. Exemplos disso são o contrato em tempo parcial; as terceirizações, que passam a abranger todas as atividades, além das chamadas atividades secundárias; a rescisão de contrato por acordo, descartando a obrigatória participação de sindicato, assim como o NEGOCIADO que passa a prevalecer sobre o LEGISLADO, mesmo que venha em prejuízo ao trabalhador. Estes são apenas alguns exemplos da perversa reforma trabalhista da lei 13.467 de 2017, que trouxe importantes e substanciais mudanças para a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Ainda considerando o período histórico do século XX, na Grande Depressão iniciada em 1929, segundo Pochmann, o mundo do trabalho experimentou outras importantes alterações, com significativas conquistas aos trabalhadores, embora sem alterar a natureza privada dos meios de produção. O novo sindicalismo, com sua força, generalizou os contratos de trabalho, que dava mais proteção aos trabalhadores, e tornou a repartição dos ganhos de produtividade menos desigual. Ainda, diz o autor: “essa nova realidade, embora centralizada nas economias de capitalismo avançado, não deixou de se manifestar também em países de industrialização tardia, **como no Brasil**” (Grifo nosso) (POCHMANN, 2016). Na sequência, destaca também as conquistas com relação à jornada máxima de trabalho e direitos dos trabalhadores relativos à contratação, demissão e aposentadoria. Em síntese, reafirma que “são conquistas laborais jamais identificadas anteriormente no desenvolvimento capitalista, como a redução da jornada de trabalho e o pleno emprego da força de trabalho”.

Mas, a partir da primeira metade da década de 1970, somam-se a este contexto o choque do petróleo e a possibilidade de “estagflação”, fazendo com que

o mundo capitalista pusesse em movimento um conjunto de processos que iniciam o enfrentamento ao fordismo. David Harvey, em *Condição Pós Moderna* (HARVEY, 1998), assinala que as décadas de 1970 e 1980 foram anos de grandes transformações na economia política que representam “os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta” (HARVEY, 1998, p. 140).

A era que então se inicia, ou seja, o Pós-Fordismo, Acumulação Flexível ou Reestruturação Produtiva, impõe uma tendência que flexibiliza os processos de trabalho e as formas contratuais, com importante reestruturação do mercado de trabalho. Os contratos coletivos deram lugar a diversas formas de contrato que se flexibilizam em: trabalho temporário, terceirizações, tempo parcial, autônomos e teletrabalho, contribuindo para a fragmentação e fragilizando a unidade dos trabalhadores no âmbito da produção e, conseqüentemente, na luta sindical. Jorge Mattoso (1995) refere-se a este período como o da emergência do novo padrão tecnológico e produtivo sob a *modernização conservadora*, afirmando que suas alterações também irão afetar o conjunto do mundo do trabalho, atingindo as relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho. Ou seja, trata-se de um forte impacto na luta de classes.

Para isso, a espinha dorsal atingida, inicialmente, foi o movimento sindical, através de enfrentamento político, fragmentando estruturalmente a representação dos trabalhadores, cujas conseqüências políticas estão expressas por Antunes, quando afirma:

Os sindicatos operaram um intenso caminho de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Distanciam-se da ação, desenvolvida pelo sindicalismo classista e pelos movimentos sociais anticapitalistas, que visavam o controle social da produção, ação esta tão intensa em décadas anteriores, e subordinam-se à participação dentro da ordem. Tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade dos mercados e do capital. (...) As diversas formas de resistência de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência para além do capital (ANTUNES, 1995, p. 35-36).

Do ponto de vista político, a eleição de Margareth Thatcher, na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, em 1980, dão sustentação a este processo no que veio a ser chamado de “Globalização”. Em seguida, de forma mais explícita possível, para subordinar os países em desenvolvimento aos interesses do grande capital, o Consenso de Washington, em 1989, comandado pelos Estados Unidos através do FMI, do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, sacramentam o protagonismo do capital financeiro desregulamentado e professam um receituário aos países em desenvolvimento, com dez regras, quais sejam: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e Direito à propriedade intelectual.

A partir destas orientações, Pereira (2009) assevera que a doutrina neoliberal de Thatcher foi a ofensiva do capital, atacando o movimento sindical, os direitos sociais e qualquer política keynesiana, o que foi seguido na mesma linha por Reagan (PEREIRA, 2009, p. 163).

Com isso, abriu-se um processo de acumulação de capital, com protagonismo do capital financeiro desregulamentado e com o universo orgânico dos trabalhadores num franco processo de atomização, com consequências importantes no aumento da exploração e da retirada de direitos sociais dos trabalhadores. Os volumosos excedentes de capital dos EUA, o centro da crise mundial de 2008 (antes da crise de 2008, os EUA eram o destino de mais de 70% das saídas globais de capital), alimentaram as aventuras financeiras. Yanis Varoufakis, em *O Minotauro Global* (2016), demonstra que nos anos 1990 e 2000 houve uma série de fusões e aquisições, com a criação de grandes quantidades de valores fictícios. Na *Nova Economia* (denominação aos negócios relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação), “a concessão de hipotecas e crédito pessoal para as classes média e trabalhadora derramou para o “subprime” montanhas de dinheiro privado.(...) Quando a farra acabou e o dinheiro privado evaporou, com o colapso do sistema bancário, a besta estava ferida de morte” (VAROUFAKIS, 2016, p. 25). A crise de 2008 dos EUA fez com que a dívida do setor financeiro passasse de 22% do PIB, em 1981, para 117%, em 2008. “Ainda, neste meio tempo, os cidadãos dos EUA viram sua dívida aumentar de 66% para 100% e, como um todo, a dívida agregada dos EUA, em 2008, excedeu 350% do PIB, quando em 1980 estava em 160%” (VAROUFAKIS, 2016, p. 34). No centro

do neoliberalismo, o governo dos EUA colocou US\$ 700 bilhões para salvar os bancos privados, o que também ocorreu, em outras proporções, com vários países europeus. Este fenômeno se espalhou para Europa e outros países, atingindo a economia de todo o mundo. Apesar do impacto devastador que teve sobre o nível de emprego e padrões salariais dos trabalhadores, as políticas neoliberais seguiram como vetor orientador da economia política e seus efeitos provocam, atualmente, uma importante reconfiguração no padrão das classes sociais, deslocando os trabalhadores do chão de fábrica para o comércio, para o telemarketing, para a uberização, a pejotização, para o trabalho informal, para o contrato zero hora e para o desemprego. Ou seja, vivemos atualmente a precarização estrutural do mundo do trabalho.

Antunes, em seu estudo sobre o trabalho contemporâneo, destaca que o trabalho impulsionado pelas tecnologias de informação e comunicação leva à mudança do conceito atual da classe trabalhadora em sua nova morfologia, que deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, integrados em cadeias produtivas globais, não importando se as atividades que realizam sejam materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas. Desse modo, o trabalho digital e flexível avança em quase todo o mundo do trabalho. A “pejotização” alcança médicos, advogados, professores, bancários, eletricitas, trabalhadores e trabalhadoras do *care* (cuidadores) e freelancers, que têm seus direitos burlados, assim como o *teletrabalho e/ou home office*, forma de trabalho que retira a sociabilidade do trabalhador e sua representação sindical (ANTUNES, 2018).

Desse modo, o capitalismo informacional e digital vem aprimorando sua engenharia de dominação, coadunando-se com a chamada indústria 4.0, criada na Alemanha em 2011, que intensifica processos produtivos automatizados, ampliando o trabalho morto e, assim, deslocando cada vez mais o trabalhador do emprego fabril. Essa nova fase, diferente da Revolução Industrial do século XVIII, do salto do motor à explosão da indústria automotiva do século XX e da reestruturação produtiva que se deu a partir dos anos 1970, inaugura a automação industrial com a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e assemelhados controlando, supervisionando e comandando essa nova etapa da ciberindústria do século XXI (ANTUNES, 2018, p. 38).

Vivemos, então, uma nova era do mundo do trabalho, não apenas no universo do mercado, mas também na lógica da organização produtiva e da exploração

da força de trabalho, na organicidade dos trabalhadores e, conseqüentemente, na luta de classes. Nesta era, a metamorfose produtiva transfere ao trabalhador os custos do capital constante, como é o caso da uberização e do trabalho por aplicativos, em que os trabalhadores arcam com os custos dos meios de trabalho, ou seja, são obrigados a assumir a compra e manutenção dos veículos nos quais exercem seus ofícios assim como aqueles que trabalham remotamente, que assumem os custos dos computadores, que são seus instrumentos de trabalho, assim como os gastos com energia doméstica. Ainda, no enfrentamento decorrente da dialética capital-trabalho, os patrões muitas vezes são um algoritmo, um ente abstrato, praticamente anulando a possibilidade do enfrentamento.

Esta etapa do desenvolvimento capitalista, com a eclosão de sua crise a partir de 2008 e toda essa reconfiguração do mundo produtivo, expande a precarização estrutural do mundo do trabalho, criando o *precariado* que, segundo Standing (2011), não é uma classe para si, mas uma classe em construção, no sentido marxista do termo. Além da precariedade do trabalho e da renda social precária, lhes falta uma identidade baseada no trabalho. Quando empregados, estão em empregos sem carreira, sem tradições de memória social, sem um sentimento de pertencer a uma comunidade imersa em práticas estáveis, códigos de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade. E destaca Standing

O precariado não se sente parte de uma comunidade de trabalho solidária. Isto intensifica um senso de alienação e instrumentalidade no que eles têm que fazer. Ações e atitudes, derivadas da precariedade, caminham para o oportunismo. Não há “sombra do futuro” pairando sobre suas ações, para dar-lhes um sentido do que o que eles dizem, fazem ou sentem hoje terá um efeito forte ou vinculativo em seus relacionamentos de longo prazo (STANDING, 2011, p. 12).

No Brasil, esta nova configuração estrutural do mundo do trabalho - com protagonismo do capital financeiro desregulamentado, gerando uma massa significativa de capital fictício -, impõe uma reconfiguração de classes na qual passa a predominar uma sociedade de serviços, além de um enorme contingente de desempregados (atualmente são 7,5 milhões), assim como de pessoas no trabalho informal, cerca de 38,9 milhões de trabalhadores (IBGE, 2024). Ademais, aumenta o nível de exploração e controle sobre a força de trabalho, num grau de sofisticação que exaure e desorganiza o trabalhador, deslocando seus canais e fragilizando significativamente suas lutas.

Este cenário, hegemonizado pelo que se tem chamado de neoliberalismo, promove o fortalecimento da ultradireita em vários países no mundo, inclusive no Brasil. Sua proposta é uma revolução radical no Estado, aprofundando o liberalismo e com implacável perseguição e extinção dos movimentos progressistas e favorecimento quase absoluto ao capital, além da pauta moral retrógrada que procura hegemonizar. Este cenário, de desagregação orgânica e política dos trabalhadores e do fortalecimento da ultradireita, transformou as organizações de esquerda em entidades liberais, dos partidos às principais entidades sociais, conformados nos limites do sistema vigente, colocando a luta de classes acomodada aos limites do capitalismo, renunciando à perspectiva transformadora de ruptura da ordem do capital. Esse quadro nos coloca profundos desafios teóricos para orientação tática e estratégica da práxis dos movimentos progressistas, tragados pela hegemonia do capital no mundo atual.

Nesta reconfiguração das relações produtivas na ordem capitalista atual está transfigurada a tendência do mundo do trabalho na sociedade contemporânea e a correlação de forças políticas inerentes à luta de classes. A ultradireita tem seu projeto de dominação elaborado, conta com significativo apoio popular, enquanto os partidos e movimentos sociais de esquerda sofrem um significativo revés conservador, distanciados do conjunto social, abortando, assim, as formulações e práticas das táticas e estratégias políticas na perspectiva de contenção do avanço protofascista e do projeto em direção ao socialismo. Esses são dilemas e desafios teóricos aos movimentos socialistas que, hoje, este cenário nos apresenta.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. Cortez Editora, São Paulo, 1995.

ANTUNES, R. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Editora Boitempo, 2018.

BACON, F. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza*. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1997.

BORGES, A. *Origem e papel dos sindicatos*. Brasília, Módulo do Curso Centralizado de Formação Política – Escola Nacional de Formação da CONTAG, 2006.

DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2007.

ENGELS, F. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Global Editora, 1986.

FORD, H. *Minha Vida e Minha Obra*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1926.

GOMES, C. *Projeto Nacional: O Dever da Esperança*. São Paulo, Casa dos Mundos/LeYa, 2020.

GOUNET, T. *Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel*. Editora Boitempo, São Paulo, 1999.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Editora Loyola, 1998

HOBSBAWM, E. *A Era das Revoluções*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: O Breve Século XX*. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

HUBERMAN, L. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1988

LENIN, V. I. *El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo*. Pequim, Ediciones en Lenguas Estrasneiras, 1972.

LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, G. *Para Uma Ontologia do Ser Social II*. São Paulo, Editora Boitempo, 2013

MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1989.

MARX, K. *Grundrisse*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ e São Paulo, Editora Boitempo, 2011.

MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MATTOSO, J. *A Desordem do Trabalho*. Editora Página Aberta, São Paulo, 1995.

MIRANDA, A. C. Tese de doutorado intitulada *Reflexões acerca da situação e dos problemas referentes à crise socioambiental e seus reflexos à saúde humana: uma contribuição a partir do materialismo histórico e dialético*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

PEREIRA, J. M. M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2009.

POCHMANN, M. *Desestabilização do Trabalho*. Rio de Janeiro, Revista Saúde em Debate, v. 42, n. Especial 3, p. 67-77, novembro 2018.

POCHMANN, M. *Brasil Sem Industrialização: a herança renunciada*. Ponta Grossa, Editora UEPR, 2016.

RAMAZZINI, B. *As Doenças dos Trabalhadores*. São Paulo, Fundacentro, 2000.

ROSEN, G. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo/Rio de Janeiro, UNESP-ABRASCO, 1994.

SANTOS, B. S. *Um Discurso Sobre as Ciências*. São Paulo, Editora Cortez, 2008.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2017.

STANDING, G. *The Precariat: The New Dandrous Class*. Nova York, Bloomsbury, 2011

TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo, Editora Atlas, 1995.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

VAROUFAKIS, Y. *O Minotauro Global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global*. São Paulo, Editora Autonomia Literária, 2016.

